

O turismo e a globalização

A chamada «globalização», traduzida no domínio do poder económico e da correspondente especulação financeira por parte das multinacionais e transnacionais, conduz e provoca uma crescente precarização dos estatutos laborais.



■ Carlos Luís Figueira Pág. 19

A prática dos direitos humanos

O respeito pelos direitos do Homem mede-se pelas acções e não pelas palavras. Em matéria de serviços secretos e de recolha de informações, a prática nacional e da União Europeia deixa muitas dúvidas

■ João Amaral Pág. 22

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Orçamento do Estado

De positivo só as propostas do PCP

Págs. 8 e 9

NACIONAL

Borges Coelho na última lição

Um historiador ao serviço da *arraia miúda*

Pág. 13

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário • ISSN 0870-1865 • 17 de Dezembro de 1998 • Preço: 180\$00 (IVA Incluído) • N.º 1307 • Director: José Casanova

Encontro Nacional de Quadros do PCP

Criar condições para um sector público

Págs. 5, 20 e 21

Forte e dinâmico

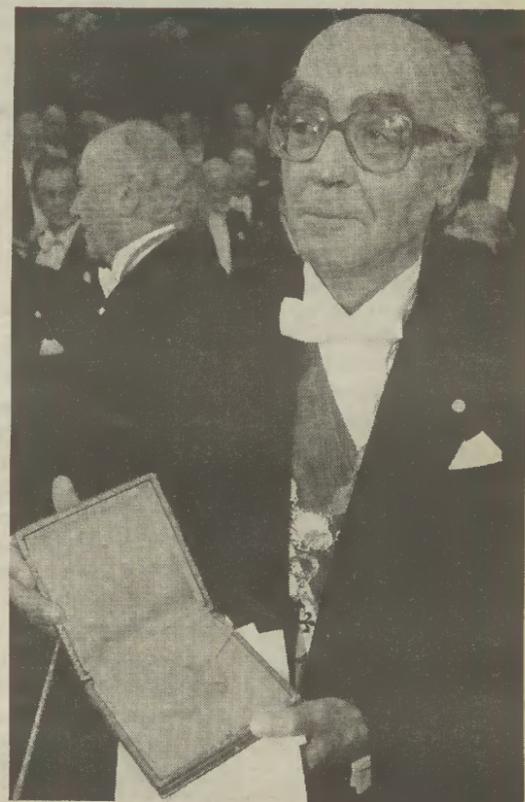
Saramago em Estocolmo

Os discursos

A PALAVRA

AO NOBEL

DA PALAVRA



Págs. 16, 17 e 18

Encontro de Quadros do Alentejo

DESCENTRALIZAR

- Comunistas desafiam o Governo a aplicar descentralização Pág. 6
- Convocada a 1.ª Assembleia da Organização Regional do Alentejo



Devido à quadra festiva que atravessamos, o nosso jornal terá a sua distribuição antecipada nas próximas duas semanas, em que sairá, às quartas-feiras, dias 23 e 30 de Dezembro.



Os estudantes universitários em manifestação contra a lei de financiamento do Ensino Superior

RESUMO

9 Quarta-feira

O Parlamento aprova a realização da reforma do IRS ■ O PCP apresenta uma proposta para a legalização dos touros de morte sempre que «se verifique uma tradição local» ■ O ministro do Interior britânico dá autorização ao Ministério da Justiça para decidir sobre o pedido de extradição de Pinochet emitido por Espanha ■ Prosseguem os combates no planalto central angolano ■ Confrontos entre civis palestinianos e o exército israelita provocam um morto e 120 feridos ■ A Sérvia e os independentistas albaneses rejeitam o projecto de acordo sobre o Kosovo elaborado pelo mediador dos EUA, Christopher Hill.

10 Quinta-feira

José Saramago recebe, em Estocolmo, o Prémio Nobel da Literatura ■ O Orçamento de Estado para 1999 é aprovado pela Assembleia da República ■ Os estudantes universitários manifestam-se em Lisboa pela revogação da Lei de Financiamento do Ensino Superior ■ Os trabalhadores da função pública ligados à saúde iniciam uma greve de dois dias ■ Os suinicultores voltam a manifestar-se junto ao Parlamento ■ Comemorase o 50.º aniversário da Declaração Universal dos Direitos do Homem ■ O juiz espanhol Baltasar Garzón processa formalmente Pinochet pelos crimes de genocídio, terrorismo e tortura.

11 Sexta-feira

O Governo aumenta a sua proposta de aumento salarial para a função pública para 2,5 por cento, um número considerado insuficiente pelos sindicatos ■ Inicia-se a Cimeira de Viena da União Europeia ■ Bill Clinton volta a pedir desculpas aos americanos por ter mentido no caso Monica Lewinsky, no dia em que a Comissão Judicial da Câmara dos Representantes aprova o primeiro artigo de destituição do presidente ■ Um avião despenha-se no sul da Tailândia, encontrando-se 44 sobreviventes.

12 Sábado

Carlos Carvalhas encerra o Encontro Nacional de Quadros do PCP sobre os sectores públicos ■ São exibidas imagens captadas em Alas, a localidade timorense onde recentemente se deu um massacre pelos indonésios ■ Nos EUA, os republicanos aprovam os quatro artigos de destituição do presidente Clinton ■ O realizador

Manoel de Oliveira comemora o seu 90.º aniversário.

13 Domingo

Realiza-se em Aljustrel o Encontro Distrital de Quadros do Alentejo, com a participação de Carlos Carvalhas ■ Um guarda prisional português é assassinado a tiro em Macau ■ A equipa feminina portuguesa vence o Campeonato Europeu de Crosse ■ De visita aos territórios palestinianos e a Israel, Bill Clinton pede às duas partes que cumpram o acordo de Wye Plantation ■ A população de Porto Rico decide, em referendo, manter o seu estatuto de Estado Livre Associado dos Estados Unidos ■ As autoridades argelinas anunciam a descoberta dos restos mortais de 110 pessoas desaparecidas, assassinadas por grupos fundamentalistas.

14 Segunda-feira

A Caixa Geral de Depósitos afirma-se disponível para comprar a dívida total da Casa do Douro ■ A China aceita a proposta portuguesa para reatar as consultas sobre direitos fundamentais em Macau ■ Cerca de dois mil estudantes manifesta-se junto à Assembleia de Díli, prometendo permanecer no local até a Indonésia aceitar negociar com a Resistência Timorense ■ A imprensa portuguesa noticia que a Unita viola o embargo da ONU com a venda de diamantes no mercado internacional ■ A OLP anulou as cláusulas anti-Israel da sua Carta.

15 Terça-feira

O Conselho Nacional do Ambiente pede à ministra para adiar a escolha das cimenteiras para co-incineração de resíduos industriais perigosos ■ Chega a Jacarta o representante pessoal do secretário-geral da ONU para Timor-Leste ■ Termina viagem de Bill Clinton a Israel e à Palestina, sem quaisquer resultados concretos ■ Regresso da guerra a Angola, com ofensiva militar das tropas de Savimbi ■ Inicia-se, em Hanói, a cimeira anual da Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) ■ O Sindicato Independente dos Médicos decide prolongar a greve ■ Comissão Europeia intima Portugal a explicar a não transposição de directivas sobre a qualidade do ar ■ Seminário sobre empresas multinacionais, promovido pela Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Têxteis (FESETE), defende criação de Comités de Empresa nas multinacionais, como instrumento de defesa dos trabalhadores ■ CGTP reúne com o provedor da Justiça para analisar a lei das 40 horas.

Dizer nada dizendo tudo

Bem informado, como habitualmente, no que respeita a tudo aquilo que ao PS interessa que se saiba sobre o que se passa no interior do PS, o «Diário de Notícias» de terça feira passada fez o panegírico da moção que António Guterres apresentará ao Congresso do seu partido. A moção, «pensada em parceria com António Vitorino» e «escrita por este», fora debatida, no dia anterior, no Secretariado Nacional do PS onde, «tirando algumas vírgulas» de discórdia, parece ter merecido acordo unânime.

Eis-nos, assim, perante uma prática que revela, sem dúvida com abundante transparência, o esquema de funcionamento interno do partido do engenheiro Guterres: dois indivíduos elaboram um texto que, depois de democraticamente virgulado por mais uns tantos colegas, será levado ao Congresso do partido. Aí, os delegados presentes cumprirão, também democraticamente, a sua incumbência: votarão um documento para o conteúdo do qual não foram chamados a dar qualquer contributo. É claro que têm sempre a possibilidade de votar a favor ou contra - e, eventualmente, poderão, mesmo, optar por uma segunda ou terceira moção... elaboradas segundo o mesmo método.

O que, na circunstância, aqui se sublinha é tão-somente este curioso conceito de democracia participativa que reduz a quase zero a intervenção dos militantes em matéria de definição de orientações fundamentais do partido.

Ao que nos diz o DN, trata-se de um texto cheio de «subtilezas várias». Assim, por exemplo, «maioria absoluta é um termo que não consta da moção». Porquê? Porque o PS desistiu dela e se converteu à tese de que a maioria absoluta, com todas as suas intrínsecas perversidades, pai e mãe da política do «quero, posso e mando», é castradora do debate democrático e semeadora de autoritarismos, prepotências e arrogâncias? Não. Porque Guterres percebeu finalmente que a Democracia se fortalece e enriquece através de um diálogo sério e a sério entre as diversas forças políticas? Também não. A coisa é isto: a não referência explícita à maioria absoluta é uma questão de tática: visa, apenas e só, convencer os portugueses de que há diferenças entre Guterres - que finge não exigir a maioria absoluta - e Cavaco Silva - que a exigiu expressamente...

A fórmula encontrada pela «parceria» para esconder a sua imensa sede de maioria absoluta foi a de «pedir a confiança dos portugueses para um novo mandato de quatro anos. Um mandato inequívoco que garanta a estabilidade política e o desenvolvimento económico e social» - afinal os mesmíssimos «argumentos» que, em tempos, suportaram a exigente ambição de Cavaco Silva.

Em três actos se divide a peça em causa: «a via para o socialismo», «a prestação de contas aos portugueses» e «o projecto para o século XXI». Não diz o DN mas é mister anotar - quanto mais não seja para não deixar sem reparo a flagrante dualidade de critérios... - que nem com forte lupa é possível detectar em qualquer dos actos seja o que

for que não tenha já sido dito e redito por Guterres e pelos seus pares.

Do primeiro acto ficamos a saber tratar-se de «uma via própria», que recusa a incorporação de qualquer migalha da reflexão produzida por outros eminentes socialistas como sejam «Blair, Jospin ou Clinton» na medida em que, segundo nos é dito, o PS há muito que vem reflectindo sobre a matéria tendo já concluído «que não há qualquer motivo válido» - nem inválido, presume-se - «para (...) optar por virar à esquerda no Congresso». Aliás, e como orgulhosamente é proclamado, «a correcção do rumo, a navegação ao centro, foi feita muito antes» de qualquer dos supracitados governantes ter chegado ao poder: pela política de direita se optou e por essa via se pretende continuar.

Quanto à «prestação de contas» pouco nos é dito, naturalmente: estamos fartos de conhecer, por repetidas vezes nos ser informado e por experiência própria, o esforço titânico desenvolvido pelo governo do PS para transformar o «oásis» de Cavaco no guterral «paraíso» em que vivemos.

Resta «o projecto para o século XXI». Três palavras lhe dão corpo e substância: «solidariedade», «segurança» e «modernidade». Saltou o «diálogo» como se vê, e não é líquido que a «educação» continue a ser «paixão» - o que se explica visto que, no primeiro caso, fingindo que não se pensa em maioria absoluta mas não se pensando noutra coisa, começa a dar-se a dita como certa e o «diálogo» deixa de fazer sentido; e, no segundo caso, toda a gente sabe que as paixões são efémeras como rosas...

«Solidariedade» passará, segundo nos é dito, a ser alguma coisa, ao contrário do que até aqui tem acontecido; passará a significar «dar melhor saúde, melhor ensino, mais qualidade de vida». Todavia, e como nos adverte o cauteloso DN, «a questão está sempre na forma de dar tradução prática aos

valores. Como compatibilizar a reforma da segurança social com a solidariedade e as exigências do mercado? E o mesmo se passa na saúde e no trabalho». Pois: estamos entendidos.

Para a «segurança» prevê-se um futuro semelhante: «deixará de estar associada a fardas da polícia, para adquirir um significado mais amplo» e chegar até à «família», ao «emprego», à «protecção social» e a outras palavras igualmente bonitas.

E, segundo António Vitorino (na plena posse das suas faculdades de manejo do vocabulário guterrista), «a modernidade e a capacidade de ultrapassar atrasos estruturais e vencer os desafios da globalização, passará, sobretudo, por fazer melhor». Estamos conversados.

Há-de ter sido a pensar no ditado popular «com papas e bolos se enganam os tolos» que a «parceria» congeminou este «projecto para o século XXI». Deixemos, no entanto, a cada um dos destinatários do «projecto» a opção de ser ou não ser tolo (embora lembrando que quem não quer ser tolo não lhe veste a pele) e façamos a justiça de sublinhar a perícia de Guterres/Vitorino na demonstração de como com as mesmas palavras bonitas se pode dizer nada dizendo tudo.

Avante!

Proprietários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português
Rua Socorro Pereira Gomes, 3
- 1600 - 196 Lisboa, Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:
Rua Socorro Pereira Gomes, 3 - 1600 - 196 Lisboa
Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex 18390
Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO:
Editorial «Avante!», SA - Av. Almirante Reis, 90, 7.º A,
1100 Lisboa
Capital social: 15 000 000\$00. CRC matricial: 47058.
NIF - 500 090 440
Inscrição na Direcção Geral da Comunicação Social
Nº 102235

DISTRIBUIÇÃO:
DISTRIBUIÇÃO ADE's
Editorial Avante! - Av. Almirante Reis, 90, 7.º A,
- 1100 Lisboa
Tel. (01) 815 34 87/815 35 11
Fax: 815 34 95

Aleatões de remessa:
Até às 17 horas de cada sexta-feira.
Tel. (01) 815 34 87/815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL
DELTA PRESS

Delegação Lisboa:
Tapada Nova
Capa Rota - Linhd - 2710 Sintra
Tel. (01) 924 04 47

Delegação Norte:
Zona Industrial da Main
Sector IX
Rua B L. 227 - 4470 Maia
Tel. (02) 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7.º A 1100 Lisboa
- Tel. (01) 815 34 87/815 35 11 - Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90, 7.º A 1100 Lisboa
- Tel. (01) 815 34 87/815 35 11 - Fax: 815 34 95

Composição e Impressão
Heska Portuguesa, SA
Campo Raso
2710 - 139 Sintra
Depósito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS*

PORTUGAL (Continente e Regiões Autónomas)	EXTRA-EUROPA
50 números: 8 100\$00; 25 números: 4 200\$00	50 números: 46 100\$00
EUROPA	GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE e MACAU
50 números: 28 600\$00	50 números: 33 850\$00
* IVA e portes incluídos	
Nome _____	
Morada _____	
Tel. _____	
Código Postal _____	
Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.	

Caprichos de uma pluma

Ao lermos, no último «Expresso», a crónica que Clara Ferreira Alves escreveu sobre «os senhores deputados», demos connosco a pensar que os autores de diatribes contra «a Assembleia» ou «os deputados» escrevem sempre, não apenas no pressuposto do sucesso fácil, mas sobretudo na certeza da dificuldade de alguém poder fazer a «defesa» da «Assembleia», isto é, do órgão e de todas as suas decisões ou atitudes ou dos «deputados», isto é, de todos os deputados.

E isto porque a maior parte destes autores gosta muito de esquecer que a Assembleia da República é o único órgão de soberania de composição plural, pelo que, em geral, o seu pior e o seu melhor se ficam a dever, não tanto à instituição em si, mas às maiorias que nela se formam e às forças políticas que nela intervêm.

Entre outras coisas, pretexto à parte, o que impressiona na colecção de «clichés» tranquilamente repetidos pela cultíssima Clara Ferreira Alves é que ela não se tenha dado conta que quase tudo o que diz sobre a AR, longe de resultar de um esforço sério para saber quem faz o quê, como e em que circunstâncias, resulta sobretudo da «imagem» produzida

pelos critérios que os «media» usam na cobertura dos trabalhos parlamentares.

E impressiona também que CFA acuse o discurso parlamentar de não pretender «alcançar mais do que o «soundbite» do telejornal e o subtítulo de jornal» e, quatro linhas à frente, já esteja a perguntar se «alguém se lembra, a propósito do aborto, da regionalização ou da famosa Europa, de uma frase, um sentido de voto, (...) determinados com clareza e sapiência na AR?», ou seja, já esteja no fundo a pedir mais e melhores «soundbites».

CFA nem sequer repara como seria cruel e injusto que alguém quisesse julgar as suas crónicas, em geral de indiscutível qualidade, com uma pergunta do género «alguém se lembra de alguma coisa inesquecível que, em 1998, tenha sido escrita na «Pluma Caprichosa»?».

Talvez Clara Ferreira Alves nunca o perceba ou nunca o reconheça, mas a sua crónica sobre «os senhores deputados» padece afinal da mesma superficialidade, da mesma demagogia e da mesma vacuidade que julga ter fustigado no que de pior ocorre de facto na vida parlamentar.

É que nós conhecemos um grupo parlamentar que, com apenas 13 deputados, consegue quase todos os anos ser o mais activo e o que apresenta um maior número de iniciativas legislativas. Nós conhecemos um grupo parlamentar, por sinal o mesmo, que honestamente ninguém poderá acusar de mergulhado na demagogia ou na «chalaça politiqureira» ou de passar o tempo «chupando os dentes de fome de poder», porque é incontestável que se alinha por assinaláveis padrões de seriedade e sobriedade e é bem conhecido por, quando muito, afiar os dentes por fome de justiça.

Conhecemos mas não dizemos o seu nome. Porque ficamos à espera que seja Clara Ferreira Alves a dizê-lo.

E se e quando o fizer, terá dado então uma contribuição para punir o que merece ser punido e mudar o que precisa de ser mudado na vida política e parlamentar do país mil vezes superior à da sua cómoda crónica sobre «os senhores deputados» e à dos seus equivocados suspiros por «uma revisão completa do sistema eleitoral».

■ Vítor Dias

Valente anticomunista

Vasco Pulido Valente (VPV) anda inconsolável. Não consegue conviver com a ideia da atribuição do prémio Nobel a Saramago. E, definitivamente, não consegue suportar a ideia de que alguém, com a dimensão intelectual do prémio Nobel da Literatura, afirme as suas convicções e a sua visão do mundo. Vai daí, quando abre a boca ou inclina a pena o seu pensar destila ódio. Foi o que fez, no passado domingo, naquela coluna cativa que detém no DN.

VPV tem pena que não tenham sido os critérios por que se rege, de intolerância e de anatemização política dos comunistas, que tenham prevalecido na decisão da Academia Sueca. Faz pena que VPV veja tudo à sua medida.

Para VPV as coisas são como são, e estão bem assim. Mais igual para uns, onde se julga incluído, que para outros. Não encaixa na sua limitada capacidade de compreensão do mundo que haja quem não se conforme com a injustiça, que não aceite como inevitável as desigualdades, que se recuse a conviver com desumana insensibilidade perante a miséria.

Para VPV é irrelevante que um pequeno punhado de indivíduos detenha quase metade da riqueza do mundo. E ainda mais irrelevante, que isso signifique por contrapartida pobreza, subnutrição, fome e morte para dezenas de milhões de seres humanos. Nada que ele não possa sublimar num desses chás de caridade do Jet Set nacional, momento perfeito para lavagem da alma e alívio de consciência. O que para VPV é relevante são os pormenores, as fontes de informação. As dele não coincidem. Nem a Hola!, nem o Crime, nem a Caras o confirmam.

O que VPV não percebe é que haja pessoas que teimem em fazer da sua passagem por esta pequena parcela da história da humanidade

um tempo destinado a algo mais que meia dúzia de futilidades e um percurso cúmplice com os crimes do sistema. O que VPV não percebe, nem nunca perceberá, é que haja quem resista e saiba dizer «não» quando é difícil fazê-lo, quem seja capaz de viver de pé quando é mais fácil permanecer de cócoras, quem acredite que não estamos chegados ao fim da História.

À falta de melhores argumentos, VPV caricatura o que é afirmado, trespê o que é escrito. Foi isso que fez com o discurso proferido no acto de atribuição do Prémio Nobel. Confunde o combate contra a injustiça com a obstrução ao progresso. Não vê ou não consegue ver nas inestimáveis conquistas científicas e técnicas aquisições que permitiriam, se colocadas ao serviço dos homens e mulheres deste planeta, garantir condições de vida e bem-estar para o conjunto da humanidade. Para VPV cada avanço da ciência reduz-se a isso mesmo. Se ele se restringe à apropriação e a fonte de negócios para uns quantos e a bem inacessível para a maioria, é coisa que lhe não tira o sono.

VPV leva tudo à letra. O seu intratável anticomunismo não lhe permite alcançar o sentido das palavras de Saramago. Não quer perceber ou não consegue lá chegar. Falta-lhe a lucidez para interpretar uma imagem ou perceber uma ficção. Talvez por isso, nunca tenha conseguido ler Saramago. Sob pena de se convencer que a história do cerco de Lisboa é aquela que resultou do erro de revisão de Raimundo Silva ou que a Península se tenha afastado do velho continente seccionada por aquele inocente risco que Joana Carda desenhara no chão.

■ Jorge Cordeiro

AINDA os direitos humanos

A propósito da comemoração do 50.º aniversário da Declaração Universal dos Direitos do Homem muita tinta correu, em Portugal e no mundo, e muitas declarações foram feitas sobre a matéria. Falou-se de «gerações de direitos», da sua violação, de interdependência e indissociabilidade, da sua actualidade e universalidade, de tradições culturais e condições históricas, de medidas e mecanismos para dar vida e garantia aos direitos, procurando-se criar a ideia dum enorme consenso em torno deste tema. Nada mais falso. Explorando valores universais de liberdade e justiça social, e sentimentos de solidariedade humana, os arautos do «pensamento único», os defensores da «terceira via» e outros acólitos do sistema jogaram com a hipocrisia, tentando iludir as suas responsabilidades, passadas e presentes, no afastamento e violação - inerente ao próprio carácter explorador e opressor do capitalismo - dos mais elementares aspectos que encerra o texto da Declaração.

Os direitos humanos são, sem qualquer dúvida, uma das mais acutilantes e actuais questões ideológicas com que homens e povos se defrontam. A manipulação deliberada e sistemática do próprio conceito de direitos humanos, e a essência redutora do seu desvirtuamento (como o Editorial do «Avante!» da semana passada referia), é o primeiro e principal traço desta ofensiva no plano das ideias. A defesa da supremacia dos direitos individuais, em contraposição aos direitos colectivos - económicos e sociais -, sendo a negação do espírito da Declaração aprovada há 50 anos, serve para apontar o dedo a povos e países que defendem o direito a decidir do seu destino e, por outro lado, a virar a cara aos flagelos sociais e outras violações dos direitos humanos «dentro da própria casa». O carácter unipolar da situação internacional, expresso pela política de domínio hegemónico dos EUA, permitiram-lhe esta dupla interpretação dos direitos e facilitaram que se arvorasse na sua «protecção». Trata-se duma enorme mistificação. Assim, os EUA e seus aliados fazem «tábua rasa» de direitos essenciais que, entretanto, exigem a outros povos e nações, «em vias de desenvolvimento», cada vez mais dependentes da «globalização» capitalista. Tal concepção permite «o direito» (!) de ingerência nos assuntos internos doutros países, desrespeitando a sua soberania e independência. Em nome dos direitos humanos decretaram-se bloqueios económicos, invadiram-se e agrediram-se países, bombardearam-se instalações, minaram-se mares e violou-se o espaço aéreo!... Em nome dos direitos humanos, do seu «cumprimento» - cujo nível de exigência é, no entanto, variável consoante as situações - se decidem ou não ajudas económicas. A evocação arbitrária de violações dos direitos humanos é hoje uma arma de domínio do imperialismo.

A evolução da situação dos direitos humanos, ao longo da História, tem estado e está associada à evolução da situação social, ou seja, às grandes transformações revolucionárias da sociedade, como o artigo «Uma sociedade com futuro» do último «Avante!» tão bem reflecte. Vivemos hoje uma conjuntura de regressão no cumprimento e respeito pelos direitos humanos. Mas este período, difícil e negativo, insere-se numa época em que novos horizontes se abriram com a Revolução de Outubro para a concretização do sonho milenário dos homens de pôr fim à exploração do homem pelo homem. Dos erros e desvios cometidos na longa caminhada da construção duma nova sociedade saberão os trabalhadores e os povos tirar as devidas lições. Porque cada vez se torna mais evidente a incapacidade de o capitalismo resolver os mais prementes problemas da humanidade. Antes, se tem assistido ao seu agravamento com a actual e brutal ofensiva do grande capital transnacional que trouxe mais fome, doenças, desemprego, obscurantismo - enormes desigualdades. A alternativa que se coloca aos homens e aos povos para assegurar a concretização dos seus direitos universais é o da luta que rompa com o actual sistema profundamente desumano. Congregando confiança e esforços asseguraremos «o reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família humana».

■ Manuela Bernardino



Foto: Sérgio Moraes

Porco - O que é nacional é bom?

Morre o padre José Felicidade Alves

Após três meses de doença, morre aos 73 anos o padre José Felicidade Alves, figura cívica de grande destaque na história portuguesa recente, com relevo para os últimos anos do fascismo português, que afrontou com rara coragem, inteligência e sentido de justiça, sofrendo, por isso, não apenas a perseguição do regime mas também a hostilidade da própria hierarquia da Igreja Católica, que chegou ao ponto de o excomungar.

Nascido a 24 de Março de 1925 e ordenado padre em 1948, José Felicidade

de Alves percorreu, desde o início, um brilhante magistério ao serviço da Igreja Católica e do ideal cristão. Para ilustrar o seu notável brilho intelectual, assinala-se que, com apenas 24 anos e recém-ordenado, o padre Felicidade Alves já dava aulas de Teologia Dogmática no Seminário dos Olivais - uma das disciplinas nucleares na formação dos futuros padres.

No final da década de 60 foi nomeado pároco de Belém, quando o país enfrentava o auge da guerra colonial e sofria na carne toda a brutalidade repres-

siva do regime, agravada pelo drama da guerra. E foi precisamente o drama da guerra e a sua esteira devastadora de injustiças e sofrimento que mobilizou a palavra e a intervenção cívica do novo pároco de Belém que, no exercício do seu magistério, denunciou corajosamente o drama que se estava a viver no país, começando progressivamente, nas suas homilias, a criticar a guerra colonial e a falta de liberdade política imposta pelo regime. As retaliações não se fizeram esperar, vindas da própria hierarquia da



Igreja: o cardeal Cerejeira suspendeu Felicidade Alves da paróquia de Belém em 1968. Estava aberto o conflito. Em 1970, Felicidade Alves

casou-se civilmente, o que lhe valeu imediata excomunhão. A sua capacidade de intervenção cívica, contudo, nunca desfaleceu e em 1975 Felicidade

Alves aderiu ao PCP.

O seu funeral no cemitério de Oeiras mobilizou uma impressionante homenagem popular, tendo-se o PCP

feito representar por Vítor Dias, membro da Comissão Política, e António Abreu, membro da Comissão Central de Controlo, entre muitos outros.

Guardas portuguesas atacadas em Macau

Um assassino solitário transportado numa mota atacou a tiro um grupo de guardas prisionais portuguesas numa esplanada de Macau, matando um deles e ferindo outro. As vítimas faziam parte de um grupo de nove guardas prisionais que tinham chegado há cerca de um mês ao território para reforçar a segurança na cadeia de Coloane, onde, actualmente, estão encarcerados numerosos indivíduos ligados às «triades» (a mafia chinesa), incluindo diversos dirigentes destas associações criminosas. As autoridades portuguesas

consideram que tudo aponta para as «triades» na responsabilidade deste crime, tendo o governador Rocha Vieira inferido que se tratará de uma retaliação, dado que estes nove guardas prisionais - seleccionados, em regime de voluntariado, em diversos estabelecimentos prisionais portugueses - foram destacados para o território de Macau com a missão específica de restabelecer a ordem no interior da cadeia de Coloane e impedir que as «triades» continuassem a manobrar a seu bel-prazer no interior do próprio presidio.

Muralha romana descoberta em Braga

Segundo a Lusa, os arqueólogos bracaraenses da Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho acabam de descobrir os contornos da antiga muralha romana e suevo-visigótica de Bracara Augusta - nome fundador atribuído à actual cidade de Braga pelas autoridades do Império Romano. «As escavações realizadas em diferentes pontos da cidade de Braga trouxeram à

luz do dia «panos» de muralhas, alicerces de torreões semicirculares e revelaram o momento da construção da muralha: a penúltima década do século III d.C., quando Bracara Augusta foi elevada a capital da província romana da Callaecia», afirmou Sande Lemos, um dos responsáveis pela descoberta. Segundo este investigador, «hoje, ao terminar a década, já

se obteve um conjunto de dados significativos, que permitem falar na muralha romana de Braga sem ambiguidades ou dúvidas», acrescentando que «as descobertas arqueológicas contrariam afirmações anteriores de arqueólogos portugueses e estrangeiros» e garantindo que «a muralha não é um fantasma arqueológico, mas uma sólida estrutura da qual se conservam extensos traços, ainda soterrados».



Queda de avião tailandês provoca quase 100 mortos

Um avião Airbus da companhia aérea tailandesa Thai International Airways despenhou-se junto ao aeroporto de Suret Thani, matando 95 pessoas e deixando feridas 45, em geral vítimas de queimaduras mais ou menos graves. O aparelho fazia a ligação entre Banguécoque e Suret Thani, tendo-se despenhado após ter sobrevoado por duas vezes a pista no meio de

uma grande tempestade, acabando, à terceira tentativa de aterragem, por se despenhar nos pântanos situados a um quilómetro do aeroporto, incendiando-se de seguida mas sem explodir, o que explica que tivessem sobrevivido 45 pessoas, todas instaladas na parte da frente do aparelho. A maioria das vítimas era de nacionalidade tailandesa.

UE quer referendo em Timor e a libertação de Xanana

«Uma solução definitiva para a questão de Timor-Leste não será possível sem uma livre consulta que permita determinar qual a verdadeira vontade do povo daquele território», defendeu esta semana a União Europeia, através da declaração dos seus 15 membros reunidos numa cimeira em Viena, onde se discutia a Agenda 2000. O texto da Cimeira da União Europeia em Viena exige, igualmente, «uma redução real e substancial da presença militar indonésia no território», bem como o «estabelecimento em Timor-Leste de uma presença permanente da ONU» e a libertação não apenas de Xanana Gusmão, mas também de todos os presos políticos timorenses. Foi a primeira

vez que a União Europeia tomou claramente estas posições sobre Timor-Leste. Assinala-se que, nas mesmas conclusões da cimeira, a UE aborda igualmente a questão de Macau, nomeadamente defendendo que «o pleno respeito pelo elevado grau de autonomia da futura região administrativa especial continue a garantir a identidade social, económica, jurídica e cultural específica de Macau».



Conflito na Guiné-Bissau em cimeira na capital do Togo

Deslocaram-se esta semana a Laomé, capital do Togo, delegações da Junta Militar e do governo guineense, chefiadas respectivamente pelo brigadeiro Ansumane Mané e pelo presidente Bernardo Vieira, para participarem numa

cimeira mediada pelos governos da Nigéria e do Togo. Trata-se de mais uma tentativa para se obter um entendimento duradouro que ponha termo ao conflito na Guiné-Bissau desencadeado há cerca de seis meses, quando estalou uma

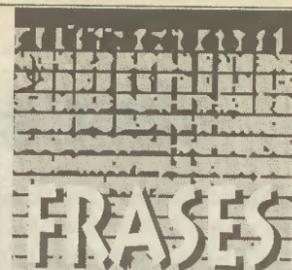
revolta militar chefiada por Ansumane Mané contra o governo chefiado por Bernardo Vieira, acusado de corrupção e nepotismo. Nesta cimeira de Laomé está também presente Francisco Fadul, o novo primeiro-ministro indigitado da

Guiné-Bissau, jurista que está a enfrentar dificuldades para formar um governo transitório o mais abrangente possível. Até ao fecho desta edição, ainda não concretizou o previsto encontro directo entre Ansumane Mané e Bernardo Vieira, que, até agora, apenas se avistaram separadamente com os mediadores. Estas conversações seguem-se às realizadas em Novembro último em Abuja, capital da Nigéria, onde se chegou à decisão de Bernardo Vieira se manter mais um tempo na presidência da Guiné-Bissau.

Clinton em Gaza

No quadro do processo de paz para o Médio Oriente, o presidente dos EUA, Bill Clinton, visita oficialmente a Faixa de Gaza, território que está sob administração palestina, sendo recebido com toda a solenidade pelo presidente Yasser Arafat. A visita - a primeira feita por um presidente norte-americano - teve como ponto alto a revogação, pelo Conselho Nacional Palestino, das cláusulas da Carta da OLP que

advogavam a destruição do Estado judeu. Todavia, este novo gesto de boa vontade não foi, mais uma vez, correspondido por Israel: o primeiro-ministro israelita, Benjamin Netanyahu, recusou-se logo de seguida a participar numa cimeira trilateral (EUA, Israel e Autoridade Palestina) a realizar em Erez, num alinhamento com a extrema-direita israelita que classificou a deslocação de Clinton como o «círculo de Gaza».



“Não se pode confiar em Blair”

(Augusto Pinochet, ao «Sunday Mirror», citado em «Público», 13.12.98)

“Há mesmo quem admita dar o assunto (Belmiro de Azevedo) por encerrado para não abrir uma “crise de regime”. É mau prenúncio. Depois de tudo o que já veio a público, é bom que a história seja contada até ao último detalhe. Com Cavaco e tudo.”

(Luísa Bessa - «Diário Económico», 15.12.98)

“Em Paulo Portas, mais do que as frases feitas, perturba-me o estilo adunco, austero e casto que exhibe, e que, em determinados momentos, me faz lembrar a figura mais sinistra da nossa história deste século.”

(Vasco Franco - «Semanário Económico», 11.12.98)

“Serve o exemplo do que se passou entre Saramago e a SIC para mostrar que a credibilidade de uma estação e de um jornalista é um bem demasiado precioso para ser sacrificado no altar da irreverência bacoca.”

(José Manuel Fernandes - «Público», 14.12.98)

“Só lamento que Saramago tenha colhido frutos tão amargos da disponibilidade e profissionalismo que revelou perante os “media”. É que os protagonistas ainda valem mais que os jornalistas. Ou não?”

(Miguel Gaspar - «Diário de Notícias», 15.12.98)

“Enquanto concessionária do serviço público de televisão, a RTP tem ainda um longo e difícil caminho a percorrer para afirmar a validade e a indispensabilidade do seu contributo para a televisão em Portugal.”

(Arons de Carvalho, Secretário de Estado - «Diário de Notícias», 11.12.98)

“A Radiotelevisão Portuguesa é um doente em situação estacionária.”

(Maria do Céu Guerra - «Diário de Notícias», 14.12.98)

“Há uma campanha contra a RTP, enquanto empresa fortemente motivada por um projecto sério de serviço público de TV, que continuará a servir-se de todos os meios.”

(Maria Elisa, Directora de Programas da RTP - «Diário de Notícias», 13.12.98)

“Há qualquer coisa na nossa cultura que nos educa para nos mantermos tristes, apáticos e neutralizados.”

(Luísa Costa Gomes - «Público-Leituras», 12.12.98)

“Tenho orgulho na minha honestidade”

(José Luís Tavares, presidente da Comissão de Arbitragem da Liga - «Público», 12.12.98)

Encontro Nacional de Quadros Por um sector público forte e dinâmico

Mais de 200 quadros comunistas de várias regiões e sectores profissionais encontraram-se, no sábado passado, no Salão da Junta de Freguesia de Alcântara, em Lisboa, para fazer o ponto da situação do processo de privatizações e das suas consequências, avaliar o que é hoje o sector público, afirmar e incentivar a exigência de um sector público forte e dinâmico, com serviços capazes de responder às necessidades nacionais.

Para além da presença do Secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, que encerrou os trabalhos (ver intervenção págs. 20 e 21), o Encontro, ao longo do qual foram proferidas cerca de trinta intervenções, contou com a participação de vários dirigentes do Partido e destacados quadros de várias organizações.

Um documento-base distribuído aos participantes (em discussão nas organizações até ao dia 11 de Janeiro e aberto às suas contribuições) foi o ponto de partida para um debate muito vivo e participado, de onde sobressaiu a justeza e oportunidade do encontro e a necessidade de prosseguir o aprofundamento das questões nele abordadas.

No final dos trabalhos, foi aprovada por unanimidade uma Resolução que sintetiza o debate e aponta para a necessidade de «uma política alternativa verdadeiramente de esquerda que garanta um novo rumo ao serviço dos interesses nacionais e do povo português». Um novo rumo que o PCP propõe «no quadro de uma organização económica mista, não dominada pelos monopólios, com sectores de propriedade diversificada e com as suas dinâmicas próprias, onde cabe um sector empresarial do Estado, um sector privado com empresas de diversa dimensão e um sector cooperativo e social».

Para Francisco Lopes, membro da Comissão Política, que abriu os trabalhos, «as privatizações são um mecanismo do reforço da subordinação da economia e da vida dos povos aos interesses do grande capital». Afirmando que «a história do processo de privatizações e das suas consequências para o País, dos programas e compromissos eleitorais e da prática concreta das várias forças políticas, das sucessivas fases, métodos e argumentos, das alterações constitucionais e legislativas, dos escândalos antigos e recentes, do nepotismo e da corrupção, não está feita», Francisco Lopes garante que «existem elementos suficientes para afirmar que estamos em presença de um dos mais graves atentados contra os interesses nacionais na história de Portugal».

O Governo PS, «que está a levar mais longe que qualquer

outro a destruição do sector público», já não se preocupa sequer em avançar argumentos, «é a privatização como objectivo em si, como transferência da propriedade pública para as mãos dos grupos económicos, independentemente das consequências para o País, os trabalhadores e as populações».

Carlos Aboim Inglez enquadrou as privatizações num processo de evolução da economia mundial capitalista que, ao longo das duas últimas décadas se tem pautado por «parâmetros marcadamente diversos dos que conheceu nos cerca de trinta anos seguintes ao final da 2.ª Guerra Mundial», ou seja, pela desaceleração das taxas de crescimento do produto, a explosão do desemprego - «tornado massivo e crónico» - e uma enorme massa de capital financeiro que parasita a esfera produtiva.

Naqueles trinta anos, a reconstrução do aparelho produtivo e a reconstituição dos grandes grupos económicos, a pressão ofensiva do movimento da classe operária e os notáveis

Segundo o Livro Branco do Sector Empresarial do Estado, o Estado detinha, em 1997, participações directas e indirectas em 1132 empresas. Destas, porém, só 78 eram directamente participadas e apenas 46 correspondiam a participações directas e maioritárias, nelas se incluindo a participação na Hidroeléctrica de Cabora Bassa, em Moçambique.

Assim, apesar do número reduzido, estas 45 empresas do território nacional, tanto pela dimensão e valor como pela importância económica e social dos sectores de actividade, representam o núcleo fundamental do Sector Empresarial Público.

As do sector não financeiro - 44 - detinham capitais próprios consolidados que ascendiam, em 1996, a 2.757 milhões de contos e geriam activos totais de 7.228 milhões de contos. A Caixa Geral de Depósitos - a única empresa do sector financeiro - geria activos totais que ascendiam a 7.327,2 milhões.

Números importantes mas «enganadores do ponto de vista dos objectivos económicos e sociais que deveriam ser assumidos pelo Estado», uma vez que, no final de 1997, o SEE contribuía com 8 por cento para o PIB, 2,6 por cento para o emprego total e com 3,6 por cento para o emprego assalariado.

Elsa Pedro, a quem coube a análise da situação do actual sector público, diz que se tratam de números tanto mais graves quanto se comparados aos anteriores às nacionalizações, o peso do SEE no PIB era de 7,8 por cento e no emprego de 12,4 por cento, ou seja, cinco vezes superior ao actual.

Passando à problemática da situação económico-financeira, o conjunto das empresas registou, em 1996, pela primeira vez, resultados líquidos globais positivos de 15,1 milhões de contos que, em 1997, deverão ter registado um acréscimo. Um resultado «notável», portanto - uma vez que o SEE tem vindo a ser «sucessivamente amputado das suas empresas mais rentáveis e lucrativas» -, mas também enganador já que encobre situações que vão dos resultados líquidos



avanços dos países socialistas no domínio dos direitos sociais havia tornado «consensual», segundo Aboim Inglez, o papel do Estado como «activo interventor económico», incluindo as nacionalizações e a generalização dos serviços públicos como conquistas da civilização. Uma orientação completamente diferente da que as políticas económicas neoliberais e monetaristas, que se delinearão nos anos 70, «prosseguem implacavelmente» e é determinada pela busca do grande capital de «novas fontes de obtenção de

mais-valia» e apropriação da riqueza acumulada ao longo de gerações. Não há, porém, «qualquer fatalidade histórica no curso actual», pois será sempre a luta de massas organizada que «imporá uma nova maré viva de progresso para uma sociedade mais livre, mais justa e mais humana».

Não há revoluções neutras

Feito o enquadramento nacional e internacional do

processo privatizador, as intervenções sucederam-se, umas aprofundando a correspondência deste processo com a natureza de classe do capital, outras dando exemplos vivos das dramáticas consequências sociais que daí resultam e que se traduzem, fundamentalmente, pelos despedimentos - um cômputo geral aponta para uma redução de 75 mil postos de trabalho -, a precarização do trabalho, a eliminação de regalias e direitos e a degradação das condições de trabalho.

Consequências que, segundo Jerónimo de Sousa, exige uma luta que tem que ser travada «no plano ideológico, político e social» e o «envolvimento e protagonismo dos trabalhadores».

Por vezes, «parece que agimos contra a corrente dos sentimentos e do conformismo prevalentes», porém, «sem voluntarismos mas sem claudicações, mais do que o desabafo clássico de «que não há condições para», importa avaliar «como é que criamos condições para»».

De facto, como sublinhou Domingos Abrantes, «a história ao longo dos séculos regista revoluções triunfantes, derrotadas e inacabadas, mais e menos avançadas» - sempre acompanhadas de «processos e tentativas contra-revolucionárias» - mas nunca registou «revoluções neutras». Pois «as revoluções fizeram-se sempre e continuam a fazer-se contra certas forças e classes e a favor de outras».

Enfim, um debate cuja riqueza e profundidade dificilmente podem ser descritas. Onde a teoria acompanhou o concreto, onde à denúncia de um processo de consequências dramáticas para o povo e para o País se seguia a determinação de prosseguir a luta por um sector público «forte e dinâmico», pela defesa e aprofundamento da democracia portuguesa, pela afirmação da independência e soberania nacionais.

No final, a informação de que até àquele momento (antes, pois, de terminado o prazo para entrega) o abaixo-assinado exigindo a redução em 15 por cento das tarifas eléctricas havia já recolhido 40 mil assinaturas foi acompanhado de fortes aplausos.

O retrato actual

positivos da ordem dos 81 milhões de contos, no caso da EDP, até prejuízos no montante de 72 milhões de contos, no caso da CP.

Aliás, para Elsa Pedro, está por provar «a alegada superioridade da gestão privada sobre a gestão pública», uma vez que a experiência o que mostra é que é «sob gestão do Estado que as empresas são reestruturadas e saneadas do ponto de vista económico-financeiro, para depois serem privatizadas».

Estado perde posições

Passando os olhos pelos vários sectores não financeiros (já que no sector financeiro apenas existe a CGD, ela própria em queda), podemos constatar quais as empresas que o Estado ainda detém:

- no sector da **energia** - EDP, Petrolgal, GDP e, por via desta, Transgás

- no sector das **comunicações** - CTT

- No sector da **comunicação social** - RDP, RTP e LUSA, com a RTP a perder importância

- No sector da **indústria** - Portucel, EDM, Estaleiros Navais de Viana do Castelo, INDEP, OGMA, Imprensa Nacional-Casa da Moeda e Siderurgia Nacional-Serviços

- No sector de **transportes** - as empresas de transportes ferroviários, fluviais e aéreos, transportes urbanos de Lisboa e Porto e o Metropolitano de Lisboa, tendo sido a CP dividida em três empresas: REFER, CP e EMEF

- No sector **agro-alimentar** - Docapesca, Companhia das Lezírias, CRCB, EPAC, Silopor, PEC e SIMAB.

Para além desta presença em sectores específicos, o Estado tem ainda participações na EDIA (Alqueva), Parque Expo'98, ENATUR, IPE, Partest e, finalmente, BRISA onde, já em 1998, deixou de ter posição maioritária.

Encontro de Quadros lança desafio ao Governo

Aplicar já as medidas de descentralização

Cerca de 250 quadros participaram no Encontro promovido no passado domingo em Aljustrel, pelo Organismo Inter-regional do Alentejo, que foi encerrado pelo Secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas.



Comunistas alentejanos desafiam o Governo a aplicar imediatamente medidas de descentralização

O Encontro teve como objetivo analisar a situação política e social, a descentralização administrativa, fazer o balanço das medidas de reforço da organização e aprovar o calendário de iniciativas para 1999.

No final da tarde, a sala do cine-teatro Oriental ficou totalmente repleta como a entrada de mais de uma centena de militantes do concelho que quiseram assistir à intervenção de Carlos Carvalhas.

O Secretário-geral do PCP começou por notar que a quadra natalícia é uma época em que os governantes procuram mostrar a sua preocupação com os mais desfavorecidos, como se as suas escolhas e as suas políticas nada tivessem a ver com as desigualdades sociais, o desemprego e a pobreza existentes. A política de concentração de riqueza e de subordinação aos interesses do

capital financeiro, explicou, é a política que no fundamental também caracteriza as propostas do PSD e do PP e que por seu turno, nas questões mais essenciais, não se distingue da política do Governo.

Sobre a ameaça feita por Paulo Portas ao PS de a partir de agora não mais o deixar dormir descansado, Carlos Carvalhas afirmou: «O PS com esta AD, com as suas propostas, com as alternativas que têm, infelizmente pode continuar a dormir bem descansado. Mas sabem o que tira o sono ao PS? É a luta dos trabalhadores, dos sunicultores, dos mineiros, dos agricultores, dos professores, das camadas médias...» E mais grupos não nomeou porque o ruído das palmas lhe abafou o final da frase.

Mais adiante, o Secretário-geral desafiou o PS - como teste ao desejo de regionalizar por si formulado aquando do referendo - a pôr em prática as propostas de descentralização saídas deste encontro e que, entre outras medidas, prevêem dar mais poderes ao Conselho da Região, uma participação mais activa na CCRA, a garantia de uma distribuição mais equilibrada das direcções regionais e outros serviços, a atribuição de mais competências, com os respectivos meios financeiros, às regiões de turismo e revalorizar o papel das assembleias municipais e associações de municípios.

Passar aos actos

A situação das minas de Aljustrel também foi referida por Carlos Carvalhas. Segundo

disse, «foi a luta dos mineiros, da autarquia e do Partido que levou agora o Governo a afirmar publicamente que as minas iriam ser reabertas. É tempo também aqui de passar das palavras aos actos: basta de promessas e de manobras. A economia do concelho, da região e do País exigem-no sem delongas».

Passar aos actos foi também o que pediu em relação aos projectos recentemente anunciados para Sines, Base Aérea de Beja e Alqueva, exigindo ainda o reforço das verbas do PORA e a concretização das acessibilidades estratégicas.

Depois de defender para o País «uma nova política social, não uma política assistencial», Carvalhas garantiu que o PCP continuará a pressionar o Governo para elevar o valor das pensões, reformas e salários, pois «se para os senhores da alta finança não falta dinheiro, nem benefícios fiscais, não se diga que não há dinheiro».

Segundo dados de Setembro do Eurostat, «os 10 por cento de portugueses mais ricos recebem 27,7 por cento do rendimento nacional total do país, enquanto os 10 por cento mais pobres apenas recebem 2,2 por cento».

Também a crise financeira internacional serviu de exemplo para mostrar como o capitalismo na sua versão mais moderna e dura, o neoliberalismo, está em todo o mundo a atirar milhões e milhões de pessoas para o desemprego e miséria absoluta, considerando que o socialismo renovado e enriquecido é o avanço e o futuro da humanidade, pois esta não está condenada à exploração e alienação permanentes.

Convocada 1.ª Assembleia da Organização do Alentejo

Para além da análise da situação política, económica e social no Alentejo, o Encontro deteve-se no trabalho efectuado para o reforço da organização partidária, que considerou «positivo embora insuficiente». Neste âmbito, foi destacada a realização de 49 assembleias de organizações de base, de oito organizações concelhias, com a participação de mais de um milhar de delegados, dos quais 217 mulheres, onde foram eleitos 36 organismos com um total de 341 eleitos, 142 dos quais pela primeira vez.

A par da renovação efectuada, é ainda salientado o fato de 35 por cento dos quadros eleitos terem idades entre os 20 e os 40 anos, e de apenas oito por cento ter mais de 64 anos.

Menos positivos foram considerados os resultados obtidos na eleição ou escolha dos coordenadores - apenas 14 dos 36 organismos procederam

à sua eleição; na divulgação da imprensa partidária e no aumento das quotizações.

Um segundo documento apresenta 13 medidas concretas para a descentralização, valorização do papel das autarquias e democratização das Comissões de Coordenação Regional.

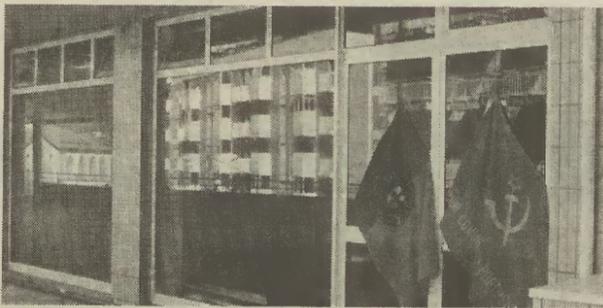
Por último, o encontro aprovou uma resolução em que manifesta o seu acordo à convocação da 1.ª Assembleia da Organização Regional do Alentejo para 28 de Fevereiro, no Pavilhão Polivalente do Bacele, em Évora.

A nova organização é constituída com base nas actuais organizações regionais de Beja, Évora e Portalegre e das organizações dos concelhos de Alcácer do Sal, Grândola, Santiago do Cacém e Sines.

Comunistas de Vila Real abrem nova sede

A Organização Regional de Vila Real vai abrir brevemente a nova sede, que será o primeiro centro de trabalho no distrito propriedade do PCP. Até lá, é ainda necessário proceder a obras de adaptação das instalações às necessidades de funcionamento do Partido.

Nesse sentido, a DORVIR decidiu dar novo ânimo à campanha de fundos e está a enviar aos militantes uma foto/postal (que reproduzimos) solicitando a sua contribuição financeira. Recorde-se que a campanha foi lançada em Junho passado e decorre até ao mesmo mês do próximo ano.



CAMARADAS FALECIDOS

Agostinho Ferreira

Faleceu com 79 anos, no passado dia 13 de Dezembro, o camarada Agostinho Ferreira, membro da Comissão de Freguesia de Caldelas. Foi 1.º Sargento do Exército, antifascista e lutador activo pela implantação da democracia em Portugal.

António Lopes Silva Peixoto

Faleceu, no passado dia 10 de Dezembro, com 69 anos de idade, o camarada António Lopes Silva Peixoto, membro da Comissão de Freguesia de Creixomil. Lutador antifascista, com ligação ao Partido desde antes do 25 de Abril, era responsável pela venda do «Avante!» e pela cobrança de quotizações na freguesia.

Armandina de Jesus Pereira

Com 73 anos de idade, faleceu, no passado dia 12 de Dezembro, a camarada Armandina de Jesus Pereira, militante da organização de Gondar. Era mãe do presidente da Junta de Freguesia de Selho S. Jorge (Pevidém) e sogra do presidente da Junta de Freguesia de Gondar.

Armando Dias Assunção

Faleceu recentemente, em Samora Correia, com 79 anos de idade, o camarada Armando Dias Assunção. Membro do Partido desde 1938, foi durante o fascismo um incansável lutador e um dos

mais destacados militantes comunistas de Samora Correia. Depois do 25 de Abril, foi eleito para a Assembleia Municipal de Benavente e integrou durante anos a Comissão de Freguesia do Partido, tendo contribuído decisivamente para a sua implantação naquela localidade, onde era muito estimado. No seu funeral, que teve a participação de centenas de pessoas, muitos membros do PCP e eleitos da CDU nos diversos órgãos autárquicos, integraram-se ainda camaradas da DORSA, António Rodrigues, do CC, e António Dias Lourenço que, numa sentida intervenção, evocou o carácter e o trajecto político deste destacado comunista.

José Almeida Vieira

Faleceu, no passado dia 11 de Dezembro, com 83 anos de idade, o camarada José Almeida Vieira, destacado militante da Organização de Lisboa. Membro do Partido desde antes do 25 de Abril, fez parte do assalto ao Pacote Santa Maria.

Sebastião Candeias Lagarto

Faleceu, no passado dia 6 de Dezembro, com 69 anos de idade, o camarada Sebastião Candeias Lagarto, operário reformado, destacado militante da Organização de Freguesia da Moita, Célula da zona sul. Antifascista convicto, foi preso várias vezes pela Pide.



Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

Porto Trabalho autárquico em análise

O trabalho e a intervenção dos comunistas e seus aliados nas autarquias do distrito do Porto foi o tema de uma reunião realizada no Centro de Trabalho da Boavista, que contou com a participação de Luís Sá, membro da Comissão Política do PCP.

Na reunião, realizada no passado dia 28 de Novembro, foram relatadas experiências e exemplos que suscitam muitas interrogações sobre as políticas do PSD e do PS nas autarquias. Destaca-se a tendência crescente para a privatização de serviços, através da sua concessão a empresas privadas, as «parcerias» com grandes grupos económicos em planos de investimento, comportamentos presidencialistas e esvaziamento dos órgãos colegiais.

Entretanto, apesar do desgaste do trabalho em minoria, a presença dos eleitos CDU tem sido valiosa na denúncia e resolução

dos problemas das populações. A importância da ligação entre a luta institucional e a luta de massas foi, de resto, sublinhada por Luís Sá.

Na sua intervenção, Luís Sá realçou ainda a luta do PCP pela descentralização, através do reforço das competências e das verbas das autarquias, a qual no entanto não constitui alternativa à necessidade de uma reforma com a criação das regiões administrativas. Por outro lado, considerou as Áreas Metropolitanas como instituições muito limitadas na sua capacidade de decisão e acção, referindo-se ainda à lei das atribuições e competências, da qual transparecem os objectivos da política neoliberal, no sentido da crescente desresponsabilização do Estado. Luís Sá considerou que a defesa do serviço público deve ser a resposta face à linha de privatização que invade cada vez mais a área do Poder Local.

AÇORES Subsídio motiva requerimento

Face à atribuição de uma verba de mais de 22 mil contos a um cidadão, ao abrigo da *Conta Especial de Emergência* criada pelo Decreto-Lei 231/86, alínea a), criada para acorrer a «despesas urgentes decorrentes de acções de socorro e assistência às populações atingidas por situações (...) de emergência, nomeadamente com alimentação, abrigo, agasalho, transporte, cuidados de saúde, e outros apoios destinados a minorar graves situações de carência (...), a aplicar «durante os primeiros dias de emergência», o deputado do PCP na Assembleia Legislativa Regional dos Açores, Paulo Valadão, dirigiu sobre a mesma um requerimento ao Governo Regional. Entre outras questões, o deputado comunista pergunta, designadamente, por que razão o Governo Regional fez recurso a essa conta, quais as regras processuais usadas para determinar a quantia atribuída e com que fundamento legal foram definidas essas regras e que critérios foram seguidos na selecção dos sinistrados a contemplar.

AVEIRO Situação laboral preocupante

A população de Aveiro tem sido ultimamente confrontada com notícias preocupantes sobre a situação laboral no distrito, de que se destaca a situação da empresa fabril Califa, de cujo futuro dependem mais de 300 postos de trabalho directo.

A Direcção da Organização Regional de Aveiro do PCP, em nota à comunicação social, considerando inaceitável que a viabilidade de uma firma e marca consagradas, com uma boa carteira de encomendas ainda que com um passivo acumulado volumoso, seja posta em causa por operações fraudulentas ou má gestão, refere as incertezas e preocupações idênticas que pesam também, no distrito, sobre empresas como a Renault, a Phillips e a Yasak Saltano.

Segundo os comunistas, as «sofisticadas» operações da Renault de Cacia, que atingem os interesses do País e o próprio futuro da empresa; a anunciada «reestruturação» a nível mundial - com os habituais «custos sociais» - na Phillips; os rumores sobre o despedimento de 1000 efectivos na Yasak Saltano, em Ovar, «adensam» as preocupações quanto a um agravamento da situação sociolaboral no distrito, pelo que exigem das entidades responsáveis «medidas adequadas» à salvaguarda dos direitos laborais e da economia nacional.

ODIVELAS Comunistas reorganizam-se

As organizações do PCP das sete freguesias do novo município de Odivelas - Caneças, Famões, Odivelas, Olival Basto, Pontinha, Póvoa de Santo Adrião e Ramada - reuniram, no passado dia 2 de Dezembro, para definir as formas de intervenção e acção que a nova área administrativa lhes coloca.

Sublinhando a importância da criação do novo concelho para a aproximação do poder local às populações e realçando o esforço feito pela Câmara de Loures para dotar aquela área de equipamentos, o PCP espera agora que a Administração Central cumpra com as obrigações que lhe competem para a instalação do município.

No plano organizativo, os comunistas de Odivelas criaram uma Comissão instaladora e uma Comissão Permanente da Organização Concelhia, marcando para 23 de Janeiro a sua 1.ª Assembleia de Organização.

PORTALEGRE Agravam-se assimetrias regionais

A Direcção da Organização Regional de Portalegre do PCP analisou a situação política, social e económica no distrito, concluindo pela existência de um agravamento das assimetrias regionais em desfavor das regiões deprimidas do interior. Assim, o PCP exige do governo e das entidades responsáveis do distrito medidas de excepção «que garantam soluções estáveis» para a situação de crise da sua indústria tradicional. O pagamento dos salários em atraso na Robinson e na Fino's - imprescindível para a viabilização laboral das empresas e manutenção do tecido produtivo -; a atracção de novas empresas que salvaguardem os protocolos assinados no que se refere à criação de postos de trabalho; a resolução da crise existente no Hospital de Portalegre, quer ao nível de profissionais quer de prestação de assistência médica, são algumas das medidas que a DORPOR preconiza para a melhoria das condições de vida da população do distrito.

PIDDAC/99 não corresponde às necessidades

A votação do Orçamento de Estado, na quinta-feira passada, deixou goradas as expectativas de muitas regiões que, considerando-se maltratadas no respectivo PIDDAC, haviam apresentado numerosas propostas de alteração, visando corrigir as assimetrias que este mantinha ou agravava.

Segundo a Direcção da Organização Regional de Bragança do PCP, que apresentou 52 propostas de alteração à proposta do PIDDAC para 1999, durante a discussão do Orçamento de Estado, a «sistemática baixa taxa de execução» do Plano - de 35/40 por cento, este ano, segundo as previsões -, retira-lhe credibilidade. E, como «se não bastasse» a prática de «inflacionar a proposta do PIDDAC», o Governo, «para parecer que vem mais dinheiro», inclui nele todos os investimentos previstos ou faz demagogia com «pequenas» e «ridículas» verbas.

Assim, depois de enumerar obras a que são reduzidas verbas ou que nem sequer são contempladas - como a beneficiação da EN213, o Quartel General de Mogadouro, o Centro de Saúde de Vinhais, ou a construção da Rede de Gás Natural, do Hospital do Mogadouro e da ponte internacional sobre o rio Maçãs -, a DORBA considera que «os habitantes do distrito têm todo o direito de se sentirem tratados como cidadãos de segunda».

Por sua vez, a Direcção da Organização de Vila Real saudou o crescimento de 33,48 por cento de verbas que se verificou no Plano para o distrito mas realça a alteração de critérios de imputação distrital que se verificou, «criando ilusões». Por outro lado, o facto de as entidades beneficiadas não serem discriminadas pode levar a que as referidas verbas «não venham a ser utilizadas». Um esclarecimento que os comunistas de Vila Real julgam necessário, uma vez que a taxa de execução prevista para este ano fica-se pelos 57 por cento.

A DORVIR considera, ainda, que o PIDDAC é «desequilibrado» e penaliza particularmente os concelhos de Boticas, Mondim de Basto, Murça, Sabrosa, Valpaços e Vila Real.

Entretanto, em conferência de imprensa realizada para apreciação do PIDDAC, a Direcção da Organização Regional de Setúbal, enumerando algumas das razões que sustentam a opinião desfavorável que os comunistas têm em relação ao Orçamento de Estado, considera que as propostas apresentadas pelo PCP eram «susceptíveis de serem financeiramente acomodadas mesmo num orçamento com a filosofia do que nos foi apresentado pelo governo do eng.º Guterres». Concretamente em relação ao distrito de Setúbal, a DORS apresentou dezenas de propostas visando a melhoria da qualidade de vida das populações do distrito e que passam pela área da Administração

Interna, do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território, da Educação, da Saúde da Solidariedade e do Ambiente.

Em Santarém, a Direcção da Organização Regional do PCP afirma, por sua vez, que a verba

são», na «redução das dotações previstas em 1998 para aplicação em 1999» e na apresentação de um «número significativo de acções dotadas de verbas irrisórias».

Também o Organismo de Direcção do PCP para o Vale do Cávado chama à responsabilidade do PS pelo seu voto contra as propostas apresentadas pelo PCP para obras há muito reclamadas pelas populações da região.

A construção de uma via de ligação rápida de Barcelos à auto-estrada, o início dos acessos à cidade de Braga, a construção

Organização na Emigração do PCP tomou posição pública sobre os mesmos.

Em relação à verba de 300 mil contos proposta pelo seu Grupo Parlamentar para reforço da importância destinada à difusão da cultura e língua portuguesas, o PCP lamenta que a mesma tenha sido rejeitada pelos votos contra do PS e a abstenção do PSD e PP. Fica mais uma vez adiado o reforço de um investimento «essencial ao fortalecimento dos laços da emigração portuguesa, sobretudo das gerações mais jovens, com Portugal», dizem os comunistas, para quem uma tal atitude contrasta, neste momento, «com a valorização da língua e da cultura portuguesas no Mundo que é impulsionada pela merecida atribuição do Prémio Nobel da Literatura a José Saramago».

Quanto à proposta de 26 mil contos para reforço de verbas para o Conselho das Comunidades Portuguesas, também apresentada pelo PCP e secundada posteriormente por uma outra proposta do PSD com o mesmo valor, ela acabou por ser aprovada com a abstenção do PS, totalizando uma importância de 62.500 contos.

A verba aprovada visa corresponder positivamente às necessidades mínimas apresentadas pelo CCP, a quem o Governo, com os seus «ridículos» 36.500 contos, pretendia negar os meios para um funcionamento «condigno e eficaz» na sua «função de representação da diáspora junto do Estado português».



A baixa taxa de execução do PIDDAC retira-lhe credibilidade, considera a DORBA do PCP

de 34 milhões de contos de investimento apontados pelo PIDDAC para o distrito, «continua a não corresponder às necessidades» e aponta, na sua apreciação, «o limitado desenvolvimento da rede viária regional» e «a insuficiente concentração de medidas e investimentos necessários» à regularização do Vale do Tejo e Sorraia.

O Plano de Investimentos/99 para Santarém, concluem os comunistas, traduz-se no «arrastamento» de acções e «repetido adiamento de prazos de conclu-

do IP9 para ligar Braga a Guimarães, a electrificação e duplicação da via férrea são algumas das propostas recusadas pelo PS, que igualmente votou contra as medidas de defesa e protecção do Pinhal de Fão, propostas pelo PCP.

Emigração

No próprio dia em que tomou conhecimento dos resultados da votação do OE, na Assembleia da República, a Direcção da

Setúbal Pescadores rejeitam medidas «avulsas»

Em conferência de imprensa, realizada no dia 3 de Dezembro, Luís Piçarra, Joaquim Tavares e João Lopes, membros da Direcção da Organização Regional de Setúbal do PCP, alertaram para os problemas criados à comunidade piscatória portuguesa pelo terminus, em Novembro de 1999, do Acordo de Pesca da União Europeia com Marrocos.

A Política Comum de Pesca «é um exemplo fiel da submissão dos interesses nacionais aos desígnios dos países ricos», afirmam, denunciando o desrespeito que existe pelas «especificidades nacionais», patente no Acordo de Marrocos, país com quem Portugal tem «excelentes relações» desde antes da sua adesão à C.E.E.

Lembrando que a frota portuguesa é inferior a outras frotas licenciadas no acordo, que o pescado capturado pela nossa frota é essencialmente comercializado nos portos portugueses e não tem valor comercial em Marrocos, o PCP garante que os pescadores portugueses não percebem que o Governo tenha recentemente recebido o ministro marroquino das Pescas, realizado a IV Cimeira em Marrocos e uma outra cimeira em Espanha e os «problemas da pesca tivessem ficado por tratar».

Esta é uma postura que, segundo os comunistas, revela a inexistência de uma política de Pesca e a falta de empenho na resolução dos problemas do sector que, entretanto, não aceita as «medidas avulsas» ou as «soluções extemporâneas» com que o Governo procura minimizar os problemas.

O PCP reivindica, pois, uma política efectiva de pesca que, entre outras medidas, defenda a reserva de 12 milhas para exercício em exclusivo da frota portuguesa e o alargamento da zona adjacente das 12 às 50 milhas como reserva preferencial para a frota portuguesa; apoios financeiros à modernização da frota; a negociação bilateral com Marrocos para a manutenção do acordo actual; o apoio à criação de empresas mistas; a atribuição de subsídios ao combustível nas embarcações de pesca local com motores a gasolina.

Preocupado, ainda, com as notícias relativas à privatização dos portos - que têm subjacente a perda de regalias dos trabalhadores -, a DORS do PCP reafirma a necessidade da criação de uma administração autónoma do porto e de uma capitania na área de Sesimbra.

Debate de urgência



O Grupo Parlamentar do PCP requereu a realização de um debate de urgência centrado

nos casos de empresas transnacionais em que se tem falado da hipótese de encerramento. Em carta dirigida ao Presidente da Assembleia da República, o líder parlamentar comunista, Octávio Teixeira, refere concretamente os casos da Texas-Instruments/Samsung, da Nestlé e da Siemens, bem como da venda da posição da Ford na Auto-Europa. Estas empresas, recorde-se, anunciaram ou o encerramento ou a adopção de medidas de gestão que, como salienta o deputado comunista, «criam um quadro de forte incerteza quanto ao futuro das respectivas unidades, quanto ao emprego de centenas de trabalhadores e à sobrevivência de pequenas empresas constituídas como subcontratadas».

Fiscalização do SIS



O PS e o PSD parecem ter finalmente chegado a acordo quanto aos três nomes a indicar para o

Conselho de Fiscalização dos Serviços de Informação da República Portuguesa. A eleição dos membros para este órgão fiscalizador, que se encontra inactivo há mais de três anos, decorrerá durante o dia de hoje, através do método de voto em urna, em lista fechada. Para que a eleição se concretize terão de votar na lista, que integra dois elementos indicados pelo PS e um pelo PSD, pelo menos dois terços dos deputados em efectividade de funções. O Conselho de Fiscalização do SIS deixou de funcionar ainda no mandato do anterior Governo após a demissão dos seus três membros. Na actual legislatura, o PS e o PSD falharam a eleição dos membros do Conselho. Foi eleito apenas o presidente, que acabou por se demitir por falta de quorum do órgão para que foi escolhido. Há exactamente um mês, recorde-se, o Grupo Parlamentar do PCP tomou posição sobre este vazio na acção fiscalizadora da «secreta», classificando-o como «um escândalo de bradar aos céus». Em projecto de lei então entregue no Parlamento, no qual preconizava medidas com vista à eleição do referido Conselho, superando o impasse criado pelo PS e PSD, os deputados comunistas denunciavam ainda esta situação por constituir «uma aberração na democracia portuguesa» e alertavam para o «perigo real» que ela representa «para os direitos dos cidadãos e para a vida democrática».

Sessão solene assinala Declaração Universal

Não há progresso sem respeito dos direitos do Homem

Foi com uma sessão solene que a Assembleia da República comemorou, faz hoje uma semana, no próprio dia em que a efeméride era assinalada um pouco por todo o mundo, a Declaração Universal dos Direitos do Homem. Na ocasião, os deputados acolheram por unanimidade e aclamação a sugestão de Almeida Santos de que o dia 10 de Dezembro entre no nosso calendário como o «Dia Nacional dos Direitos Humanos».

Intervindo em nome da bancada comunista, João Amaral evocou a data começando por situar ao tempo da aprovação pelas Nações Unidas desta magna carta dos Direitos do Homem os acontecimentos então mais marcantes no nosso país.

«Salazar reforçava uma ditadura que ainda iria durar mais um quarto de século, intensificava a repressão sobre o país e em particular sobre os opositores», recordou, exemplificando a tradução desse clima de terror que se abatia sobre as fábricas, os campos e os activistas políticos que se opunham ao regime, com o caso da expulsão de 21 professores de consagrado prestígio da Universidade, com os julgamentos em grupo como foi o caso do que ficou conhecido por «Julgamento dos 109», com a ilegalização do MUD, ou ainda com as vagas de prisões que atingiriam,

entre tantos outros, Álvaro Cunhal, Militão Ribeiro ou Mário Soares.

Esta empenhada luta pela liberdade foi assim, à época, como assinalou João Amaral, a contribuição portuguesa, «uma contribuição de luta e dor», pelos «direitos do Homem que a Declaração Universal estava a consagrar».

Documento cujo significado maior reside, na perspectiva do parlamentar comunista, no facto de «centrar os valores do progresso no cidadão».

«Seja onde for que esteja um Ser Humano está alguém portador deste complexo de direitos de natureza múltipla, direitos civis, políticos, sociais, culturais, económicos. Seja qual for o seu país, o seu bloco, a sua ideologia, a sua condição social, o seu sexo, a sua cor, ali está o nosso Universo, o ser humano», afirmou João Amaral.

Entendendo que a Declaração Universal «representa a aguda consciência que se foi criando de que em nenhuma sociedade pode haver progresso e justiça sem respeito dos direitos do Homem», concluiu em seguida que ao projectar essa afirmação «com alto sentido inovador» aquele documento, por um lado, «toma o cidadão na sua complexidade e diversidade» (só se cumprem os direitos do Homem respeitando simultaneamente os direitos civis e políticos e os direitos sociais, económicos e culturais), e, por outro lado, «assume a cidadania como instância autónoma universal», isto é, em que «não se é portador de direitos humanos por se ser cidadão de um país», mas «por essa realidade superior que é a qualidade de ser humano».

«Este programa de cidadania foi cumprido?» A resposta, depois de se interrogar, deu-a ainda João Amaral, pondo em evidência o que não deixa de ser a enorme contradição entre, por um lado, os extraordinários «avanços científicos e técnicos» que tornaram «as possibilidades do progresso maiores que nunca», e, por outro lado, a distância que ainda falta percorrer para que os direitos humanos

assumam a sua condição de «património universal».

Não obstante as «muitas mudanças de sentido positivo» operadas, observou o deputado do PCP, a verdade é que os direitos humanos «aqui e ali regrediram», «novas ameaças se perfilam, por formas que por vezes permanecem ocultas», sendo certo que «muitos milhões e milhões de seres humanos estão hoje condenados à opressão, à exploração e à miséria mais revoltante».

«Neste mundo do findar do século onde os interesses tomaram conta dos valores», torna-se necessário, pois, se quisermos «olhar para a Declaração dos Direitos do Homem para lhe dar um novo impulso», tomar consciência e perceber o «muito que falta fazer», «assumir o compromisso de ir contra-corrente» e «ter a coragem de dizer não», «não ao

enfraquecimento do papel do Estado como garante último da universalidade do exercício dos direitos», «não ao desaparecimento do Estado social de progresso», «não à submissão da vida política e social ao poder económico», «não à desregulação do trabalho e à desvalorização do insubstituível papel social que desempenha», «não à uniformização de padrões informativos e culturais feita a partir do poder dos meganegócios das indústrias do espectáculo».

«Enquanto houver seres humanos com direitos limitados e espezinhados, a nossa consciência de seres humanos solidários não terá tranquilidade, o nosso combate não esmorecerá. O nosso combate de democratas, de homens e mulheres de esquerda, de comunistas», rematou, assumindo ser esse de modo inequívoco o compromisso da bancada do PCP.

Touradas em Barrancos

O Grupo Parlamentar do PCP entregou na Mesa da Assembleia da República um projecto de lei que preconiza a manutenção dos touros de morte em Barrancos.

Rodeia Machado e Lino de Carvalho, deputados do PCP eleitos respectivamente por Beja e Évora, são os subscritores do documento em que se lê que a lei que proíbe as touradas com touros de morte em Portugal, em vigor desde 1928, «não se aplica quando se verifique tradição local», como é o caso da festa que anualmente se realiza, em Agosto, em Barrancos.

Os deputados do PCP recordam no texto que, apesar da proibição das touradas com touros de morte, a verdade é que tal dispositivo, quer durante o período da ditadura quer posteriormente até hoje, não impediu que essas touradas ocorressem «em determinados e circunscritos pontos do território nacional, praticamente sem interrupção».

Isto acontece, do seu ponto de vista, devido à existência de «tradição local, fortemente enraizada, que se sobrepôs sempre às determinações da autoridade», pelo que defendem, sem prejuízo da lei, para a generalidade do território nacional, devem ser adoptadas mecanismos que contemplem um caso como o de Barrancos.

A exemplo, recordam a lei francesa que «acolhe as touradas na forma que assumam na tradição local».

Nova Comissão de Ética

O Parlamento deverá aprovar hoje a constituição de uma nova Comissão de Ética, acabando assim com o que foi apelidado de conflito de competências de três anos entre comissões parlamentares que deixou sem fiscalização os mandatos de um terço dos actuais deputados.

Os projectos de lei e de resolução sobre esta matéria, discutidos em plenário no final da semana transacta, partiram do Presidente da Assembleia da República, Almeida Santos, merecendo a adesão do PS, PSD e do PP.

Posição diversa assumiu o Grupo comunista. Desde o início deste processo que tem manifestado reservas em relação à actualização do presidente da Assembleia da República neste domínio, bem como às alterações a introduzir na nova orgânica da Comissão de Ética.

António Filipe, em nome da bancada comunista, expressou a sua convicção de que a «existência da Comissão de Ética, tal como foi configurada na Lei 24/95, nem é inconstitucional, nem implica nenhum conflito de competências com a 1.ª Comissão».

As questões jurídicas entretanto suscitadas, em sua opinião, apenas servem para encobrir a «questão política fundamental», a qual tem a ver com o «regime de efectivação das incompatibilidades e impedimentos dos deputados previsto na Constituição e na Lei».

«Com esta iniciativa não se pretende resolver uma questão técnica. Pretende-se tomar uma

opção política substantiva sobre esta matéria, diferente da que todos os partidos e deputados aprovaram na véspera das últimas eleições legislativas», sustenta António Filipe, antes de recordar que a desautorização à Comissão de Ética só ocorreu quando esta se pronunciou sobre os casos concretos de dois deputados (Álvaro Barreto e Henrique Neto) em termos que não agradaram ao PS e PSD, decidindo estes acabar com o princípio da independência na apreciação dos casos de incompatibilidade. Até aí, registou-se, sempre a Comissão de Ética funcionou de forma incontestada.

Financiamento dos Partidos

Pôr termo às relações promíscuas

A Assembleia da República vai debater no próximo dia 7 de Janeiro o pacote de projectos de lei do PS, PSD e PCP sobre o financiamento dos partidos políticos. A decisão foi tomada na última conferência de líderes parlamentares, realizada no final da semana transacta, altura em que foi igualmente agendada para 6 de Janeiro a discussão e ratificação do Tratado de Amesterdão.

A proibição do financiamento dos partidos por empresas tem sido uma questão de princípio pela qual, recorde-se, desde há muito o PCP vem-se batendo. Remonta a 1993 a primeira iniciativa legislativa por si apresentada sobre esta matéria, vindo a ter posteriormente lugar a apresentação de dois outros projectos de lei da sua autoria, sucessivamente, em 1995 e 97.

«O desenvolvimento de qualquer crise de confiança dos cidadãos perante as instituições políticas e da suspeição popular da existência de relações promíscuas entre partidos e poder económico, só pode contribuir para minar o regime democrático e para alimentar a demagogia populista de forças extremistas de direita», afirmava o Grupo comunista na exposição de motivos do projecto de lei entregue em Abril de 1995.

Reiterada no texto era igualmente a ideia de que «o financiamento da vida política por empresas é inaceitável e deve ser inequivocamente proibido», propondo-se, simultaneamente, «uma mais adequada limitação das despesas eleitorais».

Importa entretanto realçar que nunca estas posições e iniciativas legislativas do PCP mereceram qualquer espécie de acolhimento por parte dos restantes partidos com assento parlamentar. Do mesmo modo que, até ao momento, só o PCP propôs a proibição do financiamento por empresas a partidos políticos, tendo sido também o único dos quatro maiores partidos com representação parlamentar que votou contra a actual legislação do financiamento dos partidos políticos e das campanhas eleitorais.

É convicção profunda da bancada comunista que o financiamento dos partidos políticos e da actividade política tem de assentar, como refere o preâmbulo do seu projecto de lei em debate no próximo mês de Janeiro, «nas contribuições dos seus militantes e simpatizantes, dos eleitos em sua representação e nas subvenções estatais que assegurem um mínimo de igualdade de oportunidades e de tratamento dos diversos políticos e candidaturas».

Orçamento do Estado para 1999

De positivo, só as propostas do PCP

O processo de aprovação do Orçamento do Estado para 1999 conheceu na semana finda a sua última etapa. Surpresas, propriamente, não as houve. Nascido sob os desígnios do Euro, tendo como guia e mentor o pacto de estabilidade, assim manteve a sua natureza até final, saindo incólume do processo de discussão na especialidade. Disto mesmo é testemunho, por exemplo, a manutenção dos escandalosos benefícios fiscais às operações financeiras, não obstante as propostas de redução substancial subscritas pela bancada comunista. Positivo, verdadeiramente, só mesmo as alterações ocorridas no âmbito do IRS, em resultado de propostas do PCP, que desagravaram a carga fiscal sobre os trabalhadores.

Quanto ao mais, em síntese, voltou a ser um epílogo anunciado, com o PSD a viabilizar com a abstenção da sua bancada o documento que apenas recolheu o voto favorável dos deputados do PS. O Grupo comunista manteve-se fiel ao posicionamento adoptado desde a primeira hora, deixando bem explicitados os motivos que justificaram o seu voto contra. Idêntico sentido de voto teve o outro parceiro da ainda virtual "AD" - o CDS/PP-, mas por razões bem diversas, indissociáveis de tacticismos eleitorais, já que é bem conhecida a sua identificação com as opções substantivas que perpassam o Orçamento.

Do ponto de vista das questões estruturantes, este é um Orçamento, pois, que mantém a mesma linha de rumo de clara subordinação aos ditames da moeda única e do pacto de estabilidade. Nele releve a «obsessão do PS pelos critérios da convergência nominal», no que é acompanhado pelo PSD e PP, com tudo o que isso tem representado de perda de importantes oportunidades para Portugal.

Octávio Teixeira, líder parlamentar do PCP, fê-lo notar na sua intervenção final, lembrando, entre outras oportunidades perdidas, a de «um crescimento mais rápido», a de um «reforço da estrutura produtiva do País» ou ainda a de «aproximar as condições de vida dos portugueses a padrões mais consentâneos com os da média europeia».

E advertiu sobretudo para o facto de, agora, «com a moeda única, com o pacto de estabilidade, com a ditadura do Banco Central Europeu», tudo passar a ser «bem mais difícil», como aliás já evidenciam as negociações em curso da Agenda 2000 onde, segundo Octávio Teixeira, «a posição de Portugal para defender os seus interesses próprios está muito mais enfraquecida».

Pacto de estabilidade

Mas de que modo é que este «espartilho» do pacto de estabilidade se fez sentir, concretamente, no Orçamento? A res-

posta deu-a o presidente da formação comunista, recordando, por exemplo, o modo como foi rejeitada pelo Governo e o PS na votação da despesa na especialidade toda e qualquer proposta de aumento, por pequeno que fosse, «não por porem em causa a bondade das propostas, mas, pura e simplesmente, porque poderia pôr em causa o limite fetiche do défice orçamental imposto pelo Banco Central Europeu».

A este propósito, não deixa igualmente de ser sintomático o comportamento assumido pelo PSD e do PP, que, movidos, pelo escrupuloso cumprimento de idêntico objectivo, conseguiram a «proeza» de com as suas mais de cem propostas «não aumentar, num escudo que fosse, a despesa e o défice orçamentais».

A este respeito vale a pena destacar o facto de a «proposta-fraude do CDS/PP relativa aos reformados» - assim lhe chamou Octávio Teixeira -, depois de tanta propaganda à sua volta, afinal, não materializar qualquer ambicioso aumento das pensões mais baixas, e limitar-se, tão-só, a uma sugestão ao Governo que, ainda por cima, tem como horizonte apenas o início do próximo milénio.

Claro está que sobre as grandes linhas de orientação e prioridades do Orçamento - como é, para além da moeda única, o caso do processo de privatizações e suas consequências negativas para as populações (lembra-se, por exemplo, foi o caso da EDP onde é hoje bem visível o conflito de interesses entre acionistas e os consumidores) -, não se ouviu uma única palavra crítica oriunda do quadrante do hemisfério ocupado pelos partidos da direita parlamentar.

Injustiças fiscais

Como não se ouviu da sua parte qualquer discordância relativamente à iníqua estrutura do nosso sistema fiscal. A única voz que se levantou contra o actual estado de coisas em matéria fiscal - indo verdadeiramente ao fundo da questão -, uma vez mais, foi a bancada comunista.

As propostas do PCP em IRS que beneficiam os portugueses

Rendimento mensal por casal	IRS a pagar em 1998	IRS a pagar em 1999	
		Proposta do PCP	Diferença
180.000\$	17.600\$	0\$	- 17.600\$
200.000\$	48.700\$	0\$	- 48.700\$
240.000\$	117.000\$	0\$	- 117.000\$
300.000\$	224.000\$	147.000\$	- 77.000\$
500.000\$	799.000\$	734.000\$	-65.000\$
600.000\$	1 137.000\$	1 117.000\$	- 20.000\$

Octávio Teixeira ao «Avante!»

«Profundamente criticável»

As cerca de vinte propostas do PCP que foram rejeitadas pelos votos convergentes do PS, PSD e PP, no âmbito da fiscalidade, consubstanciam o núcleo central de uma "reforma" fiscal inevitável. É profundamente criticável, do ponto de vista político como do social, que o Governo do PS assim tenha agido. Porque, afinal, o que é que o PCP propunha? Propúnhamos que fossem fortemente reduzidos os benefícios fiscais às operações e actividades financeiras, que consomem o melhor de cerca de 300 milhões de contos anuais. Que as mais-valias financeiras, obtidas basicamente na especulação bolsista, fossem tributadas. Que os rendimentos de capital fossem tributados na mesma medida em que o são os rendimentos do trabalho. Que os rendimentos da banca, dos seguros e das sociedades gestoras dos grupos económicos fossem tributados normalmente, sem privilégios que nada justifica. Que a administração fiscal pudesse ter acesso, em determinadas circunstâncias, à análise de contas bancárias, com garantia de sigilo. Para que não sejam possíveis situações como aquela que há tempos veio a público, de uma conhecida figura pública, que se desloca para a praia num avião privado, mas ao fisco declara que ganha, apenas, o salário mínimo nacional...

Mas essas alterações, mais cedo ou mais tarde, terão que ser aceites. Porque já nenhum Governo poderá agravar a pesada carga fiscal que tributa os trabalhadores e os consumidores (que, afinal, são os mesmos), de forma a "compensar" as benesses aos rendimentos de capital. O Governo do PS perdeu mais quatro anos, não fazendo a "reforma" que, anteriormente, também ele propunha. Por medo de se confrontar com os interesses instalados.

Se hoje conseguimos introduzir algumas alterações positivas no IRS, de alguma justiça relativa, no próximo orçamento, com um maior peso da bancada do PCP, será possível impor a tal "reforma" que conduza à justiça fiscal a que a maioria dos portugueses aspira e tem legítimo direito.



De si partiu, aliás, um conjunto de propostas concretas que poderiam consubstanciar, como salienta Octávio Teixeira em depoimento ao "Avante!" (ver caixa), o «núcleo central de uma "reforma" fiscal» que, em sua opinião, é «inevitável». Certamente por mexerem nos interesses dos grupos ligados às actividades financeiras, todas estas propostas foram rejeitadas com os votos convergentes do PS, PSD e PP, o que levou o presidente da bancada do PCP a considerar que esta foi «mais uma oportunidade perdida para avançar ousadamente numa reforma fiscal mais profunda e para desbastar corajosamente a montanha de benefícios e privilégios fiscais que tem vindo a aumentar rapidamente, favorecendo os rendimentos e empresas financeiras à custa da pesada carga fiscal que impende sobre os trabalhadores e os consumidores».

A marca do PCP

Mas se estas foram características «globais e determinantes» que se mantiveram imutáveis no Orçamento, justificando em larguíssima medida o voto contra da bancada comunista, justo é realçar que no estrito plano da tributação dos rendimentos do trabalho foi possível introduzir alterações que melhoraram significativamente a proposta original do Governo, isto é, reduziram a carga fiscal dos cidadãos.

Alterações que ficaram a dever-se, em primeira instância - ninguém parece ter dúvidas sobre isso -, à atitude da bancada comunista que, não se limitando à crítica, apresentou um largo número de propostas, propostas essas que permitirão a mais de 95 por cento das famílias portuguesas ver desagradada no próximo ano a sua carga fiscal.

Foi graças à iniciativa dos deputados comunistas, concretamente, que os rendimentos familiares de cerca de 25 por cento dos contribuintes do IRS - ren-

dimentos até cerca de dois mil contos anuais - passem a ficar isentos do pagamento deste imposto, do mesmo modo que foram as propostas do PCP que aumentaram de 25 para 30 por cento as deduções à colecta para as despesas com a saúde, com a educação e com a habitação.

Foi ainda a alteração à tabela do IRS subscrita pelo Grupo comunista que permitiu evitar que os rendimentos médios fossem agravados fiscalmente, como foi também uma proposta do PCP que levou a que no Orçamento ficasse consagrado o aumento significativo da participação do Estado no custo de medicamentos essenciais para o tratamento das doenças mentais.

Ficando a dever-se como ficaram à iniciativa do PCP, o debate e as alterações orçamentais no âmbito do IRS «tiveram a marca indelével das propostas do PCP», como bem sintetizou Octávio Teixeira.

O mesmo não pode dizer o PSD que sendo contra a substituição dos abatimentos ao rendimento pelas deduções à colecta, porque isso diminui a injustiça fiscal de que gozam os mais elevados rendimentos - embora não tenha coragem para o dizer -, chegou a apresentar uma proposta de sentido inverso, procurando manter o quadro actual em que os medicamentos, como explicou Octávio Teixeira, «são mais caros para os doentes de mais baixos recursos e mais baratos para os que vivem com gordos rendimentos».

Ainda a reter do debate, tendo justificado uma veemente denúncia da bancada comunista, está a proposta aprovada por PS, PSD e PP, com o apoio activo do ministro João Cravinho, visando, por um lado, impor um regime presidencialista na direcção das autarquias locais e, por outro lado, possibilitando o «prático desaparecimento da obrigatoriedade de concurso público para a adjudicação de obras públicas pelo poder local».

TRABALHADORES

Professores
no estrangeiro**O Governo
não pode
ignorar a greve**

Como era de prever, face às agressões do Ministério da Educação, que têm vindo a acumular-se desde o Outono de 97, os professores do Ensino de Português no Estrangeiro aderiram de forma massiva à greve convocada pelos sindicatos para 9, 10 e 11 de Dezembro.

Sendo certo que a matéria salarial constitui a motivação imediata e principal do movimento grevista, a adesão da maioria dos docentes nos diferentes países não seria possível se os professores não se sentissem feridos pelo desrespeito manifestamente demonstrado por parte da sua entidade de tutela quanto a outras aspirações e expectativas criadas, bem como relativamente a direitos fundamentais.

A adesão à greve cifrou-se globalmente em mais de 70% dos cerca de 450 professores destacados na Europa - 100% em Espanha, 95% no Luxemburgo, 70% em França, 65% na Alemanha (Áreas Consulares sob a administração portuguesa), mais de 50% na Suíça. Verificámos ainda vários casos de adesão solidária por parte de docentes em situação de contratação local que não estão directamente afectados pelas alterações salariais.

Perante o pré-aviso de greve, o Ministério da Educação limitou-se a informar a Comunicação Social de que tinha enviado aos sindicatos uma proposta de protocolo de acordo e estava à espera...

Ora o projecto de protocolo referido data já de 13 de Novembro e era de tal modo transparente que mereceu de imediato a recusa dos sindicatos.

Manter a posição de força, imposta desde Setembro passado, esperando que os professores e os sindicatos desistam da obtenção dos salários que resultam dos acordos de Julho de 1997, não resolverá este conflito. O ME não pode ignorá-lo, como os professores o não ignoram.

Em Paris, os professores ocuparam a Coordenação do Ensino durante o período de greve, tendo aí pernoidado de quinta para sexta-feira. Neste período pré-natalício, mais propício à preparação da festa da família, não o fizeram certamente por prazer.

Os professores são cidadãos conscientes, que executam um trabalho muitas vezes penoso com paixão e entusiasmo e que sabem o que merecem. Os direitos retirados são por eles considerados um roubo, e um roubo institucional é mais fortemente ressentido. Por isso lutaram nestes dois dias para afirmar a sua indignação. E continuarão a lutar enquanto for preciso para defender os direitos que são parte inerente da sua dignidade.

As reivindicações mantêm-se. São simples, coerentes e justas:

- Pagamento até 31 de Dezembro dos acertos na remuneração global anual do ano civil de 1998, tomando como referência a tabela de vencimentos ilíquidos em vigor até 31-08-98;

- Negociação das tabelas do Suplemento de Residência sem perverter os compromissos salariais assumidos e o princípio estabelecido no Decreto-Lei n.º 13/98 de o Suplemento de Residência ser uniforme por país;

- Clarificação expressa e escrita por parte das entidades competentes quanto à incidência (ou não incidência) do IRS sobre os Suplementos de Residência;

- Pagamento segundo as últimas tabelas aprovadas e publicadas, até à aprovação e publicação das tabelas previstas pelo novo Regime jurídico;

- Calendarização e quantificação das correcções necessárias para o equilíbrio coerente dos poderes de compra nos diferentes países, segundo critérios e bases de dados internacionalmente aceites;

- Direito à protecção social na doença para os professores em Espanha, tendo em conta o facto destes docentes residirem e trabalharem neste país, e reposição desse mesmo direito aos cônjuges dos professores nos restantes países - abusivamente retirado desde Setembro de 1998.

O Ministério da Educação deve também assumir uma postura negociadora com vista à resolução do problema que afecta os docentes na Alemanha, cujos lugares deixaram de ser ocupados por concurso, defraudando as expectativas criadas pelos acordos de 1997.

■ Alexandre Milheiro

Secretário-geral do Sindicato dos Professores no Estrangeiro

Fenprof reafirma o valor da luta

**Vitória dos professores
consagrada em acordo**

As principais exigências da federação estão contempladas no acordo firmado sexta-feira com o Ministério, sobre a estrutura da carreira docente, e que «constitui uma importante vitória dos professores e educadores».

«Ao longo de quase dois anos, através de negociações duras e exigentes, apoiadas em diversíssimas formas de acção e de luta desenvolvidas pelos professores e educadores, a Fenprof conseguiu consagrar no texto do acordo, ainda que parcialmente, as suas principais exigências», salienta o Secretariado Nacional da Federação. Na nota distribuída à imprensa são apontadas estas reivindicações: «uma redução significativa na duração da carreira docente, a manutenção da paridade com as carreiras técnica e técnica superior da Administração Pública, a melhoria dos índices e situações de todos os professores, a salvaguarda dos direitos dos professores aposentados em 1998».

Notando que, «mesmo quando, em muitos casos, a solução final não corresponde inteiramente às propostas da Fenprof, ela traduz-se normalmente em melhorias significativas para a situação salarial e de progressão na carreira», a federação sublinha que, «com o acordo agora assinado, ganham os professores mas ganhará também, a curto prazo, a causa da educação, do ensino e da escola pública de qualidade».

A partir de agora, a carreira docente fica «mais valorizada

Continuar

Ainda em torno do Estatuto da Carreira Docente, a Fenprof lembra que há outras lutas para

do 25 de Abril», a Fenprof declara que «não abdicará de participar, com os professores, nos debates e nas soluções que se avizinham em torno, nomeada-



A revalorização da carreira docente vem também favorecer o projecto de um ensino público de qualidade (foto de arquivo)

e mais atraente», e a Fenprof expressa o seu orgulho pelo papel que desempenhou « neste longo processo negociado », que « a informação permanente aos professores, o debate das suas propostas e das que iam sendo apresentadas pelo Ministério, o esforço pela unidade na acção de todos os professores, a articulação entre as negociações formais e as formas de acção e de luta » tornaram possível.

travar, designadamente, pela abolição dos créditos na formação contínua, pela indexação das reformas aos salários, por um regime dinâmico de vinculação dos contratados, pelos complementos de formação para não licenciados, por um Estatuto que estabilize e dignifique os professores do ensino artístico.

Renovando o apelo « à continuação da luta por uma escola democrática, de sucesso, de qualidade, que concretize os ideais

mente, da gestão das escolas, da gestão flexível dos currículos, da formação inicial e contínua dos professores ».

No 2.º período lectivo, a federação vai realizar em Coimbra um fórum « Em defesa da escola pública », iniciativa que vem reforçar a luta « contra os privilégios e os favores com que o ME tem vindo a brindar o ensino privado, numa postura digna de qualquer governo assumidamente neoliberal ».

**Assinada escritura
da sede da CGTP**

A campanha de fundos decorre até Outubro de 1999

A CGTP-IN celebrou antontem com o Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social o contrato de compra e venda dos andares onde se situa a sua sede, no n.º 1 da Rua Vítor Cordon, em Lisboa.

O custo das obras (a maior parte delas já efectuadas) fez ascender a 650 mil contos o valor da aquisição, dos quais falta pagar cerca de 450 mil contos.

Instalada desde 1974 naquele edifício - que tem cerca de um século -, a Intersindical Nacional decidiu comprar a sua sede em 1992, altura em que foi assinado o contrato-promessa de compra e venda. A escritura definitiva foi atrasada pelos procedimentos de constituição da propriedade horizontal.

Para financiar a compra, a CGTP lançou em Outubro uma campanha de angariação de fundos, que decorre durante um ano e tem por objectivo recolher 200 mil contos.

A angariação de fundos é

feita, sobretudo, nos locais de trabalho, pelos dirigentes e activistas sindicais, através da sensibilização para a aquisição de títulos de participação e solidariedade, cujos valores variam entre os mil e os cem mil escudos. Para a central, a campanha é encarada como « um elemento de dinamização da acção sindical », que « poderá tornar-se num amplo movimento de solidariedade, envolvendo todos os que reconhecem o papel relevante da CGTP-IN na sociedade ».

Um primeiro balanço da campanha deverá ser feito no primeiro trimestre do próximo ano.

O dinheiro conseguido na campanha será utilizado para amortizar a dívida. Com este objectivo, a CGTP já pagou cerca de 60 mil contos. Segundo o contrato assinado antontem, a central tem 25 anos para liquidar o valor da aquisição, a que acrescem juros indexados à taxa Lisbor corrente.

TRABALHADORES

Amorim

Fartos do jogo do empurra entre as administrações das empresas e a holding, os representantes dos trabalhadores das empresas corticeiras do Grupo Amorim concentraram-se na passada sexta-feira junto à sede central, decididos a não abandonar as instalações enquanto não obtivessem compromissos claros e sérios sobre a negociação do caderno reivindicativo. Segundo o Sindicato dos Corticeiros do Norte, este caderno foi entregue à holding, mas a administração desta vem dizendo que deve ser discutido em cada uma das empresas; as administrações das empresas, por seu turno, alegam que nada podem resolver, por se tratar de uma competência da holding.

Creches e lares

O problema das carreiras profissionais, que se arrasta há 15 anos, foi o principal motivo que esteve na origem da concentração levada a cabo sexta-feira à tarde, junto à Secretaria de Estado da Segurança Social, por ajudantes de creche e jardins de infância, vigilantes e ajudantes de ocupação, ajudantes de lar e centros de dia, que naquele dia estiveram em greve. O Sindicato da Função Pública do Sul e Açores recorda que «este Governo prometeu resolver os problemas, e até hoje está tudo na mesma» e avisa que «os trabalhadores não estão dispostos a aceitar esta situação e vão lutar para a resolução do seu enquadramento profissional».

Fertagus

O tráfego ferroviário na Ponte 25 de Abril foi entregue pelo Governo à Fertagus, num processo de que a própria CP foi forçada a afastar-se, mostrando que «em termos de privatizações, não se olha a meios para atingir os fins», protesta o Sindicato dos Ferroviários do Centro. O investimento de muitos milhões de contos para permitir a circulação de comboios na Ponte foi suportado pelo Estado, com dinheiro dos contribuintes, mas a exploração é entregue a uma empresa privada que, sem qualquer tipo de investimento, vem praticar tarifas mais elevadas que nas linhas da CP, recorre a trabalhadores a prazo e sem direitos e vê ainda salvaguardada pelo Governo a possibilidade de não obter os esperados lucros. Num comunicado que distribuiu na semana passada, o sindicato alertou ainda o pessoal da CP para o conteúdo de uma circular em que o Conselho de Gerência intimida os trabalhadores a ficarem em casa por extinção do posto de trabalho, apelando a que continuem a apresentar-se na empresa.

Governo marca passo na Administração Pública

Mais um milésimo até à reunião de Janeiro

Na ronda negocial da passada sexta-feira, o Governo «aumentou» a sua proposta de aumento salarial para a Administração Pública de 2,4 para 2,5 por cento, ameaçando que na próxima reunião, dia 5 de Janeiro, apresentará um valor «muito próximo do final».

Um dirigente da Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública, visivelmente insatisfeito com o novo valor avançado pelo Governo e com a forma como este tem encarado as negociações, disse aos jornalistas que esta «aparentemente, foi apenas uma reunião para preencher calendário».

«Esperamos que na próxima reunião haja uma proposta negociável porque valores como este não justificam mais perdas de tempo», disse Santos Braz, citado pela Agência Lusa.

A Frente Comum reivindica aumentos de 6,5 por cento, que possibilitariam a equiparação do salário mínimo da Função Pública ao salário mínimo nacional, mas está disposta a aceitar que esta equiparação seja feita de forma faseada, desde que nenhum trabalhador tenha um aumento salarial em 1999 inferior a cinco contos.

Elevada adesão na Saúde

Os elevados índices de adesão à greve de 10 e 11 de

Dezembro «demonstram bem a real determinação dos trabalhadores da Saúde na defesa dos seus interesses e direitos, mas também na defesa da prestação de um serviço público de maior qualidade, contra as privatizações», afirma a Federação Nacional de Sindicatos da Função Pública.

Entre os dados mais significativos, a FNSFP apontava, ao princípio da manhã de sexta-feira, as taxas de adesão à greve nos hospitais de São José, Santa Maria, Santa Marta, Capuchos, Desterro, Miguel Bombarda, São Francisco Xavier e IPO, em Lisboa, e ainda nos hospitais de Castelo Branco, Covilhã, Beja, Ota, Barreiro, Garcia da Orta (Almada), Angra do

Heroísmo e Horta, e em diversos centros de saúde.

«Cabe ao Governo, a muito curto prazo, demonstrar real vontade de ultrapassar as questões colocadas no pré-aviso de greve, evitando assim maiores transtornos para os utentes, resolvendo os problemas e satisfazendo as justas reivindicações dos trabalhadores», exige a federação.

Os motivos que levaram à paralisação têm a ver com actualização de salários, dignificação de carreiras, combate à precariedade de emprego, publicação do despacho sobre abono para falhas, recusa da política de privatização de serviços e repúdio do pacote laboral.

Prontos para parar contra o pacote

A Comissão Intersindical da Lisnave apresentou na semana passada, ao Ministério do Trabalho e à administração da empresa, um pré-aviso de greve para o período a partir das 13.30 horas do dia para o qual a Assembleia da República agendar a discussão e votação da Proposta de Lei sobre a generalização do trabalho a tempo parcial e respectivos incentivos.

A declaração de greve aponta como objectivo «impedir a aprovação da Proposta de Lei para o salário parcial, designada de *trabalho a tempo parcial*» e ressalva que o pré-aviso «poderá ser complementado ou precisado caso a caso».

A estrutura sindical do estaleiro formalizou assim a medida aprovada na recente Conferência de Organização Sindical da CGTP. Semelhante trabalho está a ser realizado noutros sectores e empresas, não obstante o agendamento da primeira «dose» do pacote laboral já só ser possível no novo ano.

A mobilização dos trabalhadores para a luta contra o diploma do trabalho a tempo parcial e as demais peças do pacote foi uma das principais decisões da última reunião da direcção do Sindicato dos Metalúrgicos do Sul, que aprovou uma resolução sublinhando que «os deputados, quando estiverem a discutir na AR este diploma, não podem nem devem ignorar os pareceres emitidos» pelos trabalhadores

e suas estruturas durante o período de discussão pública.

Ainda as 40 horas

Apesar das vitórias obtidas pelos trabalhadores e dos acordos conseguidos pelos sindicatos em muitas empresas e sectores, e já depois de publicada a Lei 73/98 (que clarifica a

contagem das pausas como tempo de trabalho), há ainda patrões que se recusam a aplicar a redução do horário de trabalho para o máximo de 40 horas semanais.

As denúncias públicas desta atitude partiram das uniões de sindicatos de Aveiro e do Porto. O plenário distrital de dirigentes, delegados e activistas sindicais e mem-

bro de comissões de trabalhadores do distrito do Porto, reunido dia 10, repudiou vivamente a «carta vergonhosa» do ministro Ferro Rodrigues ao patrão da CIP, e exigiu que os deputados da AR assumam as suas responsabilidades e não permitam que negociatas e compromissos se sobreponham a uma lei da República.

EFFAs foram bater à porta de Guterres

Representantes dos trabalhadores dos estabelecimentos fabris das Forças Armadas deslocaram-se sexta-feira à residência oficial do primeiro-ministro, para exigir o abandono do projecto de Estatuto do Pessoal Civil e renovar a exigência de participação na reestruturação do sector.

O projecto de Estatuto do Pessoal Civil dos estabelecimentos fabris do Exército, re apresentado agora por Veiga Simão, reproduz na íntegra um outro, de 1996, rejeitado pelos trabalhadores e mandado arquivar pelo então ministro da Defesa, António Vitorino. Para o sindicato do sector (STEFFAs/CGTP), «o projecto surge como um primeiro passo para a concretização da resolução do Conselho de Ministros sobre a reestruturação dos EFFAs», mas «antes deste ou de qual-

quer outro passo, deveria ser dada aos trabalhadores e seus representantes a possibilidade de participação na reestruturação, cujas linhas programáticas suscitam grande preocupação, quer pela insegurança no emprego, quer pelo ataque a direitos adquiridos, quer quanto ao futuro do sector».

O sindicato, em nota divulgada à comunicação social, precisa que «é notória e muito preocupante a intenção de entregar as actividades dos estabelecimentos militares a empresas privadas, sabendo-se até que a algumas destas estão ligados nomes com cargos de responsabilidade nos EFFAs».

Aos trabalhadores do sector, defende o sindicato, deve ser reconhecido o estatuto de funcionários de entidade pública, «reclamação que em Março

deste ano o próprio secretário de Estado da Defesa prometeu satisfazer». Para o STEFFAs, «é necessário acabar com a instabilidade que a actual situação provoca nos trabalhadores e nas suas famílias», «os contratados a termo não devem ser despedidos, têm é que passar a efectivos» e «a reestruturação deve ser feita com o conhecimento e a participação dos trabalhadores e dos seus representantes».

A António Guterres foram deixados abaixo-assinados do pessoal da Manutenção Militar, do Laboratório Militar, das Oficinas Gerais de Material de Engenharia, das Oficinas Gerais de Fardamento e Equipamento, e do Arsenal do Alfeite. Simbolicamente, foi-lhe também devolvido o projecto de Estatuto do Pessoal Civil dos EFE.

Acidentes

Uma paralisação simbólica de 30 minutos, em memória das vítimas mortais de acidentes de trabalho, foi convocada para antontem à tarde pelo Sindicato dos Trabalhadores da Construção do Norte. A paralisação inseriu-se num conjunto de medidas que o sindicato está a promover visando aumentar as condições de segurança no trabalho no sector, onde, durante os primeiros seis meses do corrente ano, registaram-se 86 mortes devido a acidentes de trabalho. Em 1997, o número de vítimas mortais ascendeu a 196.

O sindicato considera, refere a Lusa, que a situação está a atingir «proporções drásticas e descontroladas» e apresentou segunda-feira um documento intitulado «Construir com segurança e qualidade», no qual defende algumas medidas para alterar a situação, como o aumento do investimento na formação dos trabalhadores e a criação de legislação que impeça a existência de trabalhadores sem carteira profissional.

Correios

Uma greve de três dias é a resposta do Sindicato Nacional dos Correios e Telecomunicações à ruptura das negociações do Acordo de Empresa nos CTT, cuja responsabilidade é imputada à «irreduzibilidade e incompetência» do conselho de administração, «com a cobertura da secretária de Estado». Ao anunciar a greve de 22, 23 e 24 de Dezembro, o SNTCT afirma que «as justas reivindicações dos trabalhadores não são satisfeitas, em detrimento de medidas de gestão que beneficiam uns poucos trabalhadores, como a pseudodivisão de lucros». Vem «piorar ainda mais a situação» o facto de o presidente da administração insistir em marcar falta injustificada a cerca de três mil trabalhadores que participaram em plenários, no dia 14 de Outubro.

Enfermeiros

Com uma média de idades de 35 anos, os 96 novos dirigentes regionais do Sindicato dos Enfermeiros Portugueses, eleitos a 24 de Novembro, tomaram posse na semana passada, no mesmo dia em que reuniu o Conselho Nacional do SEP, em Lisboa. Os novos dirigentes têm «projectos de continuidade relativamente ao trabalho desenvolvido pelas anteriores direcções regionais», afirma uma nota do sindicato, cuja direcção interpreta a votação dos enfermeiros como uma confirmação da «confiança no projecto político-sindical e na linha de intervenção» do SEP.

CDU/Porto debate

Os problemas e os projectos da cidade

As promessas não cumpridas e as necessidades mais urgentes da cidade do Porto foram tema da conferência de imprensa da CDU/Porto.

Realizou-se, no início deste mês de Dezembro, o encontro com a imprensa com a presença de Ilda Figueiredo, vereadora da Câmara Municipal do Porto, Jorge Sarabando, da Assembleia Municipal do Porto, e António Campos e Henrique Ornelas, das Assembleias de Freguesia de Campanhã e Massarelos.

No ponto da situação dos projectos apresentados e dos «muitos milhões anunciados», sobram dúvidas sobre a sua concretização, considerando a CDU «de grande importância a perspectiva de requalificação de uma vasta e significativa área da cidade».

Em grande atraso está o PER - Programa Especial de Realojamento, «cujo protocolo foi assinado pela CMP há cerca de quatro anos e meio (15 de Julho de 1994), prevendo 1.356 novas habitações sociais». Num momento em que o programa já devia estar concluído, «as primeiras 84 casas do Bairro das Condominhas estão agora a ser entregues e apenas mais 24, nos Choupos/Ramalde, estão quase prontas», sublinha-se no documento distribuído à imprensa. Assim, «com o vagar e o atraso em que tudo continua», a CDU teme que sejam necessários mais quatro anos para concluir este

programa, «apesar das condições degradantes em que vivem milhares de pessoas em ilhas municipais, barracas e habitações sobrelotadas nos bairros municipais».

De entre as outras promessas e projectos adiados, a CDU lembra ainda o centro materno-infantil e os centros de saúde de Aldoar e Ramalde, ou os edifícios onde funcionam o Museu de Etnologia e o Tribunal de S. João Novo que «nem o facto de estarem no centro histórico, classificado Património da Humanidade, lhes valeu».

Neste quadro, a CDU/Porto considera fundamental, de par da prioridade absoluta à conclusão do PER, a reabilitação da zona antiga e dos bairros sociais e construção da rede municipal

de esgotos em toda a cidade, a construção urgente de pavilhões gimnodesportivos em escolas básicas e secundárias, dos prometidos centros de saúde de

Aldoar e Ramalde e do centro materno-infantil.

Uma outra prioridade é a beneficiação das escolas infantis e básicas do 1.º ciclo, a sua

cobertura integral por cantinas e a criação de Centros de Ocupação de Tempos Livres para as crianças e jovens que não têm qualquer ocupação pós-escola.



Pelo direito à educação, os estudantes terminaram a sua manifestação numa vigília na Praça do Comércio

Suicultores manifestam-se em S. Bento

Com bandeiras negras e cartazes, cerca de meio milhar de suicultores manifestaram-se, no passado dia 10 de Dezembro, frente à Assembleia da República.

A concentração, organizada pelo Movimento dos Suicultores para a crise de 98, veio dar sequência à manifestação de Rio Maior, «interrompida na sequência de inadequada e violenta carga policial pelas forças de segurança destacadas no local, que originou a revolta e uma reacção imprevisível dos suicultores presentes».

O problema dos suicultores «não é a colocação do seu produto, mas sim o preço que recebem pelo

mesmo, como consequência dos excedentes comunitários», afirma-se no comunicado divulgado durante a concentração.

«Os suicultores têm plena consciência de que ao continuarem a defender e a reivindicar as soluções capazes de impedir a derrocada do sector, estão também a defender» a economia nacional, sublinham ainda os promotores do protesto.

Os manifestantes entregaram aos grupos parlamentares alguns leitões - um «presente de Natal» -, devolvidos com palavras de solidariedade.

Uma luta que irá continuar, «por uma vida com futuro».

Estudantes pelo direito à educação

O direito à educação, num momento em que as verbas que lhe são destinadas no Orçamento de Estado registam um decréscimo de 2,1 por cento, foi o elemento aglutinador num protesto que, dia 10 de Dezembro, reuniu largas centenas de estudantes, em Lisboa.

Concentrados a princípio frente ao Ministério da Educação, os estudantes, vindos do Porto, Coimbra, Évora, Algarve, Covilhã, Lisboa e Setúbal, integraram-se depois numa vigília na Praça do

Comércio, que evocava os 50 anos da Declaração Universal dos Direitos do Homem.

«Socialismo na gaveta, este ensino é uma treta», «Bolsas sim, propinas não, este governo não tem educação», foram alguns dos *slogans* entoados. Um Pai Natal «disfarçado de Grilo», oferecendo «presentes envenenados» - cortes no orçamento de Estado, mais propinas, má qualidade de ensino e uma acção social ineficaz -, foi um dos elementos de animação do protesto.

Homenagem a João Raimundo

No passado sábado, dia 12 de Dezembro, realizou-se uma homenagem pública da cidade de Almada a João Raimundo, operário corticeiro, associativista e membro do PCP desde 1935.

A homenagem foi organizada pela Associação «Amigos da Cidade de Almada», pelas Escolas do Clube Desportivo da Cova da Piedade e por diversos dirigentes associativos do concelho. Teve a participação da Câmara e da Assembleia Municipal, das juntas de freguesia da cidade, da Cooperativa Piedense, da Cooperativa Almadense, da Academia Almadense, da Sociedade Incrível Almadense e da Sociedade Filarmónica União Artística Piedense.

Na cerimónia estiveram presentes representações do Comité Central do PCP e da Comissão Concelhia de Almada do PCP. Carlos Carvalhas, secretário-geral do PCP, bem como Álvaro Cunhal e Blanqui Teixeira, enviaram mensagens de amizade a João Raimundo.

A homenagem incluiu o desceramento de duas placas toponímicas, uma numa praça da freguesia da Cova da Piedade e outra nas instalações da Cooperativa Piedense, onde o homenageado foi dirigente associativo.

Após um almoço de homenagem e confraternização, no pavi-

lhão da SFUAP, realizou-se uma sessão solene em que intervieram Jorge Pires, da Comissão Política do PCP, Manuela Pinto Ângelo, da Comissão Concelhia de Almada e do CC do PCP, vários dirigentes associativos e eleitos autárquicos e, a finalizar, Maria Emília Sousa, presidente da Câmara Municipal de Almada.

João Raimundo, que completou recentemente 85 anos de idade, é membro do PCP desde Agosto de 1935. Participou nas lutas dos operários corticeiros e dirigiu as lutas da margem Sul em 1943 e 1945. Preso em 1959, permaneceu sete anos nos cárceres da Pide. Após o 25 de Abril, integrou a Comissão Concelhia

JOÃO A. RAIMUNDO

OPERÁRIO, ASSOCIATIVISTA E MILITANTE ANTI-FASCISTA



HOMENAGEM PÚBLICA DA CIDADE DE ALMADA

CÓPIA DA MEDALHA, 12 DE DEZEMBRO DE 1998

de Almada do PCP e foi eleito para a Assembleia Municipal em 1979. Em Junho de 1994, foi galardoado com a Medalha de Ouro de Mérito e Dedicção da Cidade de Almada.



Manifestação dos suicultores frente à Assembleia da República

Mulheres agricultoras vão ter organização própria

A organização das mulheres agricultoras, em defesa e promoção dos seus interesses e direitos - foi uma das preocupações presentes no III Congresso da CNA, noticiado no último «Avante!».

Por proposta da Direcção Nacional da CNA, o Congresso aprovou a criação de uma organização específica das mulheres, «a estruturar desde já e a partir de uma comissão instaladora».

Em causa está a necessidade de melhorar e dignificar a situação da mulher agricultora. Porque, como se refere na Moção, «as mulheres agricultoras são quem mais horas trabalha. De dia e de noite. Também são quem primeiro fica sem direito ao trabalho remunerado e à segurança social».

Ou seja, «no meio das dificuldades comuns aos homens e às mulheres, estas sentem-nas e sofrem-nas em maior número e grau».

Borges Coelho

Um historiador ao serviço da arraia miúda

Num anfiteatro transbordante de gente, de muitos amigos, Borges Coelho deu a sua última lição. Foi sexta-feira passada, na Faculdade de Letras, nessa Universidade de Lisboa que, nas palavras de elogio do seu actual reitor, o historiador «ajudou a caminhar rumo a um caminho que unanimemente consideramos correcto».

Uma despedida com sabor a continuação. Como sublinhou Barata-Moura, «estamos aqui a celebrar os vivos» e o trabalho do homenageado vai prosseguir. Naturalmente pelo estudo, investigação e divulgação. Mas tam-

bém porque Borges Coelho continua a leccionar nos Mestrados do Departamento de História, como professor jubilado.

No breve período que antecedeu a última lição, de que foi tema *Lisboa na primeira metade*

do séc. XVIII, houve lugar para palavras de apreço, não só pelo trabalho do historiador, mas também pela pessoa (e não será fácil distingui-los). Que entre o «historiador ao serviço da arraia miúda», que apostou em «dar voz aos sem voz», e essa vida «empenhada ao serviço da comunidade, de uma ideologia», há naturalmente um elo indestrinçável.

Exposição bibliográfica

Esta natural unidade entre o homem e a obra ressalta particu-

larmente da exposição que, em sala contígua, testemunhava, em breve balanço, de momentos particulares da vida e da construção da obra entretanto produzida por Borges Coelho.

Uma exposição bibliográfica em que o *questionar a História*, surge de par de textos de teatro e poesia e a referência aos tempos de prisão, e a luta antifascista desenvolvida nos anos difíceis de Salazar, se liga a um trabalho de estudo e investigação sempre ao lado dos *espoliados e oprimidos*.



Borges Coelho com Carlos Carvalhas

ção e louvor, apresentando uma tese sobre a Inquisição de Évora (*oito anos a viver com os gemidos das vítimas*) e um estu-

-roupa do rei reunia mais peças que todas as tendas de roupa.

Podemos assim tentar imaginar uma cidade, como hoje vira-



A última lição do historiador teve a presença de destacadas figuras da Faculdade de Letras e do reitor da Universidade de Lisboa, Barata-Moura. Centenas de amigos que foram ouvir Borges Coelho e tiveram ainda a oportunidade de apreciar «um relance» da sua vida e obra na exposição especialmente organizada



Direitos Humanos Um aniversário assinalado de múltiplas formas

«Evocar o espírito humanista, de consagração de direitos individuais e sociais e respeito pelos valores da igualdade das pessoas, pelo fim das situações de agressão e violência que vitimaram milhões de pessoas», é o objectivo do MDM - Movimento Democrático de Mulheres, ao associar-se às comemorações do 50.º aniversário da Declaração Universal dos Direitos do Homem.

Lembrando que as mulheres continuam a ser as mais pobres entre os pobres, as mais desprotegidas e discriminadas, a Direcção Nacional do MDM considera urgente desafiar os Estados e governos para que cumpram as legislações que consagram «os direitos universais das pessoas, enquanto indivíduos e cidadãos, na sua diversidade cultural e sexual, nomeadamente o direito ao trabalho, ao salário, o direito à educação, à saúde, à habitação, à qualidade de vida e ao ambiente equilibrado e saudável, o direito à sexualidade e à partilha de responsabilidades na família e na sociedade».

O MDM defende ainda que «seja reescrita a Declaração universal, alargando no próximo milénio a noção de Direitos humanos, aos direitos hoje reivindicados pelas mulheres, de plena cidadania».

Velas acesas em Évora Animação em Almada

Na Praça do Giraldo, em Évora, os 50 anos da Declaração Universal dos Direitos do Homem foram assinalados com diversas iniciativas que culminaram, ao final da tarde de dia 10, com a Cerimónia das Velas. Uma cerimónia simbólica que, em todo o país, pretende *criar uma cadeia humana de boas vontades*.

Integrando-se nas comemorações, o presidente da Câmara, Abílio Fernandes, denunciou a falta de habitação social e o desemprego no concelho e referiu ainda a discriminação em relação às mulheres e no acesso ao ensino superior.

Um programa de exposições, debates e animações, no Fórum Municipal Romeu Correia, em Almada, e que se prolonga até amanhã, é uma outra forma de comemorar a Declaração dos Direitos do Homem. Uma iniciativa da Associação de Alfabetização e Cultura Popular «Semear para Unir» que conta, no seu encerramento, com a presença da presidente da Câmara Municipal de Almada, Maria Emília de Sousa.

Este conjunto de iniciativas inclui momentos culturais como a do grupo cabo-verdiano «Quebra Coxa» e da Escola Profissional de Teatro e Offícios do Espectáculo - Chapitô. Duas conferências integram-se igualmente entre as iniciativas. Uma sobre «Paulo Freire - Pedagogia da Autonomia», por António Nóvoa, da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, que se realizou sábado passado, e uma outra sobre o tema Educação para o Século XXI, por Sérgio Nisa, do Movimento da Escola Moderna, que terá lugar amanhã.

Aliás, como é sublinhado na brochura produzida em torno da exposição bibliográfica, «a problemática social está presente em todos os grandes temas em que incide a sua obra: origens da expansão portuguesa, revolução de 1383, presença árabe em Portugal, Inquisição, minorias religiosas e étnicas, história de Lisboa». Como estará no cerne dos debates que travou com outros historiadores. E ressalta na sua poesia, nos trabalhos de teatro, jornalismo e tradução.

«Transmontano natural, alentejano solidário e lisboeta crítico», o seu percurso de vida passou entretanto pela intervenção política no MUD Juvenil e no PCP, pela prisão, entre 1956 e 1962, pelo impedimento de ensinar na escola pública. Em 1974 é contratado como Professor Auxiliar convidado pela Faculdade de Letras de Lisboa, onde se doutorou, com distin-

do complementar sobre o pensamento de Duarte Gomes Solis.

Lisboa no século XVIII

Nesta última lição, no momento da jubilação, Borges Coelho fez-nos *reviver* de algum modo a realidade da *Lisboa da primeira metade do século XVIII*, até ao dia antes do terramoto.

Um quadro construído com pinceladas múltiplas, em que se cruzam as grandes linhas da realidade política e socioeconómica de então, com o quotidiano das gentes.

A atracção do Brasil, o papel da Inglaterra, o imenso poderio da Igreja, a ausência de uma classe de mercadores, foi evocada de par das referências a uma cidade em que pelas noites se faziam os despejos pelas janelas directamente para a rua ou o guarda-

da para o rio, como hoje cruzada por contradições (já então se poderia falar de salários em atraso ou da demissão dos poderes públicos na resposta a necessidades essenciais...), onde os officios iam delineando as respectivas ruas, se fabricavam gelados com gelo proveniente da serra da Estrela, a Ribeira era o maior mercado de peixe.

Uma cidade de um tempo em que metade da população do país era pobre e os condenados eram ainda queimados, e entretanto a luta das populações se afirmava em revoltas contra os impostos, motins da fome e greves.

Uma cidade que iria ser destruída pelo terramoto e reconstruída na forma que hoje assume o seu centro histórico.

Em síntese, o quadro de uma realidade que confirma a força incontornável da vida, pois que «puxamos a vida para um lado e ela vai ressurgir de outro».

Carta-aberta ao ministro do Trabalho Não avance com o pacote laboral

Uma *carta-aberta* ao ministro do Trabalho e Solidariedade, contra o *pacote laboral* do governo do PS, foi entregue dia 10 de Novembro por uma delegação da JCP/Porto, que assinalou assim os 50 anos da Declaração Universal dos Direitos do Homem.

É «tempo para reflectirmos no que será o futuro dos direitos humanos em Portugal», alerta a JCP, que pede - *não avance com o pacote laboral*.

Os jovens comunistas consideram que a proposta do governo «para alterar a lei do trabalho a tempo parcial, visando a generalização desta forma de trabalho (e que afectará em particular os jovens trabalhadores e aqueles que ingressarão no mercado do trabalho no futuro)» atenta contra o ponto 1 do artigo 23 da Declaração. E questionam se será possível conceber que «uma pessoa a trabalhar a meio tempo, recebendo meio salário mínimo, tem condi-

ções para aceder ao «direito a um nível suficiente para lhe assegurar e à sua família a saúde, o bem-estar?».

A mesma questão se coloca com a proposta de alteração do conceito de retribuição que, denuncia a JCP/Porto, «faria descer os salários, os subsídios de férias e de Natal, assim como os descontos para a segurança social». Conjugada com a alteração do *lay-off*, levaria «à descapitalização da segurança social, pondo em causa o direito de todos os cidadãos à segurança social (art. 22 da Declaração)».

«Estas propostas governamentais, no quadro da sociedade capitalista em que vivemos e que o senhor e o seu governo defendem, praticando uma política a favor do capital, tornam cada vez mais difícil, senão mesmo impossível, o acesso dos trabalhadores em geral e em particular dos jovens e suas famílias, a direitos tão inalienáveis como são a educação, a saúde e a cultura», conclui a *carta-aberta*.

Carlos Carvalhas felicita MPLA

O secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, enviou uma mensagem de felicitações a José Eduardo dos Santos pela sua reeleição como presidente do MPLA e a João Lourenço pela sua eleição do secretário-geral daquele partido. «Aproveito a ocasião para renovar a nossa vontade de continuar a reforçar os laços históricos de amizade, cooperação e solidariedade entre o PCP e o MPLA», acrescenta Carvalhas.

Guerrilha e paramilitares dialogam directamente na Colômbia

Pela primeira vez, na Colômbia, um chefe militar do Exército de Libertação Nacional e um líder paramilitar falaram directamente. O diálogo entre Antonia García e Carlos Castaño deu-se na semana passada por telefone e foi fruto dos esforços do comandante Esteban, o ideólogo dos guerrilheiros colombianos actualmente prisioneiros dos paramilitares. Durante a conversa, García sublinhou que a resolução do conflito depende do fim dos massacres contra a população civil perpetrados pelos paramilitares. Entretanto, uma organização não-governamental denunciou que 20 pessoas morreram no domingo por bombardeamentos indiscriminados do exército em duas aldeias de Arauca.

Clinton mais próximo da destituição

O Comité Judicial da Câmara dos Representantes dos Estados Unidos aprovou os quatro artigos para a destituição do presidente Bill Clinton: perjúrio perante o grande júri federal de uma investigação criminal, perjúrio perante os advogados de Paula Jones, obstrução à justiça e abuso do poder da Casa Branca para impedir a publicitação da sua relação com Monica Lewinsky.

Os democratas continuam a tentar convencer os republicanos (em maioria) a abandonar o «impeachment» e a optar por um voto de censura. Num discurso desesperado, Clinton dirigiu-se na sexta-feira aos americanos afirmando estar «profundamente arrependido» de tudo o que fez. «Nunca deveria ter enganado o Congresso, o país, a minha família, os meus amigos. As consequências públicas dos meus actos estão nas mãos do povo norte-americano e dos seus representantes no Congresso. Se decidirem que os meus erros de palavras e actos requerem uma recusa e censura, estou disposto a aceitá-los», declarou o presidente.

Irlanda do Norte

IRA recusa entregar as armas

O vice-presidente do Partido Unionista do Ulster (UUP), John Taylor, defende a renegociação do acordo de paz de Sexta-feira Santa de forma a excluir o Sinn Fein do novo executivo da Irlanda do Norte. O pretexto é a recusa do Exército Republicano Irlandês (IRA) em se desarmar enquanto permanecerem no território soldados britânicos.

O processo de paz na Irlanda do Norte ameaça cair de novo num impasse, caso unionistas e nacionalistas não cheguem a acordo sobre a questão do desarmamento. Numa breve declaração à imprensa em Belfast, um representante do IRA reiterou na sexta-feira a recusa do seu movimento em começar, para já, a entrega do seu arsenal, ao mesmo tempo que anunciava a eleição de uma nova direcção a quem caberá definir a estratégia futura da organização. A decisão, de acordo com notícias veiculadas pela BBC, foi adoptada no final de uma «convenção militar» realizada no Ulster, e reafirma a posição assumida há dois meses pelo IRA de não entregar o seu arsenal à Comissão Internacional de Desarmamento enquanto se verificar «a presença britânica no Ulster». No território permanecem ainda 16.000 soldados britânicos.

Pomos da discórdia

O desarmamento não é o único tema de discórdia entre católicos e protestantes. Os nacionalistas continuam a exigir a desactivação total da Royal Ulster Constabulary (RUC), a força policial do Ulster integrada predominantemente por protestantes. Os protestantes, por seu lado, fazem do início do desarmamento uma condição prévia para a participação do Sinn Fein no novo governo semiautónomo a criar no Ulster.

«Se o Sinn Fein (braço político do IRA) não avançar com a entrega das armas, existe uma cláusula no acordo que nos permite renegociar alguns dos seus termos sobre a base da formação do executivo sem a participação do Sinn Fein», afirmou Taylor. O dirigente do UUP defendeu ainda a suspensão do processo de libertação dos prisioneiros do IRA, afirmando que se vive «um

momento muito perigoso e são possíveis atentados terroristas».

«Encontramo-nos agora numa situação em que o IRA não entregou nenhuma arma e disse que não o fará, enquanto o governo já libertou (nos termos do acordo) quase metade dos presos.» Segundo Taylor, «a decisão do IRA foi um sério golpe» para o processo de paz, quando todas as outras partes envolvidas estão, segundo afirma, a fazer um grande esforço para evitar o seu fracasso.

Blair desdramatiza

O primeiro-ministro britânico, Tony Blair, apelou entretanto a que não se dramatize a recusa do exército republicano irlandês (IRA) em se desarmar de imediato.

«A minha experiência na Irlanda do Norte ensinou-me a não dar uma importância desmedida a declarações isoladas», declarou Blair à televisão BBC a partir de Viena, onde participou na cimeira da União Europeia.

«Não pretendo conhecer o funcionamento interno do IRA. É um assunto deles. O que sei é que o acordo (de paz) deve ser aplicado», disse.

Também o primeiro-ministro irlandês, Bertie Ahern, afir-



O processo de paz está mais uma vez ameaçado no Ulster

mou em Viena que o desarmamento do IRA e das outras facções armadas é essencial para desbloquear o processo de paz. «À medida que o tempo passa, torna-se evidente que temos de chegar a uma solução para esta questão na base dos termos do acordo de Stormont», disse.

O texto do compromisso adoptado a 10 de Abril passado pelos partidos políticos unionistas e nacionalistas da Irlanda do Norte prevê que todos os grupos paramilitares deponham as suas armas até Junho do ano 2000.

Este novo episódio no conturbado processo de paz no Ulster registou-se quase em simultâneo com a entrega do

Nobel da Paz a John Hume, católico, líder do Partido Social-democrata e Trabalhista, e ao seu homólogo, o protestante David Trimble, chefe do Partido Unionista do Ulster. Em Estocolmo ambos coincidiram na afirmação de serem depositários de um prémio que pertence a «todos os heróis e heroínas que durante 30 anos sofreram as consequências de uma luta cruel e que entrevêm agora a possibilidade de uma paz largamente desejada» na Irlanda do Norte.

Ambos os laureados se comprometeram a prosseguir os esforços para a pacificação do território.

Amnistia Internacional denuncia

Direitos Humanos violados nos EUA

Os EUA levaram a cabo a 500ª execução no dia 4 de Dezembro, 21 anos passados desde a reinstauração da pena de morte no país.

Segundo a Amnistia Internacional (AI), que acusa os EUA de utilizarem as execuções como «prova de firmeza na luta contra o crime», e de terem uma atitude «arrogante» na violação das leis internacionais ao aplicarem a pena máxima a pessoas com atraso mental ou a réus que cometeram delitos quando eram

menores de idade, esta prática nem sequer pode ser justificada com a redução dos níveis de criminalidade, que não se verifica.

«Quantas pessoas mais vão ser submetidas a este ritual a sangue frio num país que reclama com insistência ser o mais progressista na luta a favor dos direitos humanos?» - pergunta a AI. A preocupação é tanto mais justificada quanto os números revelam que a tendência é para o crescente recurso às execuções. Nos

primeiros seis anos, após a reinstauração da pena de morte em 1977, foram executadas seis pessoas; nos últimos seis anos, executaram-se 300 pessoas. E nem por isso a criminalidade baixou nos EUA.

Campanha pelos direitos humanos

A questão da pena de morte é apenas um dos muitos aspectos

da violação dos direitos humanos nos EUA, pelo que a AI lançou em Outubro último uma campanha para tentar melhorar a situação na dita «pátria» da liberdade.

A campanha visa designadamente levar as autoridades norte-americanas a:

- Estabelecer organismos de controlo independentes e eficazes para investigar as denúncias de maus tratos policiais infligidos nas penitenciárias;

- Proibir os procedimentos de imobilização intrinsecamente perigosos e cruéis, entre os quais a prática de atar a vítima com os pulsos e os tornozelos juntos atrás das costas e o uso de cintos paralisantes de electrochoque;

- Proibir a aplicação habitual de instrumentos de imobilização a presas grávidas e durante o parto;

- Tomar medidas para impedir nas penitenciárias os abusos sexuais, incluindo a violação, restringindo e regulando a função do pessoal masculino no respeitante às mulheres presas;

- Garantir que apenas em última instância se deterá os que pedem asilo e que nunca sejam enviados para prisões;

- Proibir a aplicação da pena de morte a pessoas condenadas por delitos cometidos quando eram menores, como primeira medida para conseguir a sua total abolição;

- Ratificar sem reservas a Convenção sobre os Direitos da Criança e a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher;

- Adoptar e fazer aplicar com rigor o código obrigatório de conduta, baseado nos direitos humanos e abrangendo todas as transferências de material, serviços e técnicas militares, de segurança e policiais.

Parlamento Europeu

PCP apresenta proposta sobre Timor

Os eurodeputados comunistas apresentaram na semana passada uma proposta de resolução no Parlamento Europeu sobre a situação dos direitos humanos em Timor-Leste e na Indonésia, que será discutida durante a sessão plenária que se iniciou esta segunda-feira.

A iniciativa, motivada pelo recente massacre na cidade de Alas e pela criação pelas autoridades indonésias de milícias paramilitares no território timorense, pretende assinalar o 23.º aniversário da invasão de Timor.

Considerando que o número de militares estacionados no

território aumentou desde o princípio do ano e sublinhando que a substituição de Suharto pelo general Habibie poucas alterações trouxe, o documento responsabiliza o governo indonésio pelo massacre de Alas e exige a realização imediata de um inquérito sob a égide da ONU.

A proposta de resolução acrescenta que «a libertação dos prisioneiros políticos por parte das autoridades indonésias continua a ser muito selectiva, uma vez que exclui os condenados à morte detidos desde 1965, na sequência do golpe de Estado

perpetrado por Suharto, bem como os condenados pela sua oposição à anexação de Timor, nomeadamente Xanana Gusmão».

O texto apela a que «no quadro das mudanças em curso, sejam tomadas medidas inequívocas e determinadas que proporcionem uma resolução pacífica do problema de Timor-Leste» que conduza à sua autodeterminação e exige a «libertação imediata e incondicional de todos os presos políticos».

Referindo que a aparente abertura do regime indonésio é «resultado da luta do povo indo-

nésio e da abnegada resistência do povo timorense», o documento exorta o governo de Habibie a «concretizar as exigências que mobilizaram os protestos populares, nomeadamente no que se refere à democratização da Indonésia, à realização de eleições democráticas e ao respeito pelos direitos humanos, à melhoria das condições de vida da população e ao combate à corrupção».

Quanto às recentes manifestações dos estudantes, a proposta condena as autoridades «pela repressão exercida e pelo assassinato de doze jovens».

Angola

Fracasso da ONU na defesa da paz

Angola está de novo mergulhada na guerra civil. A intensidade dos combates, a quantidade e qualidade dos meios bélicos envolvidos, e o número de efectivos humanos em acção testemunham de forma inequívoca o fracasso do processo de paz e do papel das forças da ONU que no terreno deveriam há muito ter garantido o desarmamento das forças não regulares.

Acantonamento das forças da Unita, extensão da autoridade do Estado a todo o território, desarmamento, foram objectivos que não passaram do papel, encobertos aqui e ali por algumas - poucas - operações de cosmética mal disfarçadas. O movimento de Jonas Savimbi continuou, nas barbas da ONU, não só a manter como a reforçar o seu poder de guerra à custa dos diamantes e complicitades espúrias. À luz da realidade que se vive no terreno, não será abusivo concluir que os acordos de paz e a vigilância displicente das forças da ONU encarregadas de velar pelo respectivo cumprimento serviram na perfeição aos planos de Savimbi, que à sombra da acalmia registada no país durante algum tempo reconstruiu as pontes necessárias ao suporte material e logístico da guerra.

O movimento liderado por Jonas Savimbi iniciou em Junho passado uma nova escalada de guerra em várias províncias angolanas, nomeadamente no Uíge, Malange, Lunda Norte, Cuanza Norte, Huambo e Bié. A cidade do Cuito, capital do Bié, encontra-se cercada num raio de 20 quilómetros por efectivos da UNITA equipados com infantaria motorizada, tanques e artilharia, que abateram segunda-feira um avião civil, tipo Antonov, que transportava ajuda humanitária destinada aos deslocados de guerra e à população sitiada.

Kofi Annan reconhece incapacidade da MONUA

O secretário-geral da ONU, Kofi Annan, parece ter despertado agora para esta realidade. Há dias, anunciou em Nova Iorque a necessidade de reexaminar a presença da

ONU em Angola. «Somos obrigados a fazer uma avaliação global da nossa operação em Angola», disse, reconhecendo que face à situação que se vive no país «as Nações Unidas não podem fazer praticamente nada».

«Não temos gente suficiente no terreno e fomos obrigados a reagrupar a nossa força de manutenção de paz, para sua própria segurança», acrescentou.

A ONU mantém em Angola uma Missão de Observação (MONUA) com cerca de mil «capacetes azuis», incumbida, de acordo com o Protocolo de Lusaca - assinado em 20 de Novembro de 1994, na capital zambiana -, de assegurar a aplicação dos acordos de paz assinados entre o governo de Luanda e a UNITA. Anteriormente, as Nações Unidas chegaram a ter no terreno 7.200 observadores militares.

«Em breve, o Conselho de Segurança será obrigado a decidir

se a ONU ainda tem um papel a desempenhar (no conflito angolano), caso não consiga interpor-se entre as partes», afirmou Annan.

Críticas de Luanda

Também o governo angolano questiona o papel da MONUA. Segundo notícias da Lusa, o ministro da Administração do Território, Faustino Muteka, falando segunda-feira à noite na cidade do Huambo, planalto central angolano, criticou abertamente as forças da ONU, acusando-as de incapacidade para desarmar a UNITA e responsabilizando-as pelo recrudescimento da guerra.

«A MONUA já não está a fazer nada aqui», disse o ministro que lidera a delegação do governo angolano na Comissão Conjunta (CC), órgão presidido pelas Nações Unidas e responsável pela implementação do Protocolo de Lusaca.

Faustino Muteka afirmou que as Nações Unidas «nunca tiveram autoridade para verificar as denúncias do governo» sobre violações e incumprimento do acordo de paz pela UNITA.

«Eu próprio assinei milhares de notas de protesto, informando a MONUA de que os homens que

estavam a ser desmobilizados não eram tropa, as armas entregues eram obsoletas e que a UNITA continuava a treinar novamente tropas e a receber novo material de guerra», disse o ministro. Segundo Muteka, o governo angolano até indicou os locais onde os novos homens da UNITA estavam a ser treinados e onde eram descarregadas as novas remessas de material bélico, «mas a MONUA nunca lá foi, por falta de autoridade».

«Se as Nações Unidas têm medo da UNITA, o governo angolano não tem», afirmou o ministro.

A intervenção da comunidade internacional para travar a escalada de guerra e relançar o processo de paz é o caminho apontado pelo representante especial da ONU em Angola, Issa Diallo. «É necessário que a comunidade internacional proceda muito rapidamente, dado que se trata de uma situação que contraria a paz», disse Diallo, sem contudo indicar vias ou soluções para solucionar a nova crise.

Falando no final de uma reunião de consultas com a «troika» de observadores do processo de paz - Estados Unidos, Rússia e Portugal -, Issa Diallo reconheceu que o processo de desarmamento da UNITA fracassou.

Unita acusada de carnificina

A Amnistia Internacional (AI) apelou esta semana à UNITA para que ponha termo aos assassínios «deliberados e arbitrários de pessoas desarmadas», para «prevenir mortes indiscriminadas» no conflito angolano.

Advertindo que «todos os combatentes devem ter em conta que o assassinio e a tortura de prisioneiros são crimes de guerra, pelos quais serão responsabilizados», a AI lembra ao movimento de Savimbi que «a lei internacional relativa aos direitos humanos requer que os combatentes protejam as vidas e a segurança dos que não são combatentes».

O apelo, citado pela Lusa, refere que apesar de se conhecer muito pouco sobre a situação dos civis que vivem nas regiões em que se registam movimentos militares, existem informações, «não confirmadas», sobre violações dos direitos humanos. A AI diz ter informações de que a UNITA cercou a cidade do Cuito e está a atacar o aereo-

porto da capital provincial do Bié, colocando em perigo a vida de civis, incluindo crianças, que aguardam oportunidade de serem evacuadas para a Luanda.

«Estas operações militares estão a provocar vagas de deslocados», refere a AI, que quantifica em cerca de 90 mil o número de pessoas que provenientes de Chinguar se refugiaram no Cuito.

Outras estimativas quantificam já em mais de 200 mil o número de deslocados dos cenários de guerra, na sua maioria abrigados nas matas.

A província do Bié, no planalto central de Angola, está a ser fortemente afectada por novas acções militares da UNITA, cujas forças tomaram no fim-de-semana as localidades de Camacupa e Catabola, constituindo uma séria ameaça à capital provincial. Embora ainda não existam informações oficiais sobre o número de baixas dos combates, alguns deslocados testemunham que tem havido uma «verdadeira carnificina».

PCP comenta situação em Angola

O Gabinete de Imprensa do PCP denuncia o carácter terrorista da Unita e alerta para a gravidade da situação que se vive em Angola, em nota anteontem distribuída à imprensa e que a seguir se transcreve:

«Angola vive de novo em clima de guerra aberta provocado pela Unita de Jonas Savimbi que, não se conformando com os resultados eleitorais, violando frontalmente os Acordos de Lusaca e desestabilizando a recuperação do país, procura impedir que o Estado Angolano estenda a sua administração a todo o território.

«O PCP, que desde o primeiro momento denuncia o carácter terrorista da Unita, chama a atenção para a envergadura das acções militares daquela organização, só possíveis com a convicção de sectores da comunidade internacional e fortes apoios externos.

É particularmente inquietante que o rearmamento da Unita se tenha verificado sob a vigilância da ONU e da observação da «troika» (Portugal, Rússia e EUA).

«Urge pôr termo a uma tal situação. Savimbi não pode prosseguir a pilhagem das riquezas de Angola para continuar a arregimentar mercenários e comprar as armas que utiliza para semear a guerra, a destruição e a morte entre o martirizado povo angolano.

«A política de dois pesos e duas medidas praticada quer pelo Conselho de Segurança da ONU quer pelos EUA - Timor e Angola por um lado e Iraque por outro - deve ser firmemente condenada.

«Está por de mais demonstrado que Savimbi e o seu grupo não têm quaisquer escrúpulos. E pois necessário que sejam tomadas no plano internacional - desde logo a nível da ONU e do seu Conselho de Segurança, mas também no que respeita à União Europeia, OUA e outras organizações - medidas que isolando, condenando e punindo Savimbi o impeçam de facto e no concreto de continuar a sua saga de destruição e morte.

«O PCP considera que o governo português e os restantes órgãos de soberania devem tomar com urgência iniciativas políticas e diplomáticas junto dos aliados de Portugal visando novas e decisivas medidas contra a Unita.»

Referendo em Porto Rico

Os eleitores porto-riquenhos decidiram manter o estatuto do seu país como Estado Livre Associado dos Estados Unidos, num referendo realizado no domingo. Esta proposta venceu com 50 por cento dos votos contra as quatro outras hipóteses: constituir-se como uma colónia, ser uma livre associação diferente da actual, ser anexado pelos EUA como Estado, ou tornar-se independente. A anexação recebeu 46 por cento, a proposta de independência 2,4 por cento, e a soma das duas primeiras opções foi de meio ponto percentual. Este referendo não foi considerado vinculante pelas autoridades de Washington.

Sul-coreanos contra

despedimentos
Milhares de sul-coreanos manifestam-se diariamente, desde o início da semana passada, contra os despedimentos em massa resultantes da reestruturação de empresas, acusando o governo de não cumprir a sua promessa de reduzir ao mínimo os despedimentos, nomeadamente nas duas maiores empresas do país, a Daewoo e a Samsung. No sábado, centenas de pessoas foram presas pelas autoridades na sequência de confrontos com a polícia antimotim.

Negociações Coreia do Norte/EUA

Representantes da Coreia do Norte e dos Estados Unidos concluíram no sábado mais uma ronda de negociações sobre as instalações nucleares de Piongyang, sem que tenham chegado a acordo. «Houve progressos, de facto. Todavia, o que fica claro é que temos divergências de pontos de vista. Sobre as questões fundamentais não podemos fazer concessões, mas é preciso ver que temos vontade política de resolver esta questão», afirmou o vice-ministro dos Negócios Estrangeiros da Coreia do Norte, Kim Kye-Gwan, citado pela Lusa.

Bancários franceses em greve

Os bancários franceses estiveram em greve entre 3 e 11 de Dezembro, exigindo a negociação da nova convenção colectiva sem pôr em causa direitos já adquiridos. De sublinhar a adesão dos trabalhadores dos bancos portugueses Caixa Geral de Depósitos, Banco Franco-Português, Atlântico e Sotó Mayor. Por seu lado, os funcionários do Franco-Português, após prolongadas negociações, conseguiram ver as suas principais reivindicações satisfeitas.

Índia

Greve geral contra FMI e Banco Mundial

Uma greve geral contra o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e as medidas económicas do governo, convocada pela Plataforma Nacional de Organização de Massas e por partidos de esquerda, paralisou a Índia na sexta-feira.

Em Bengala Ocidental, os operários de todas as fábricas do Estado pararam, à semelhança dos mineiros, empregados dos serviços públicos, comerciantes, professores, estudantes e agricultores. Os caminhos-de-ferro e o aeroporto de Calcutá não funcionaram, e o sistema de transportes urbanos e rurais foi encerrado. A adesão à greve foi de tal modo significativa que a taxa de consumo de electricidade passou dos normais 2000 mw diários para apenas 1200 mw.

Em Kerala, quase todos os trabalhadores aderiram à greve. Membros de partidos aliados do Governo juntaram-se aos protestos, o mesmo acontecendo no Estado de Tamil Nadu e Pondicherry, onde apoiantes do executivo e mesmo membros do BJP - o partido no poder - apoiaram a greve. Várias associações de teatros e cinemas juntaram-se à iniciativa.

Na cidade de Bangalore, no Estado de Karnataka, apenas duas grandes indústrias não fecharam as portas. Em muitas escolas os estudantes boicotaram as aulas, e noutras as direcções decretaram o dia feriado. Registraram-se milhares de detenções entre os manifestantes.

Em Bihar, o número de prisões ascendeu a 500, num Estado onde 90 por cento dos empregados na indústria de carvão e 70 por cento dos trabalhadores das siderurgias cumpriram greve.

No Estado de Orissa, mais de 600 voluntários e líderes sindicais foram presos, o mesmo sucedendo em Deli durante as acções policiais.

Nos Estados de Haryana e de Madhya Pradesh, apesar das medidas repressivas dos governos locais, a greve teve grande adesão. Mais de 40 dirigentes sindicais foram presos, ao mesmo tempo que milhares de pessoas se manifestavam nas ruas.

Em Assam, os serviços aéreos foram gravemente afectados. Mais de três mil pessoas foram presas na capital.

Saramago em Estocolmo



O homem mais sábio que conheci em toda a minha vida não sabia ler nem escrever. As quatro da madrugada, quando a promessa de um novo dia ainda vinha em terras de França, levantava-se da enxerga e saía para o campo, levando ao pasto a meia dúzia de porcas de cuja fertilidade se alimentavam ele e a mulher. Viviam desta escassez os meus avós maternos, da pequena criação de porcos que, depois do desmame, eram vendidos aos vizinhos da aldeia. Azinhaga de seu nome, na província do Ribatejo. Chamavam-se Jerónimo Melrinho e Josefa Caixinha esses avós, e eram analfabetos um e outro. No Inverno, quando o frio da noite apertava ao ponto de a água dos cântaros gelar dentro da casa, iam buscar às pocilgas os bácoros mais débeis e levavam-nos para a sua cama. Debaixo das mantas grosseiras, o calor dos humanos livrava os animais do enregelamento e salvava-os de uma morte certa. Ainda que fossem gente de bom carácter, não era por primores de alma compassiva que os dois velhos assim procediam: o que os preocupava, sem sentimentalismos nem retóricas, era proteger o seu ganha-pão, com a naturalidade de quem, para manter a vida, não aprendeu a pensar mais do que o indispensável. Ajudei muitas vezes este meu avô Jerónimo nas suas andanças de pastor, cavei muitas vezes a terra do quintal anexo à casa e cortei lenha para o lume, muitas vezes, dando voltas e voltas à grande roda de ferro que accionava a bomba, fiz subir a água do poço comunitário e a transportei ao ombro, muitas vezes, às escondidas dos guardas das searas, fui com a minha avó, também pela madrugada, munidos de ancinho, panel e corda, a recolher nos restolhos a palha solta que depois haveria de servir para a cama do gado. E algumas vezes, em noites quentes de Verão, depois da ceia, meu avô me disse: «José, hoje vamos dormir os dois debaixo da figueira.» Havia outras duas figueiras, mas aquela, certamente por ser a maior, por ser a mais antiga, por ser a de sempre, era para todas as pessoas da casa, a figueira. Mais ou menos por antonomásia, palavra erudita que só muitos anos depois viria a conhecer e a saber o que significava... No meio da paz nocturna, entre os ramos altos da árvore, uma estrela aparecia-me, e depois, lentamente, escondia-se por trás de uma folha, e, olhando eu noutra direcção, tal como um rio correndo em silêncio pelo céu côncavo, surgia a claridade opalescente da Via Láctea, o Caminho de Santiago, como ainda lhe chamávamos na aldeia. Enquanto o sono não chegava, a noite povoava-se com as histórias e os casos que o meu avô ia contando: lendas, aparições, assombros, episódios singulares, mortes antigas, zaragatas de pau e pedra, palavras de antepassados, um incansável rumor de memórias que me mantinha desperto, ao mesmo tempo que suavemente me acalentava. Nunca pude saber se ele se calava quando se apercebia de que eu tinha adormecido, ou se continuava a falar para não deixar em meio a resposta à pergunta que invariavelmente lhe fazia nas pausas mais demoradas que ele calculadamente metia no relato: «E depois?» Talvez repetisse as histórias para si próprio, quer fosse para não esquecer quer fosse para se enriquecer com péripécias novas. Naquela idade minha e naquele tempo de nós todos, nem será preciso dizer que eu imaginava que o meu avô Jerónimo era senhor de toda a ciência do mundo. Quando, à primeira luz da manhã, o canto dos pássaros me despertava, ele já não estava ali, tinha saído para o campo com os seus animais, deixando-me a dormir. Então levantava-me, dobrava a manta e, descalço (na aldeia andei sempre descalço até aos 14 anos), ainda com palhas

agarradas ao cabelo, passava da parte cultivada do quintal para a outra onde se encontravam as pocilgas, ao lado da casa. Minha avó, já a pé antes do meu avô, punha-me na frente uma grande tigela de café com pedaços de pão e perguntava-me se tinha dormido bem. Se eu lhe contava algum mau sonho nascido das histórias do avô, ela sempre me tranquilizava: «Não faças caso, em sonhos não há firmeza.» Pensava então que a minha avó, embora fosse também uma mulher muito sábia, não alcançava as alturas do meu avô, esse que, deitado debaixo da figueira, tendo ao lado o neto José, era capaz de pôr o universo em movimento apenas com duas palavras. Foi só muitos anos depois, quando o meu avô já se tinha ido deste mundo e eu era um homem feito, que vim a compreender que a avó, afinal, também acreditava em sonhos. Outra coisa não poderia significar que, estando ela sentada, uma noite, à porta da sua pobre casa, onde então vivia sozinha, a olhar as estrelas maiores e menores por cima da sua cabeça, tivesse dito estas palavras: «O mundo é tão bonito, e eu tenho tanta pena de morrer.» Não disse medo de morrer, disse pena de morrer, como se a vida de pesado e contínuo trabalho que tinha sido a sua estivesse, naquele momento quase final, a receber a graça de uma suprema e derradeira despedida, a consolação da beleza revelada. Estava sentada à porta de uma casa como não creio que tenha havido alguma outra no mundo porque nela viveu gente capaz de dormir com porcos como se fossem os seus próprios filhos, gente que tinha pena de ir-se da vida só porque o mundo era bonito, gente, e este foi o meu avô Jerónimo, pastor e contador de histórias, que, ao pressentir que a morte o vinha buscar, foi despedir-se das árvores do seu quintal, uma por uma, abraçando-se a elas e chorando porque sabia que não as tornaria a ver.

Muitos anos depois, escrevendo pela primeira vez sobre este meu avô Jerónimo e esta minha avó Josefa (faltou-me dizer que ela tinha sido, no dizer de quantos a conheceram quando rapariga, de uma formosura invulgar), tive consciência de que estava a transformar as pessoas comuns que eles haviam sido em personagens literárias e que essa era, provavelmente, a maneira de não os esquecer, desenhando e tornando a desenhar os seus rostos com o lápis sempre cambiante da recordação, colorindo e iluminando a monotonia de um quotidiano baço e sem horizontes, como quem vai recriando, por cima do instável mapa da memória, a irrealdade sobrenatural do país em que decidi passar a viver. A mesma atitude de espírito que, depois de haver evocado a fascinante e enigmática figura de um certo bisavô berbere, me levava a descrever mais ou menos nestes termos um velho retrato (hoje já com quase oitenta anos) onde os meus pais aparecem: «Estão os dois de pé, belos e jovens, de frente para o fotógrafo, mostrando no rosto uma expressão de solene gravidade que é talvez temor diante da câmara, no instante em que a objectiva vai fixar, de um e de outro, a imagem que nunca mais tornarão a ter, porque o dia seguinte será implacavelmente outro dia... Minha mãe apoia o cotovelo direito numa alta coluna e segura na mão esquerda, caída ao longo do corpo, uma flor. Meu pai passa o braço por trás das costas de minha mãe e a sua mão calosa aparece sobre o ombro dela com uma asa. Ambos pisam acanhados um tapete de ramagens. A tela que serve de fundo posição ao retrato mostra umas difusas e incongruentes arquitecturas neoclássicas.» E termina: «Um dia tinha de chegar em que contaria estas coisas. Nada disto tem importância, a

A palavra ao Nobel da palavra

não ser para mim. Um avô berbere, vindo do Norte de África, um outro avô pastor de porcos, uma avó maravilhosamente bela, uns pais graves e formosos, uma flor num retrato - que outra genealogia pode importar-me?, a que melhor árvore me encostaria?»

Escrevi estas palavras há quase trinta anos, sem outra intenção que não fosse reconstituir e registar instantes da vida das pessoas que me geraram e que mais perto de mim estiveram, pensando que nada mais precisaria de explicar para que se soubesse de onde venho e de que materiais se fez a pessoa que comecei por ser e esta em que pouco me vim tornando. Afinal, estava enganado, a biologia não determina tudo, e, quanto à genética, muito misteriosos deverão ter sido os seus caminhos para terem dado uma volta tão larga... À minha árvore genealógica (perdoe-se-me a presunção de a designar assim, sendo tão minguada a substância da sua seiva) não faltavam apenas alguns daqueles ramos que o tempo e os sucessivos encontros da vida vão fazendo romper do tronco central, também lhe faltava quem ajudasse as suas raízes a penetrar até às camadas subterráneas mais fundas, quem apurasse a consistência e o sabor dos seus frutos, quem ampliasse e robustecesse a sua copa para fazer dela abrigo de aves migrantes e amparo de ninhos. Ao pintar os meus pais e os meus avós com tintas de literatura, transformando-os, de simples pessoas de carne e osso que haviam sido, em personagens novamente e de outro modo construtoras da minha vida, estava, sem o perceber, a traçar o caminho por onde as personagens que viesse a inventar, as outras, as efectivamente literárias, iriam fabricar e trazer-me os materiais e as ferramentas que, finalmente, no bom e no menos bom, no bastante e no insuficiente, no ganho e no perdido, naquilo que é defeito mas também naquilo que é excesso, acabariam por fazer de mim a pessoa em que hoje me reconheço: criador dessas personagens, mas, ao mesmo tempo, criatura delas. Em certo sentido poder-se-á mesmo dizer que, letra a letra, palavra a palavra, página a página, livro a livro, tenho vindo, sucessivamente, a implantar no homem que fui as personagens que criei. Creio que, sem elas, não seria a pessoa que hoje sou, sem elas talvez a minha vida não tivesse logrado ser mais do que um esboço impreciso, uma promessa como tantas outras que de promessa não conseguiram passar, a existência de alguém que talvez pudesse ter sido e afinal não tinha chegado a ser.

Agora sou capaz de ver com clareza quem foram os meus mestres de vida, os que mais intensamente me ensinaram o duro ofício de viver, essas dezenas de personagens de romance e de teatro que neste momento vejo desfilar diante dos meus olhos, esses homens e essas mulheres feitos de papel e tinta, essa gente que eu acreditava ir guiando de acordo com as minhas conveniências de narrador e obedecendo à minha vontade de autor, como títeres articulados cujas acções não pudessem ter mais efeito em mim que o peso suportado e a tensão dos fios com que os movia. Desses mestres, o primeiro foi, sem dúvida, um médico pintor de retratos que designei simplesmente pela letra H, protagonista de uma história a que creio razoável chamar de dupla iniciação (a dele, mas também, de algum modo, do autor do livro), intitulada «Manual de Pintura e Caligrafia», que me ensinava a honradez elementar de reconhecer e acatar, sem ressentimento nem frustração, os meus próprios limites: não podendo nem ambicionando aventurar-me para além do meu pequeno terreno de cultivo, restava-me a possibilidade de escavar para o fundo, para baixo, na direcção das raízes. As minhas, mas também as do mundo, se podia permitir-me uma ambição tão desmedida. Não me compete a mim, claro está, avaliar o mérito do resultado dos esforços feitos, mas creio ser hoje patente que todo o meu trabalho, de aí para diante, obedeceu a esse propósito e a esse princípio.

Vieram depois os homens e as mulheres do Alentejo, aquela mesma irmandade de condenados da terra a que pertenceram o meu avô Jerónimo e a minha avó Josefa, camponeses rudes obrigados a alugar a força dos braços a troco de um salário e de condições de trabalho que só mereceriam o nome de infames, cobrando por menos que nada a vida a que os seres cultos e civi-

lizados que nos prezamos de ser apreciados chamar, segundo as ocasiões, preciosa, sagrada ou sublime. Gente popular que conheci, enganada por uma Igreja tão cúmplice como beneficiária do poder do Estado e dos terratenentes latifundistas, gente permanentemente vigiada pela polícia, gente, quantas e quantas vezes vítima inocente das arbitrariedades de uma justiça falsa. Três gerações de uma família de camponeses, os Mau-Tempo, desde o começo do século até a Revolução de Abril de 1974 que derrubou a ditadura, passaram nesse romance a que dei o título de «Levantado do Chão», e foi com tais homens e mulheres do chão levantados, pessoas reais primeiro, figuras de ficção depois, que aprendi a ser paciente, a confiar e a entregar-me ao tempo, a esse tempo que simultaneamente nos vai construindo e destruindo para de novo nos construir e outra vez nos destruir. Só não tenho a certeza de haver assimilado de maneira satisfatória aquilo que a dureza das experiências tornou virtude nessas mulheres e nesses homens: uma atitude naturalmente estoica perante a vida. Tendo em conta, porém, que a lição recebida, passados mais de vinte anos, ainda permanece intacta na minha memória, que todos os dias a sinto presente no meu espírito como uma insistente convocatória, não perdi, até agora, a esperança de me vir a tornar um pouco mais merecedor da grandeza dos exemplos de dignidade que me foram propostos na imensidão das planícies do Alentejo. O tempo o dirá.

Que outras lições poderia eu receber de um português que viveu no século XVI que compôs as «Rimas» e as glórias, os naufrágios e os desencantos pátrios de «Os Lusíadas», que foi um génio poético absoluto, o maior da nossa literatura, por muito que isso pese a Fernando Pessoa, que a si mesmo se proclamou como o Super-Camões dela? Nenhuma lição que estivesse à minha medida, nenhuma lição que eu fosse capaz de aprender, salvo a mais simples que me poderia ser oferecida pelo homem Luís Vaz de Camões na sua estreme humanidade,

por exemplo, a humildade orgulhosa de um autor que vai chamando a todas as portas à procura de quem esteja disposto a publicar-lhe o livro que escreveu, sofrendo por isso o desprezo dos ignorantes de sangue e de casta, a indiferença desdenhosa de um rei e da sua companhia de poderosos, o escárnio com que desde sempre o mundo tem recebido a visita dos poetas, dos visionários e dos loucos. Ao menos uma vez na vida todos os autores tiveram ao terço de ser Luís de Camões, mesmo se não escreverem as redondilhas de «Sóbolos rios»... Entre fidalgos da corte e censores do Santo Ofício, entre os amores de antanho e as desilusões da velhice prematura, entre a dor de escrever e a alegria de ter escrito, foi a este homem doente que regressa pobre da Índia, aonde muitos só iam para enriquecer, foi a este soldado cego de um olho e golpeado na alma, foi a este sedutor sem fortuna que não voltará nunca mais a perturbar os sentidos das damas do paço, que eu pus a viver no palco da peça de teatro chamada «Que farei com este livro?» em cujo final ecoa uma outra pergunta, aquela que importa verdadeiramente, aquela que nunca saberemos se alguma vez chegará a ter resposta suficiente: «Que fareis com este livro?» Humildade orgulhosa, foi essa de levar debaixo do braço uma obra-prima e ver-se injustamente enfeitado pelo mundo. Humildade orgulhosa também, e obstinada, esta de querer saber para que irão servir amanhã os livros que andamos a escrever hoje, e logo duvidar que consigam perdurar longamente (até quando?) as razões tranquilizadoras que acaso nos estejam a ser



dadas ou que estejamos a dar a nós próprios. Ninguém melhor se engana que quando consente que o enganem os outros...

Aproximam-se agora um homem que deixou a mão esquerda na guerra e uma mulher que veio ao mundo com o misterioso poder de ver o que há por trás da pele das pessoas. Ele chama-se Baltasar Mateus e tem a alcunha de Sete-Sóis, a ela conhecem-na pelo nome de Blimunda, e também pelo apodo de Sete-Luas que lhe foi acrescentado depois, porque está escrito que onde haja um sol terá de haver uma lua, e que só a presença conjunta e harmoniosa de um e do outro tornarão habitável, pelo amor, a terra. Aproxima-se também um padre jesuíta chamado Bartolomeu que inventou uma máquina capaz de subir ao céu e voar sem outro combustível que não seja a vontade humana, essa que, segundo se vem dizendo, tudo pode, mas que não pôde, ou não soube, ou não quis, até hoje, ser o sol e a lua da simples bondade ou do ainda mais simples respeito. São três loucos portugueses do século XVIII, num tempo e num país onde floresceram as superstições e as fogueiras da Inquisição, onde a vaidade e a megalomania de um rei fizeram erguer um convento, um palácio e uma basílica que haveriam de assombrar o mundo exterior, no caso pouco provável de esse mundo ter olhos bastantes para ver Portugal, tal como sabemos que os tinha Blimunda para ver o que escondido estava... E também se aproxima uma multidão de milhares e milhares de homens com as mãos sujas e calosas, com o corpo exausto de haver levantado, durante anos a fio, pedra a pedra, os muros implacáveis do convento, as salas enormes do palácio, as colunas e as pilastras, as aéreas torres sineiras, a cúpula da basílica suspensa sobre o vazio. Os sons que estamos a ouvir são do cravo de Domenico Scarlatti, que não sabe se deve rir ou chorar... Esta é a história de «Memorial do Convento», um livro em que o aprendiz de autor, graças ao que lhe vinha sendo ensinado desde o antigo tempo dos seus avós Jerónimo e Josefa, já conseguiu escrever palavras como estas, donde não está ausente alguma poesia: «Além da conversa das mulheres, são os sonhos que seguram o mundo na sua órbita. Mas são também os sonhos que lhe fazem uma coroa de luas, por isso o céu é o resplendor que há dentro da cabeça dos homens, se não é a cabeça dos homens o próprio e único céu.» Que assim seja.

De lições de poesia sabia já alguma coisa o adolescente, aprendidas nos seus livros de texto quando, numa escola de ensino profissional de Lisboa, andava a preparar-se para o ofício que exerceu no começo da sua vida de trabalho: o de serralheiro mecânico. Teve também bons mestres de arte poética nas longas horas nocturnas que passou em bibliotecas públicas, lendo ao acaso de encontros e de catálogos, sem orientação, sem alguém que o aconselhasse com o mesmo assombro criador do navegante que vai inventando cada lugar descobre. Mas foi na biblioteca da escola industrial que «O Ano da Morte de Ricardo Reis» começou a ser escrito... Ali encontrou um dia o jovem aprendiz de serralheiro (teria então 17 anos) uma revista - «Atena» era o título - em que havia poemas assinados com aque-

«Alguém não anda a cumprir o seu dever»

Saramago não faltou à promessa de levar a Estocolmo, no momento da entrega da Nobel, a palavra sobre a injustiça reinante do mundo. Proferindo o discurso no mesmo dia em que se perfarizava 50 anos sobre a assinatura da Declaração de Direitos Humanos, dirigindo-se às centenas de pessoas que participaram no banquete, mas sobretudo a todos nós, José Saramago disse:

Cumpriram-se hoje exactamente cinquenta anos sobre a assinatura da Declaração de Direitos Humanos. Não têm faltado comemorações à efeméride. Sabendo-se porém como a atenção se cansa quando as circunstâncias lhe pedem que se ocupe de assuntos sérios, não é arriscado prever que o interesse público por esta questão comecem a diminuir já a partir de amanhã. Nada tenho contra esses actos comemoratórios, eu próprio contribuí para eles, modestamente, com algumas palavras. E uma vez que a data o pede e a ocasião não o desaconselha, permita-se-me que diga aqui umas quantas mais.

Neste meio século não parece que os governos tenham feito pelos direitos humanos tudo aquilo a que moralmente estavam obrigados. As injustiças multiplicam-se, as desigualdades agravam-se, a ignorância cresce, a miséria alastra. A mesma esquizofrénica humanidade capaz de enviar instrumentos a um planeta para estudar a composição das suas rochas assiste indiferente à

morte de milhões de pessoas pela fome. Chega-se mais facilmente a Marte do que ao nosso próprio semelhante.

Alguém não anda a cumprir o seu dever. Não andam a cumprir-lo os governos, porque não sabem, porque não podem, ou porque não querem. Ou porque não lho permitem aqueles que efectivamente governam o mundo, as empresas multinacionais e pluricontinentais cujo poder, absolutamente não democrático, reduziu a quase nada o que ainda restava de ideal de democracia. Mas também não estão a cumprir o seu dever os cidadãos que somos. Pensemos que nenhuns direitos humanos poderão subsistir sem a simetria dos deveres que lhes correspondem e que não é de esperar que os governos façam nos próximos cinquenta anos o que não fizeram nestes que comemoramos. Tomemos então, nós, cidadãos comuns, a palavra. Com a mesma veemência com que reivindicamos direitos, reivindicuemos também o dever dos nossos deveres. Talvez o mundo possa tornar-se um pouco melhor.

Não esqueci os agradecimentos. Em Frankfurt, no dia 8 de Outubro, as primeiras palavras que pronunciei foram para agradecer à Academia Sueca a atribuição do Prémio Nobel de Literatura. Agradei igualmente aos meus editores e aos meus leitores. A todos torno a agradecer. E agora também aos escritores portugueses e de língua portuguesa, aos do passado e aos de hoje, é por eles que as nossas literaturas existem, eu sou apenas mais um que a eles se veio juntar. Disse naquele dia que não nasci para isto, mas isto foi-me dado. Bem hajam, portanto.

■ José Saramago



Saramago em Estocolmo

A palavra ao Nobel da palavra



le nome e, naturalmente, sendo tão mau conhecedor da cartografia literária do seu país pensou que existia em Portugal um poeta que se chamava assim: Ricardo Reis. Não tardou muito tempo, porém, a saber que o poeta propriamente dito tinha sido um tal Fernando Nogueira Pessoa que assinava poemas com nomes de poetas inexistentes nascidos na sua cabeça e a que chamava heterónimos, palavra que não constava dos dicionários da época, por isso custou tanto trabalho ao aprendiz de letras saber o que ela significava. Aprendeu de cor muitos poemas de Ricardo Reis («Para ser grande sê inteiro/Põe quanto és no mínimo que fazes»), mas não podia resignar-se, apesar de tão novo e ignorante, que um espírito superior tivesse podido conceber, sem remorso, este verso cruel: «Sábio é o que se contenta com o espectáculo do mundo.» Muito, muito tempo depois, o aprendiz, já de cabelos brancos e um pouco mais sábio das suas próprias sabedorias, atreveu-se a escrever um romance para mostrar ao poeta das «Odes» alguma coisa do que era o espectáculo do mundo nesse ano de 1936 em que o tinha posto a viver os seus últimos dias: a ocupação da Renânia pelo exército nazista, a guerra de Franco contra a República espanhola, a criação por Salazar das milícias fascistas portuguesas. Foi como se estivesse a dizer-lhe: «Eis o espectáculo do mundo, meu poeta das amarguras serenas e do cepticismo elegante. Disfruta, goza, contempla, já que estar sentado é a tua sabedoria...»

«O Ano da Morte de Ricardo Reis» terminava com umas palavras melancólicas: «Aqui, onde o mar se acabou e a terra espera.» Portanto, não haveria mais descobrimentos para Portugal, apenas como destino uma espera infinita de futuros nem aos menos inimagináveis: só o fado do costume, a saudade de sempre, e pouco mais... Foi então que o aprendiz imaginou que talvez houvesse ainda uma maneira de tornar a lançar os barcos à água, por exemplo, mover a própria terra e pô-la a navegar pelo mar fora. Fruto imediato do ressentimento colectivo português pelos desdêns históricos de Europa (mais exacto seria dizer fruto de um meu ressentimento pessoal...), o romance que então escrevi - «A Jangada de Pedra» - separou do continente europeu toda a Península Ibérica para a transformar numa grande ilha flutuante, movendo-se sem remos, nem velas, nem hélices em direcção ao Sul do mundo, «massa de pedra e terra, coberta de cidades, aldeias, rios, bosques, fábricas, matos bravios, campos cultivados, com a sua gente e os seus animais», a caminho de uma utopia nova: o encontro cultural dos povos peninsulares com os povos do outro lado do Atlântico, desafiando assim, a tanto a minha estratégia se atreveu, o domínio sufocante que os Estados Unidos da América do Norte vêm exercendo naquelas paragens... Uma visão duas vezes utópica entenderia esta ficção política como uma metáfora muito mais generosa e humana: que a Europa, toda ela, deverá deslocar-se para o Sul, a fim de, em desconto dos seus abusos colonialistas antigos e modernos, ajudar a equilibrar o mundo. Isto é, Europa finalmente como ética. As personagens da «Jangada de Pedra» - duas mulheres, três homens e um cão - viajam incansavelmente através da península enquanto ela vai sulcando o oceano. O mundo está a mudar e eles sabem que devem procurar em si mesmos as pessoas novas em que irão tornar-se (sem esquecer o cão, que não é um cão como os outros...). Isso lhes basta.

Lembrou-se então o aprendiz de que em tempos da sua vida havia feito algumas revisões de provas de livros e que se na «Jangada de Pedra» tinha, por assim dizer, revisado o futuro, não estaria mal que revisasse agora o passado, inventando um romance que se chamaria «História do Cerco de Lisboa», no qual um revisor, revendo um livro do mesmo título, mas de História, e cansado de ver como a dita História cada vez é menos capaz de surpreender, decide pôr no lugar de um «sim» um «não», subvertendo a autoridade das «verdades históricas». Raimundo Silva, assim se chama o revisor, é um homem simples, vulgar, que só se distingue da maioria por acreditar que todas as coisas têm o seu lado visível e o seu lado invisível e que não saberemos nada delas enquanto não lhes tivermos dado a volta completa. De isso precisamente se trata numa conversa que ele tem com o historiador. Assim: «Recordo-lhe que os revisores já viram muito de literatura e vida, O meu livro, recordo-lhe eu, é de história, Não sendo propósito meu apontar outras contradições, senhor doutor, em minha opinião tudo quanto não for vida é literatura, A história também. A história sobretudo, sem querer ofender, E a pintura, e a música, A música anda

a resistir desde que nasceu, ora vai, ora vem, quer livrar-se da palavra, suponho que por inveja, mas regressa sempre à obediência, E a pintura, Ora, a pintura não é mais do que literatura feita com pincéis, Espero que não esteja esquecido de que a humanidade começou a pintar muito antes de saber escrever, Conhece o rifão, se não tens cão caça com gato, ou, por outras palavras, quem não pode escrever, pinta ou desenha, é o que fazem as crianças, O que você quer dizer, por outras palavras, é que a literatura já existia antes de ter nascido, Sim senhor, como o homem, por outras palavras, antes de o ser já o era, Quer-me parecer que você errou a vocação, devia era ser historiador, Falta-me o preparo, senhor doutor, que pode um simples homem fazer sem o preparo, muita sorte já foi ter vindo ao mundo com a genética arrumada, mas, por assim dizer, em estado bruto, e depois não mais polimento que primeiras letras que ficaram únicas, Podia apresentar-se como autodidacta, produto do seu próprio e digno esforço, não é vergonha nenhuma, antigamente a sociedade tinha orgulho nos seus autodidactas, Isso acabou, veio o desenvolvimento e acabou, os autodidactas são vistos com maus olhos, só os que escrevem versos e histórias para distrair é que estão autorizados a ser autodidactas, mas eu para a criação literária nunca tive jeito, Então, meta-se a filósofo, O senhor doutor é um humorista, cultiva a ironia, chego a perguntar-me como se dedicou à história, sendo ela tão grave e profunda ciência, Sou irónico apenas na vida real, Bem me queria a mim parecer que a história não é a vida real, literatura, sim, e nada mais, Mas a história foi vida real no tempo em que ainda não se lhe poderia chamar história, Então o senhor doutor acha que a história e a vida real, Acho, sim, Que a história foi vida real, quero dizer, Não tenho a menor dúvida, Que seria de nós se o deletur que tudo apaga não existisse, suspirou o revisor.» Escusado será acrescentar que o aprendiz aprendeu com Raimundo Silva a lição da dúvida. Já não era sem tempo.

Ora, foi provavelmente esta aprendizagem da dúvida que o levou, dois anos mais tarde, a escrever «O Evangelho segundo Jesus Cristo». É certo, e ele tem-no dito, que as palavras do título lhe surgiram por efeito de uma ilusão de óptica, mas é legítimo interrogar-nos se não teria sido o sereno exemplo do revisor o que, nesse meio tempo, lhe andou a preparar o terreno de onde haveria de brotar o novo romance. Desta vez não se tratava de olhar por trás das páginas do «Novo Testamento» à procura de contrários, mas sim de iluminar com uma luz rasante a superfície delas, como se faz a uma pintura, de modo a fazer-lhe ressaltar os relevos, os sinais de passagem, a obscuridade das depressões. Foi assim que o aprendiz, agora rodeado de personagens evangélicas, leu, como se fosse a primeira vez, a descrição da matança dos Inocentes, e, tendo lido, não compreendeu. Não compreendeu que já pudesse haver mártires numa religião que ainda teria de esperar trinta anos para que o seu fundador pronunciasse a primeira palavra dela, não compreendeu que não tivesse salvado a vida das crianças de Belém precisamente a única pessoa que o poderia ter feito, não compreendeu a ausência, em José, de um sentimento mínimo de responsabilidade, de remorso, de culpa, ou sequer de curiosidade, depois de voltar do Egipto com a família. Nem se poderá argumentar, em defesa da causa, que foi necessário que as crianças de Belém morressem para que pudesse salvar-se a vida de Jesus: o simples senso comum que a todas as coisas, tanto às humanas como às divinas, deveria presidir, aí está para nos recordar que Deus não enviaria o seu Filho à terra, de mais a mais com o encargo de redimir os pecados da humanidade, para que ele viesse a morrer aos dois anos de idade degolado por um soldado de Herodes... Nesse «Evangelho», escrito pelo aprendiz com o respeito que merecem os grandes dramas, José será consciente da sua culpa, aceitará o remorso em castigo da falta que cometeu e deixar-se-á levar à morte quase sem resistência, como se isso lhe faltasse ainda para liquidar as suas contas com o mundo. O «Evangelho» do

aprendiz não é, portanto, mais uma lenda edificante de bem-aventurados e de deuses, mas a história de uns quantos seres humanos sujeitos a um poder contra o qual lutam, mas que não podem vencer. Jesus, que herdará as sandálias com que o pai tinha pisado o pó dos caminhos da terra, também herdará dele o sentimento trágico da responsabilidade e da culpa que nunca mais o abandonará, nem mesmo quando levantar a voz do alto da cruz: «Homens, perdoai-lhe porque ele não sabe o que fez», por certo referindo-se ao Deus que o levava até ali, mas quem sabe se recordando ainda, nessa agonia der-

radeira, o seu pai autêntico, aquele que, na carne e no sangue, humanamente o gerara. Como se vê, o aprendiz já tinha feito uma larga viagem quando no seu herético «Evangelho» escreveu as últimas palavras do diálogo no templo entre Jesus e o escriba: «A culpa é um lobo que come o filho depois de ter devorado o pai, disse o escriba, Esse lobo de que falas já comeu o meu pai, disse Jesus, Então só falta que te devore a ti, E tu, na tua vida, foste comido, ou devorado, Não apenas comido e devorado, mas vomitado, respondeu o escriba.»

Se o imperador Carlos Magno não tivesse estabelecido no Norte da Alemanha um mosteiro, se esse mosteiro não tivesse dado origem à cidade de Münster, se Münster não tivesse querido assinalar os mil e duzentos anos da sua fundação com uma ópera sobre a pavorosa guerra que enfrentou no século XVI protestantes anabaptistas e católicos, o aprendiz não teria escrito a peça de teatro a que chamou «In Nomine Dei». Uma vez mais, sem outro auxílio que a pequena luz da sua razão, o aprendiz teve de penetrar no obscuro labirinto das crenças religiosas, essas que com tanta facilidade levam os seres humanos a matar e a deixar-se matar. E o que viu foi novamente a máscara horrenda da intolerância, uma intolerância que em Münster atingiu o paroxismo demencial, uma intolerância que insultava a própria causa que ambas as partes proclamavam defender. Porque não se tratava de uma guerra em nome de dois deuses inimigos, mas de uma guerra em nome de um mesmo deus. Cegos pelas suas próprias crenças, os anabaptistas e os católicos de Münster não foram capazes de compreender a mais clara de todas as evidências: no dia do Juízo Final, quando uns e outros se apresentarem a receber o prémio ou o castigo que mereceram as suas acções na terra, Deus, se em suas decisões se rege por algo parecido à lógica humana, terá de receber no paraíso tanto a uns como aos outros, pela simples razão de que uns e outros nele crêem. A terrível carnificina de Münster ensinou ao aprendiz que, ao contrário do que prometeram, as religiões nunca serviram para aproximar os homens, e que a mais absurda de todas as guerras é uma guerra religiosa, tendo em consideração que Deus não pode, ainda que o quisesse, declarar guerra a si próprio...

Cegos. O aprendiz pensou: «Estamos cegos», e sentou-se a escrever o «Ensaio sobre a Cegueira» para recordar a quem o viesse a ler que usamos perversamente a razão quando humilhamos a vida, que a dignidade do ser humano é todos os dias insultada pelos poderosos do nosso mundo, que a mentira universal tomou o lugar das verdades plurais, que o homem deixou de respeitar-se a si mesmo quando perdeu o respeito que devia ao seu semelhante. Depois, o aprendiz, como se tentasse exorcizar os monstros engendrados pela cegueira da razão, pôs-se a escrever a mais simples de todas as histórias: uma pessoa que vai à procura de outra pessoa apenas porque compreendeu que a vida não tem nada mais importante que pedir a um ser humano. O livro chama-se «Todos os Nomes». Não escritos, todos os nossos nomes estão lá. Os nomes dos vivos e os nomes dos mortos.

Termino. A voz que leu estas páginas quis ser o eco das vozes conjuntas das minhas personagens. Não tenho, a bem dizer, mais voz que a voz que elas tiverem. Perdoai-me se vos pareceu pouco isto que para mim é tudo.

■ José Saramago

Estocolmo,

7 de Dezembro de 1998

O turismo e a globalização

■ CARLOS LUÍS FIGUEIRA

Membro da Comissão Política do CC do PCP

NOS ÚLTIMOS quatro anos, os Congressos promovidos pela APAVT (Associação Portuguesa das Agências de Viagens e Turismo) têm-se afirmado como um dos mais importantes centros de debate sobre a actividade económica do Turismo e o que esta representa no contexto da economia nacional.

O peso e importância ganha por este Congresso não está certamente desligada dos novos elementos introduzidos na sua organização dos quais sublinho o painel reservado à participação dos Partidos com representação parlamentar, bem como ao tratamento noutras sessões de trabalho a problemas que muito embora relacionados com a actividade económica do turismo em muito extravasam o seu âmbito, quer no que directamente respeita às especificidades das Agências de Viagens quer quanto ao turismo de uma forma mais geral.

A realização este ano, na cidade de Natal / Brasil, do XXIV Congresso assumiu como tema central a "Globalização" reflectindo na escolha dos seus organizadores as justas preocupações que o evoluir da situação económica mundial coloca à actividade turística em geral e de forma particular às Agências de Viagens se tivermos em conta que a esmagadora maioria é constituída por empresas de uma reduzida dimensão. Turismo e actividade turística que o actual Governo de maioria PS desde o início do seu mandato considera como eixo estratégico da economia do País.

Num ano em que os resultados da actividade turística nacional apresentam um saldo francamente positivo (eventualmente o melhor da última década) tal facto tem servido ao Governo para amaciar críticas, credibilizar políticas, distribuir alguns "cabazes de Natal" e prometer alguns "ovos de Páscoa" (ou não estivesse o País em período de pré-campanha eleitoral), pintando de rosa um quadro que está longe de ser fácil, face à situação económica que o País atravessa e à conjuntura internacional presente, marcada por políticas neoliberais que lançam diariamente milhares de trabalhadores no desemprego, fomentando desigualdades sociais e pondo em causa direitos sociais adquiridos na última metade do século.

Sem deixar de reconhecer os esforços positivos que se assinalam nos últimos tempos neste plano da actividade governativa, interessa questionar os desafios que se nos colocam e sobre estes

conduz não ao progresso social mas a profundos e graves retrocessos civilizacionais. O crescimento imparável dos níveis de desemprego nas últimas décadas, tornando-se em

muitos casos não só massivo como crónico, estrutural, a precarização, a regressão em matéria de direitos sociais, acompanhada do domínio crescente por parte de grandes grupos de operadores de grandes mercados emissores, coloca à actividade turística do País não poucos desafios e inquietações, realidade que não pode ser eludida por resultados ocasionais de curto prazo.

O mundo em resultado das políticas dominantes caminha hoje num sentido inverso ao curso que motivou o acesso a grandes massas da população ao usufruto de condições de vida que lhe permitiram beneficiar das viagens e do sonho, realidades até há algumas décadas desfrutadas por estreitas camadas privilegiadas da sociedade. As últimas análises publicadas pelo Conselho Mundial de Turismo e Viagens dão conta de uma quebra nas receitas mundiais do turismo no valor de 20,2 mil milhões de contos e a correspondente quebra de 6,5 milhões de postos de trabalho, pondo em causa as optimistas previsões da Organização Mundial de Turismo, sobre as quais se tem idolatrado o Turismo como a indústria do século vindouro.

A actividade turística, por de mais o temos afirmado, como indústria de paz, de intercâmbio cultural entre os povos, de venda de lazer e de sonhos, só se afirmará se a esta "globalização" com

criada. Sem pôr em causa a importância da mesma é necessário com lucidez ter em conta que o País não se pode afirmar só no turismo, para mais sendo conhecidas todas as fragilidades, vulnerabilidades e dependências que em si mesma esta actividade comporta.

Os bons resultados obtidos este ano (realidade que não pode fazer esquecer a extrema perturbação em que este sector viveu nos dois primeiros anos da acção governativa da maioria PS) fruto de factores conjunturais nos quais pesaram a realização da Expo'98 e as opções ditadas pelo grandes operadores, não permitem qualquer caucionamento às políticas empreendidas, nem

apressados julgamentos acerca da consolidação de mercados. Pelo contrário, exigem medidas que permitam com clareza definir os alicerces de uma política nacional de turismo que nos ponha ao abrigo de consequências negativas resultantes da perda de competitividade face à entrada de Portugal no Euro, da expansão de mercados alternativos nas Caraíbas e Oriente ou de mercados mais próximos na Europa do Sul e da extrema dependência em que a nossa oferta se encontra face ao poder de um reduzido grupo de operadores externos. É nesse sentido que se orientaram as propostas que formulamos no Congresso das quais sublinhamos:

— Criação de uma **Lei de Bases do Turismo** como instrumento enquadrador de toda a actividade turística autonomizando financeiramente todo este sector, quer quanto às receitas que gera quer em relação à

natureza dos apoios específicos que lhe são concedidos para que finalmente se apure o seu saldo real e o destino e orientação que preside aos apoios de que beneficia;

— A **rápida autonomização de toda a área da promoção** através da criação de um órgão separado do actual ICEP, estrutura de composição mista, aligeirada, na qual participem um representante do Governo, do sector privado e das Regiões de Turismo;

— Perda para já a reforma administrativa do País e a consequente criação das Regiões Administrativas, impõe-se caminhar rapidamente para a reorganização das estruturas regionais e locais de turismo tomando como base, em alguns casos, as novas áreas promocionais definidas pelo Governo, processo que tem de estar profundamente associado à elaboração de uma nova **Lei Quadro** que descentralize competências, meios financeiros e defina um correspondente quadro de pessoal;

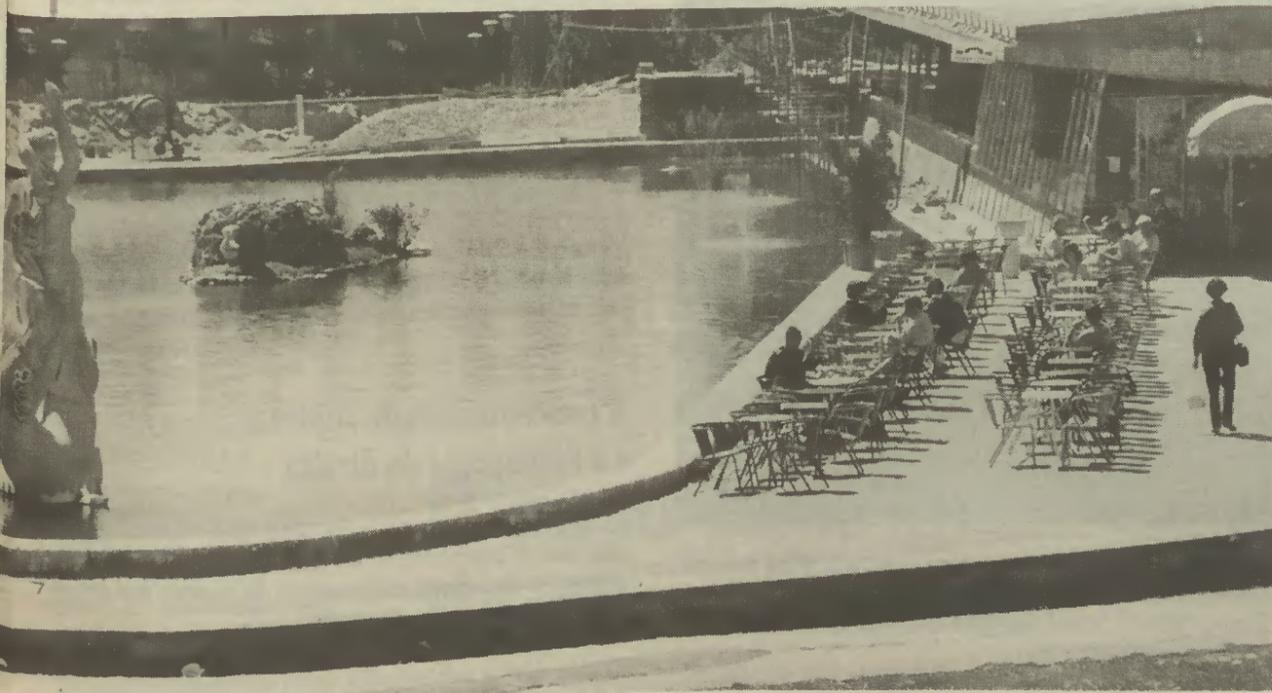
— No plano das **infra-estruturas** é indispensável que a principal região turística do País disponha finalmente da prometida auto-estrada e da conclusão da Via do Infante, infra-estruturas fundamentais para a consolidação deste importante destino turístico. Por outro lado, a necessidade da diversificação de produtos turísticos e o combate à sazonalidade impõem que se decida rapidamente sobre a edificação de um conjunto de equipamentos desportivos e culturais, bem como o efectivo apoio à rentabilização das estruturas resultantes da realização da Expo'98;

— Porque a actividade turística não pode mais navegar à vista nem ao sabor de interesses e pressões junto do poder político é indispensável que os **instrumentos de planeamento** (Planos Regionais de Turismo, Planos de Ordenamento da Orla Costeira, entre outros) passem das intenções à prática, definindo níveis de carga, áreas de expansão, no rigoroso respeito pela protecção do ambiente e do património, visando a prossecução de níveis de qualidade da nossa oferta, como forma privilegiada de consolidação e fidelização de mercados e correntes turísticas;

— Finalmente, em relação à **formação profissional** é necessário que a par da elaboração de um quadro de necessidades de formação aos mais diversos níveis se crie um organismo de composição tripartida (Estado, patronato, sindicatos) de forma a avaliar a eficácia dos programas e dos montantes neles investido, sendo certo que antes de mais é necessário tornar coerente a justa reivindicação de melhor e mais vasta formação profissional com a correspondente política de emprego, salários e respeito por direitos sociais dos trabalhadores.

O conjunto de propostas que deixámos neste Congresso está longe de esgotar tudo o que deve integrar uma efectiva política de turismo para o País. Constituem todavia o que na nossa óptica podemos chamar uma plataforma mínima para lhe dar corpo.

“A chamada “globalização”, traduzida no domínio do poder económico e da correspondente especulação financeira por parte das multinacionais e transnacionais, conduz e provoca uma crescente precarização dos estatutos laborais.”



que medidas e políticas podem ser erguidas para lhe fazer frente. Foi nesse sentido que se orientou a intervenção que fizemos em representação do Partido no Congresso referido.

Antes de mais, é necessário, mais uma vez, sublinhar que o turismo na expressão e volume de negócios que hoje envolve é uma realidade que está profundamente associada às conquistas que no plano social foram obtidas por grandes massas da população trabalhadora a partir de meados deste século através da elevação do seu nível de vida e da conquista não só do direito a férias remuneradas como à aquisição de capacidade económica para as poderem usufruir fora das suas residências ou países.

A chamada "globalização", traduzida no domínio do poder económico e da correspondente especulação financeira por parte das multinacionais e transnacionais, conduz e provoca uma crescente precarização dos estatutos laborais tanto nos países mais desenvolvidos como nos mais dependentes, num processo que

a correspondente política económica que lhe está associada, se suceder uma nova ordem económica assente no progresso económico real, no respeito por direitos sociais, no acesso a melhores condições de vida do mundo do trabalho, pilares indispensáveis à afirmação do turismo como sector económico relevante. Não será pois sobre a reduzida classe média ou com base em camadas de reformados privilegiados do Centro e Norte da Europa ou da América do Norte que se garantirá a consolidação e expansão desta actividade económica.

É neste contexto igualmente que se tem de equacionar as possibilidades de expansão que se oferecem à actividade turística nacional e no mesmo sentido equacionar os seus limites e possibilidades. Reflectindo as consequências de uma política económica com efeitos devastadores na actividade produtiva do País o Turismo surge hoje nas opções deste Governo como uma poção mágica e oportunidade quase exclusiva para inverter a situação

Intervenção de Carlos Carvalhas no Encontro sobre o Sector Público

A política do capital no negócio das privatizações

No Encontro de Quadros sobre o Sector Público, realizado no passado sábado, Carlos Carvalhas defendeu «a existência de um dinâmico Sector Empresarial do Estado» e a «apropriação social das empresas básicas e estratégicas» por razões «de eficácia económica, eficácia social e defesa da Independência Nacional». Uma posição que «não tem nada a ver com qualquer “modelo” de estatização da economia», assegurou, no decurso da intervenção de encerramento dos trabalhos (de que se transcrevem extractos).

(...)

Nesta quadra que já é natalícia, em que teve lugar este nosso importante encontro, as questões sociais e a preocupação com os outros vêm um pouco mais à superfície e tocam por vezes os corações, mesmo os mais empedernidos.

É uma época em que os governantes, integrando-se no espírito da quadra, também formulam votos e procuram publicamente mostrar a sua preocupação com os mais desfavorecidos, como se as suas opções, as suas escolhas, as suas políticas nada tivessem a ver com as desigualdades sociais, o desemprego, a pobreza.

São muitas vezes votos pios, criticam as consequências, mostram-se sensíveis às dificuldades de tantos idosos, à vida sem afecto e sem calor de tantas crianças que têm na rua o seu lar, mas são simultaneamente autores ou coniventes com as principais causas.

Criticam as consequências, mas não assumem a responsabilidade pelas políticas que as determinam.

O país tem tido crescimento económico, mas se este é, como é de facto, apropriado na parte de leão, por meia dúzia de famílias da corte do capital financeiro, então ninguém se pode admirar que depois haja milhares e milhares de cidadãos, de trabalhadores, de idosos, de crianças que ficam à margem desse crescimento.

Alguém roubou

Como diz o poeta: “Os meninos da Estremadura/andam descalços./Quem lhes roubou os sapatos?” (...) “Os meninos da Estremadura/são sisudos/Quem lhes roubou os jogos?”

Se os meninos andam descalços e são sisudos, como diz o poeta, é porque alguém lhes roubou os sapatos e os jogos.

As privatizações de riquíssimo património público têm concentrado nas mãos de meia dúzia de famílias uma enorme riqueza, num autêntico esbulho e em processos que, como aqui foram relatados, uma “operação de mãos limpas” não faria uma razia menor do que a que se verificou em Itália. Concentração de riqueza, poder económico, poder político, nas leis laborais, nos benefícios fiscais, na política orçamental, nos salários, em suma, na distribuição do Rendimento Nacional.

Pressão e promiscuidade

É por isso que cada vez maior a pressão do poder económico e cada vez maior a subordinação do poder político ao poder económico e também cada vez maior a promiscuidade entre os dois. E é também mais frequente a arrogância do poder do dinheiro.

Os exemplos são muitos.

Não diz um ministro que tem dúvidas sobre tal ou tal proposta de Lei do Pacote Laboral, mas que quer vê-los aprovados porque está sujeito a uma forte pressão das grandes confederações patronais?

Recordam-se do contentamento e do deslumbramento pacífico com que membros do governo se deixavam fotografar e filmar acompanhados pelos grandes senhores da finança e da indústria no encontro de Bicesse, com a nata da nata do grande capital?

Não temos visto que influentes ministros deixam o governo para irem ocupar lugares importantes e bem remunerados em empresas de grandes e influentes grupos económicos, numa promiscuidade que o mínimo que se pode dizer é que é pouco saudável?

Não tivemos o caso de um dos velhos monopolistas ter querido com arrogância, ganhar nas últimas eleições a Câmara de Mértola, ameaçando e avançando com vultuosos meios porque nesse concelho é um grande latifundiário... e sabe que com os comunistas não terá favores mas sim regras claras?

Não assistimos recentemente à afirmação de um grande senhor do dinheiro de que não iria depor à Comissão de Inquérito da Assembleia da República, para depois com sobrançeria sugerir que tal reunião se fizesse às oito horas da manhã porque era essa a hora em começava a trabalhar, isto é, a hora a que vai para o ginásio, como se tivesse sido do seu trabalho que lhe veio a sua fortuna e não da mais-valia que dia a dia vai retirando ao exército dos seus empregados; das facilidades do Estado e das actividades especulativas... Ou será que já se esqueceram das famosas OPV's da época cavaquista?

Eficácia de esquerda

Quando defendemos a existência de um dinâmico sector empresarial do Estado, quando defendemos a apropriação social das empresas básicas e estratégicas, fazemo-lo por razões de eficácia económica, eficácia social e defesa da independência nacional.

E fazemo-lo numa óptica de esquerda. E esta posição não tem nada a ver com qualquer “modelo” de estatização da economia.

Não se governa à esquerda entregando alavancas fundamentais da economia e alavancas fundamentais, para promover o desenvolvimento e a defesa do interesse público, aos interesses egoístas privados...

E num quadro de integração e de globalização, a apropriação



social dessas empresas é a mais sólida garantia da defesa da economia e duma estratégia nacional de desenvolvimento, é o escudo mais seguro aos “raids” das transnacionais nos seus objectivos de domínio e de acumulação.

Quando todos os dias a comunicação social nos informa de novas megafusões com as consequentes reestruturações e desemprego dando origem a empresas transnacionais cada vez mais gigantes, um Estado que não detenha e determine importantes alavancas da economia está muito vulnerável às decisões e domínio daquelas.

Um “Estado mínimo” é um Estado fragilizado, e sobretudo se for um pequeno país, ao que já alguns já chamam de “golpe de Estado planetário de novo tipo” resultante das megafusões, das privatizações de empresas altamente rentáveis e de empresas produtoras de bens e serviços públicos ou de primeira necessidade (electricidade, gás, água, saúde, etc.)

Infelizmente é um governo que se afirma socialista que faz gata com gabar-se de fazer mais privatizações que os governos cavaquistas.

E todos os meios servem. Até o impedimento administrativo, como foi o caso da não permissão da participação da EPAL nos concursos à concessão dos sistemas de água e saneamento em Mafra em 1995 e em Setúbal em 1998, ou à CP na exploração do eixo ferroviário Norte-Sul. Uma vergonha.

E como se vê agora é nestes municípios que o preço da água é agora relativamente mais cara.

(...)

Gritaria oposicionista

Mas esta é também uma política que corresponde totalmente ao ideário do PSD e do PP. A política do PSD e do PP, nas questões mais essenciais, não se distingue da política do governo.

Não se distingue nas privatizações.

Não se distingue na submissão aos critérios de Maastricht.

Não se distingue em relação ao euro.

Não se distingue em relação aos salários.

Não se distingue em relação aos benefícios fiscais dados ao capital financeiro.

Não se distingue em relação à aceitação do “Pacto de Estabilidade” europeu.

É por isso que daqui até às eleições PSD e PP vão procurar acentuar a gritaria oposicionista sobre o acessório, para esconderem a sua concordância com o essencial. Mas não é verdade que todos os Orçamentos do governo PS, com o seu conteúdo marcadamente neoliberal, foram viabilizados ora com os votos do PP ora com os votos do PSD?

O PSD e PP podem fazer demagogia com o aumento dos reformados, porque é o Estado que paga. Mas, por exemplo, em relação aos vencimentos da Administração Pública, embora também seja o Estado que paga, aqui já não defendem as propostas dos trabalhadores, porque sabem que estes aumentos são indicativos para o sector privado.

Já viram por acaso o PSD ou o PP defender o aumento dos salários? Já os viram estar a favor da redução dos benefícios fiscais ao capital financeiro? Já os viram levantar algum dedo contra o pacote laboral? Viram-nos defender a redução do horário de trabalho?

Conhecem alguma greve, uma sequer, que tivesse tido o apoio político do PSD ou do PP? Nestas questões de separação de águas, de posicionamento classista, é muito claro de que lado estão quer o PSD quer o PP...

O líder do PP dizia há dois dias, que depois do referendo no seu partido a AD era uma realidade e que, por isso, o Partido Socialista não mais poderia dormir descansado, nem fazer a sesta...

Com esta AD e com as alternativas políticas que propõem, o Partido Socialista não só pode dormir descansado. O que lhes tira o sono é a luta dos trabalhadores, das populações, dos estudantes, dos suicultores, dos agricultores e pescadores, dos pequenos e médios empresários e tantos outros grupos e sectores sociais atingidos pela sua política.

A concentração de riqueza e a demagogia de direita

As baixas pensões e reformas e os baixos salários são uma das principais causas de pobreza no nosso país. Pela nossa pressão e proposta o governo fez um aumento extraordinário das mesmas, mas apenas beneficiou um número muito reduzido.

Também o recente aumento das reformas continuou a manter as injustiças relativas, nomeadamente quanto às pequenas reformas e não teve em conta os que não beneficiaram do aumento extraordinário. Os aumentos ficaram muito aquém do que era desejável e possível. Nós continuaremos a lutar e a pressionar o governo para que faça justiça aos reformados.

Para os senhores da alta finança não falta o dinheiro, nem os benefícios fiscais... Por isso não se diga que não há dinheiro. O país tem recursos e há meios financeiros suficientes no Orçamento da Segurança Social para aumentar com justiça os reformados. Mas com a situação dos idosos há muitos que fazem demagogia. O que lhes interessa é ver se captam os votos daqueles que se encontram muito vulneráveis e desprotegidos. O CDS/PP bate todos os recordes neste domínio. Fez propostas que sabe não terem qualquer possibilidade ou fundamento, pura e simplesmente para que cheguem aos ouvidos dos reformados, sabendo que esta é uma camada muito fragilizada. É necessário denunciar e desmascarar esta hipocrisia e demagogia. Paulo Portas começou por propor que o dinheiro que se iria gastar com a regionalização fosse gasto com os reformados, que não tinham sido beneficiados com o aumento extraordinário, que era uma maneira inclusive de estes virem a ter um “Natal melhor”. É brincar com a sorte dos reformados.

Depois de os deputados do seu Partido na Assembleia da República, lhe terem mostrado que não havia tal verba no Orçamento e que a proposta não tinha nada em que se alicerçar, veio a apresentar então à prensa, dando o dito pelo não dito, uma nova proposta no sentido de o governo ficar autorizado a aumentar os reformados com os eventuais saldos do Plano de Investimento da Administração Central, isto é, do PIDAC.

Pura demagogia.

Primeiro, o PP com a sua proposta não obrigava o governo, mas pura e simplesmente propunha ao governo, que utilizasse os saldos se os houvesse.

Segundo, o eventual aumento não era para este “Natal”, pois só para o fim do próximo ano é que se saberá se haverá saldos e de que montante.

Eu creio que vós estais de acordo que o PCP continue a lutar pelo aumento das reformas, mas não com demagogia, não com falsas propostas, não com autênticas vigarices.

(...)

Crise do neoliberalismo

A crise financeira aí está, mais uma vez a mostrar as contradições e as taras do capitalismo e o cortejo de sofrimento imposto aos povos.

Só na Ásia a crise financeira e económica já liquidou milhares de empresas e já lançou dezenas de milhões de pessoas numa profunda miséria.

Os dogmas do neoliberalismo e a sua cartilha: desregulamentação, privatizações, livre cambismo, diminuição do custo da mão-de-obra, baixa de impostos, abrem falência em todos os cantos do mundo.

«O menos Estado» é posto de lado e o capital financeiro não se coíbe de se socorrer das virtudes da intervenção do Estado para evitar as falências em série...

E apesar de na sua arrogância imperial o presidente Clinton afirmar, como o fez ainda recentemente que nos EUA continuariam a guiar o resto do mundo em conformidade com os seus valores, a verdade é que o “modelo americano” é cada vez mais repudiado pelos trabalhadores e pelos povos.

A crença de que os mercados são auto-reguladores, que o desenvolvimento passa pelas exportações, que a convergência nominal das economias na UE impulsionou a convergência das economias reais e que a globalização impõe a extensão das privatizações é cada vez mais contrariada pelos factos e pela crise que continua a alastrar como uma mancha de azeite. Nunca uma crise atingiu tantos países ao mesmo tempo (Ásia, África, América Latina) e as suas consequências já se começam a fazer sentir na União Europeia e nos EUA.

As soluções não estão no capitalismo.

Os seus propagandistas procuram difundir a ideia que a resposta está num capitalismo mais “moderado”, mais “temperado”, mais “civilizado”.

São tretas para manter os privilégios das classes dominantes e manter a exploração e a alienação.

E o mesmo enquadramento têm as mistificações e as ilusões da social-democracia na criação daquilo a que designam por criação de uma terceira via. Isto é, querem dizer aos capitalistas que são melhores gestores do capitalismo que os conservadores.

Como já alguém disse, a terceira via social-democrata é uma espécie de “reaganismo” com as saias da Sr.ª Thatcher e o sorriso dentífico do Sr. Tony Blair... É o neoliberalismo com mais relações públicas, que o núcleo duro do PS tem como bandeira chamando-lhe a sua “via própria”.

O socialismo num projecto renovado e enriquecido pelo melhor que a humanidade tem produzido é o futuro da humanidade, é o caminho para o efectivo avanço de civilização.

A humanidade não está condenada à exploração, à dominação e à alienação.

Reforçar o PCP

Lutando por objectivos políticos e imediatos, lutando pela defesa de um sector empresarial do Estado, o PCP continua a lutar



pela transformação social e a ter por horizonte a construção de uma sociedade onde o livre desenvolvimento de cada um seja a condição do livre desenvolvimento de todos.

Mas o Partido necessita de transformar também a sua grande influência social, no plano nacional, em força eleitoral.

Não haverá viragem à esquerda sem o reforço da influência política e eleitoral do PCP.

Se o PCP tivesse tido um resultado mais expressivo nas últimas legislativas o Governo PS teria sido obrigado a uma outra política e mesmo pontualmente muitas questões poderiam ter tido uma solução de esquerda, uma solução positiva para os trabalhadores e para o povo.

Basta lembrar que mesmo os poucos afloramentos limitados de esquerda deste governo – avanços no ensino pré-escolar, rendimento mínimo, rede nacional de apoio aos toxicodependentes, aumento extraordinário dos reformados, gestão integrada da floresta, redução dos impostos sobre os baixos rendimentos familiares, Metro do Sul do Tejo – foram feitos com a pressão e a intervenção e a luta do PCP e a aceitação pelo PS das propostas do PCP.

Foi graças às propostas do PCP que houve alguns avanços em relação ao IRS no Orçamento de Estado agora aprovado.

Foi por proposta e intervenção do PCP que os rendimentos familiares de cerca de 25% dos contribuintes do IRS, de rendimentos até cerca de 20 000 contos anuais passaram a ficar isentos do pagamento deste imposto.

(...)

Na verdade foi graças às propostas, pressão e intervenção do PCP que aumentaram de 25 para 30% as declarações à colecta para as despesas com a saúde, com a educação e com a habitação, que houve alterações à tabela do IRS; isto é, foi com a contribuição activa das propostas do PCP que mais de 95% das famílias portuguesas viram desgravada a sua carga fiscal.

Como foi também graças a uma proposta do PCP que ficou consagrado neste Orçamento, o aumento significativo de participação do estado no custo de medicamentos essenciais para o tratamento das doenças mentais.

E conquistas tão diversas como, por exemplo, a contenção nos telefones, a redução das tarifas eléctricas, o Alqueva, a dinamização do Porto de Sines, o aproveitamento da Base Aérea de Beja, ou as 40 horas, ou mesmo a travagem do pacote laboral que por vontade de governo já estava aprovado, deve-se à luta e à influência deste grande Partido.

Se não fosse a nossa luta, onde é que o nosso país já não estaria?

Mas precisamos de contar mais e para contar mais precisamos de ver com realismo como vamos romper.

As questões que enquadramos dentro do que designámos pela necessidade de se dar um novo impulso ao Partido continua e continuará na ordem do dia.

Mais resposta política, mais debate político, mais intervenção política virados para fora e para os problemas concretos.

O caso exemplar da electricidade

(...) Os interesses dos consumidores acabaram por ser em boa parte preteridos, pela pressão do BPI e dos grandes accionistas, pondo em melhor que a humanidade tem produzido é o futuro da humanidade, é o caminho para o efectivo avanço de civilização.

Nós propusemos uma redução de 15% em termos nominais porque era folgadoamente suportável pela EDP em termos económicos e financeiros.

A empresa de electricidade apresentou lucros declarados de 126 milhões de contos em 1996, de 148 em 1997 e prevê cerca de 200 milhões de contos para este ano.

Se a redução fosse para 15% ganhando as famílias que pagam a electricidade mais cara da União Europeia, e a economia nacional, a EDP apresentaria lucros da ordem dos 110 milhões de contos em 1998 e o autofinanciamento gerado pela empresa ainda atingiria os 200 milhões de

contos, qualquer coisa como o dobro dos seus investimentos anuais.

A redução que se verificou deve-se em boa parte à nossa pressão e denúncia que foi feita pelo nosso Partido.

Mas ficou muito aquém do que era desejável e possível.

O governo por intermédio da Comissão reguladora sabe que podia ter ido muito mais longe. Mas não quis enfrentar os grandes especuladores bolsistas.

E ninguém se espante que os mesmos que andaram por aí histericamente a gritar porque os accionistas iriam ganhar um pouco menos na especulação bolsista, sejam os mesmos, tal como o governo, que nos momentos azados venham verter «lágimas de crocodilo» sobre a pobreza, sobre os direitos do Homem, sobre os sem-abrigo, sobre a solidariedade a que a quadra natalícia nos convoca.

A renovação e o rejuvenescimento, a preparação de quadros no processo normal de substituição de gerações, a que a lei da vida obriga, as assembleias de militantes e de organismos de base, para se analisar o que está bem para se aprofundar e generalizar e o que está em falta para se corrigir o que é insuficiente e fundamental. Ousadia no recrutamento, ousadia no contacto com os outros. Não deixar apenas aos movimentos unitários a tomada de posições em defesa dos trabalhadores, das populações, dos reformados, mas ter sempre a preocupação de o Partido aparecer com o seu documento, com a sua voz, com os seus rostos para que aqueles que estão conosco nas lutas sociais vejam com mais clareza que só dando-nos mais força no plano eleitoral é que lhe poderemos responder com mais eficácia também no plano político.

É necessário continuar nesta orientação para alargarmos a nossa influência e aumentarmos a nossa força organizada e a elevação do nível ideológico dos nossos militantes ao serviço do povo e do país.

Prestar atenção aos problemas concretos, aos grandes e aos pequenos problemas.

Prestar cada vez mais atenção à juventude, aos problemas específicos e direitos das mulheres, e a grave situação em que vivem tantos e tantos reformados e tantos e tantos deficientes, à situação dos pequenos e médios empresários.

A luta de massas e a frente dos trabalhadores. A frente institucional (A.R., Autarquias, PE) a aliança com os intelectuais, as nossas propostas em termos horizontais à sociedade: saúde, ensino, habitação, ambiente, cultura, justiça; as linhas de intervenção definidas para o novo impulso, o combate ao pacote laboral, as privatizações e aos baixos salários, os debates Portugal 2000, não são linhas estanques, são linhas complementares que se completam umas às outras e que permitem se as conseguirmos dinamizar em conjunto, e sem teias de aranha, potenciar e diversificar a nossa intervenção transformadora e acumular forças para as próximas batalhas.

É neste sentido que continuamos também a congregar esforços e a lutar, que o mesmo é dizer, lutar contra a concentração da riqueza e a subordinação do poder político ao poder económico; contra a alienação de empresas básicas e estratégicas que poderiam e deveriam desempenhar um papel de máxima importância na estratégia de desenvolvimento nacional, na criação de empregos e na luta contra os efeitos da “crise financeira”.

Nós no nosso país conhecemos como a direita no poder ao longo dos anos 80 e 90, tudo fez, como aqui foi relatado e exemplificado, para desacreditar as nacionalizações, como as geriu, como as utilizou para obter empréstimos externos em condições ruinosas para as empresas; como impôs preços políticos em épocas eleitorais para através destas empresas travar a inflação; como se serviu destas para financiar clientelas privadas; como atrasou, limitou ou simplesmente faltou com as compensações financeiras às empresas de serviço público, forçando-as assim a apresentar prejuízos que depois eram ampliados e martelados com vista a quebrar resistências, instalar dúvidas e criar e engrossar uma corrente na opinião pública favorável às privatizações.

Fizeram o mal e a caramunha.

E procuram fazer esquecer, mesmo assim os impostos e os lucros vultuosos que muitas destas empresas contribuíram para o erário público, fazer esquecer o que de positivo trouxeram à economia nacional, ao bem público, aos serviços públicos... Fazer esquecer os negócios escuros e as subavaliações das empresas a privatizar.

Os ideólogos do neoliberalismo ao serviço do capital financeiro, há muito que procuram difundir a ideia que a apropriação colectiva de empresas básicas e estratégicas é uma velharia, só defendida por aqueles que teimam em não acertar o passo com a modernidade, com o “modelo americano”, ou com governantes desorientados, como o foram o Sr. Reagan, a Sr.ª Thatcher e John Major ou como o são os actuais Sr. Blair, Clinton, Guterres, Aznar, etc., etc.

Nós de facto não acertamos o passo nem acertaremos com essa bolorenta modernidade que concentra fantásticas riquezas nas mãos de um cada vez mais reduzido número de cidadãos.

Nós de facto não acertamos o passo com a exploração, com a dominação, o colonialismo e o neocolonialismo, com o racismo e a xenofobia, com a condenação de milhões de seres humanos à situação de miséria das mais aviltantes.

Para nós o que é moderno e actual não é chegar ao século XXI com as mesmas chagas e flagelos sociais do início do século, apesar dos fulgurantes desenvolvimentos científicos e técnicos, mas sim lutar pela transformação social, lutar num processo complexo, exigente, mais ou menos longo por uma sociedade mais justa, mais fraterna, mais igualitária, por uma sociedade socialista.

Nós não lutamos só para o dia de hoje. Sabemos que estamos num processo, sabemos que o caminho se faz caminhando.

A luta que é perdida, à partida, é aquela que não se trava.

É por isso que aqui estamos de cabeça erguida virados para o futuro, com confiança, serenidade e determinação para continuar a luta, luta ideológica, política, social, ao serviço do povo e do país, deste grande Partido da classe operária e de todos os trabalhadores, o Partido Comunista Português.

(...)

A prática dos direitos humanos

O respeito pelos direitos do Homem mede-se pelas acções e não pelas palavras. Em matéria de serviços secretos e de recolha de informações, a prática nacional e da União Europeia deixa muitas dúvidas. O mesmo se passa com alguns dossiers explosivos, que têm sido mantidos debaixo de segredo e sem investigação, apesar das escandalosas situações a que se referem.



■ João Amaral

Se se pretendem exemplos do que se afirma, não é difícil encontrá-los. É o que se passa com a falta de fiscalização das secretas portuguesas. É o que se passa também com a montagem de sofisticados sistemas de escutas a partir de satélites, não só o já denunciado sistema ECHELON, de propriedade dos Estados Unidos, mas outros sistemas de outros países, incluindo um que se encontra em montagem pela União Europeia (e portanto com a participação de Portugal).

Mas, noutro plano, nunca é de mais denunciar a falta de investigação acerca da chamada Conexão Lusa do caso GAL, onde apesar das condenações em Tribunal dos executantes, nunca foram averiguadas as responsabilidades políticas.

É caso ainda para lembrar, já que se fala dos direitos humanos, o cruel massacre de Wiriyamu. Há poucos dias a SIC fez um impressionante trabalho, levando o alferes que comandava a força militar ao local da chacina. Calcula-se em 400 o número de civis moçambicanos que foram barbaramente assassinados. Mulheres foram violadas, crianças foram impiedosamente volteadas, seguras pelos pés, para serem esmagadas contra árvores. Como é que a consciência nacional reagiu à descrição desta chacina?

A resposta a estas situações de efectiva ou potencial violação de direitos humanos é dada na acção política, através da apresentação de propostas, através da denúncia combativa, através da divulgação da memória histórica sobre o que foi o fascismo e a ditadura como exemplo daquilo que o país quer enterrar definitivamente. Em todas essas frentes, o PCP se apresenta com o claro empenhamento de quem não poupa esforços na defesa dos princípios.

Vejamos, por exemplo, o caso do Conselho de Fiscalização dos Serviços de Informações.

Há quatro anos que os Serviços de Informações deixarem de ter a fiscalização a que a Lei obriga. Há quatro anos que, por responsabilidade do PS e do PSD, as secretas portuguesas funcionam em roda livre. De facto, para a eleição dos membros do Conselho de Fiscalização, são precisos os votos de 2/3 dos Deputados. Ora, só o PS e o PSD juntos ultrapassam essa fasquia. Por isso, são eles os responsáveis por esta verdadeira aberração que é secretas sem fiscalização.

Foi o PCP quem denunciou esta situação, que, em última instância, constitui um perigo para a democracia e para os direitos dos cidadãos. Foi o PCP quem apresentou um projecto de lei, que, dispensando a exigência de 2/3, podia facilitar a resolução do problema. Foi o PCP quem requereu urgência para esta discussão.

Sentindo-se desmascarados e encostados à parede, PS e PSD anunciaram para hoje a eleição do Conselho de Fiscalização. Se ela se consumir (e veremos!), isso dever-se-á à denúncia e à acção do PCP.

No caso do ECHELON, foi também o PCP quem levou a questão à Assembleia da República. Como é sabido, o ECHELON é um sistema de vigilância universal, que junta os Estados Unidos, Reino Unido, Nova Zelândia, Austrália e Canadá. Assente num serviço secreto americano (o NSA), o sistema gere uma rede de 25 satélites, e permite filtrar por minuto 2 milhões de chamadas telefónicas.

Segundo notícias vindas a público, o sistema tem servido para a vigilância de organizações como o Greenpeace. Não espantará que muitas organizações de esquerda sejam também objecto de vigilância.

Já vai para 10 meses que o PCP desafiou o Governo a abrir este dossier e a informar sobre o que se passa sobre um sistema que viola direitos fundamentais, permitindo escutas sem controlo.

O Governo não só não informou a Assembleia como parece estar envolvido, no seio da União Europeia, no lançamento de um sistema semelhante, para cooperar com o ECHELON. Há sobre a matéria um Memorando secreto, de 25 de Novembro de 1995. Mas um recente documento (Enfopol 98, de 3 de Setembro passado, emanado do Grupo de Cooperação Policial) lança publicamente as pistas para a utilização pela União Europeia da rede de satélites tendo em vista o controlo das telecomunicações e da internet. É urgente que o Governo se explique perante o País!

Estes são casos e situações da actual vida nacional que têm repercussões sobre o futuro. Mas, a par disso, há situações passadas que ainda hoje deveriam merecer uma acção específica.

É o que se passa com a Conexão Lusa dos GAL. Agora que em Espanha já há um ministro e um secretário de Estado na cadeia, por causa dos GAL e do terrorismo de Estado que praticaram, cabe perguntar como está o ramo português dos GAL.

Esse ramo português foi organizado por conhecidos colaboradores da DINFO, com destaque para o célebre Mário Correia da Cunha, informador que foi apanhado com fichas de militantes do PCP e do PS sobre os quais exercia vigilância. O Mário Cunha foi preso e condenado, e com ele outros executantes. Mas apontaram o dedo aos seus chefes na DINFO, Serradas Duarte e Fernando Ramos (que Cavaco Silva quis, sem êxito, cobrir com o segredo de Estado). Só que as investigações nunca foram levadas até ao fim.

Porquê? Alguém pode acreditar que tendo os GAL organizado em Portugal uma célula e recrutada gente próxima da secreta militar, que tudo isso se passasse à margem do Governo e das autoridades superiores?

Os GAL portugueses actuaram em França à bomba, ferindo gente, incluindo uma criança. Não são crimes que devem ser investigados até ao fim?

O mesmo se passa com a chacina de Wiriyamu. Não foi uma acção militar das Forças Armadas. Foi um massacre da responsabilidade de um dos "ultras" do regime fascista, que na altura chocou o Mundo. Pode o general Kaulza de Arriaga, o chefe militar supremo em Moçambique, passear por aí a sua impunidade?



EM FOCO

Escritores e artistas de Cuba em congresso

Defender a cultura

Desembarquei em Havana quando findava o VI Congresso dos Escritores e Artistas de Cuba. Logo me senti envolvido pela atmosfera que dele fazia um acontecimento nacional. Não conheço outro país onde a cultura entre, como em Cuba, tão impetuosamente pela vida quotidiana do povo. O tema ocupou horas na programação das emissoras de televisão e de rádio; os jornais publicaram na íntegra algumas das intervenções mais importantes.

É difícil imaginar na Europa ou no Brasil um Congresso de contornos similares. Porque? Porque sendo a Cultura a grande personagem dos debates, o que lhes conferiu a especificidade cubana foi a reflexão sobre a totalidade da vida numa sociedade socialista bloqueada que percorre um caminho solitário neste limiar do século XXI.

Li uma meia dúzia de comunicações. Todas expressavam, em discursos de arquitectura diferente, a mesma consciência de um fenómeno a que Fidel aludiu na conferência que pronunciou em Agosto passado na Universidade Autónoma de Santo Domingo: a complexidade e a intensidade da agressão às culturas nacionais desencadeada por uma potência imperial empenhada em impor uma monocultura universal sobre as ruínas daquelas que povos muito diferentes construíram durante séculos, por vezes milénios.

O escritor Roberto Fernandez Retamar, presidente da Casa de las Americas, numa comunicação de muita qualidade, viajou permanentemente do particular para o universal num vai-vém em que analisou problemas actuais da especificidade cubana. Foi corajoso.

Em Cuba criou raízes uma cultura socialista de sínteses, forjada em quatro décadas de revolução. Mas ela não seria o que é sem o substracto da cubanidade pré-existente, do qual brotou.

Retamar tem consciência de que as culturas, tal como os povos que as geram, são vulneráveis. Daí a frontalidade com que abordou a delicada temática das consequências, no plano cultural, da presença de «pequenos bolsões capitalistas» resultantes de concessões que a Revolução, para sobreviver, teve de fazer no campo económico. Esses efeitos são identificáveis em gostos e comportamentos sociais de pessoas que convivem com os turistas. Agradar ao estrangeiro assumindo atitudes e tendências que destoam do espírito e da práxis do projecto revolucionário ou, mais exactamente, tentar parecer-se mais com o Ocidente é uma tentação para alguns cubanos. Tem implicações imediatas no terreno da cultura. Esses «bolsões», que mereceram atenção especial de Retamar, funcionam como quistos no tecido social: geram desigualdade e ferem as relações entre as pessoas.

A complexidade dos desafios nascidos da coexistência com a mundividência capitalista manifestou-se, por exemplo, no interesse absorvente com que se discutiu no plenário a função social da Televisão e do Cinema e as suas actuais insuficiências em Cuba. Num país onde, por carência de recursos materiais, a grande maioria dos filmes exibidos é norte-americana (*), as mensagens ideológicas do audiovisual são com frequência incompatíveis com princípios e valores da Revolução e com o eticismo desta.

Oswaldo Martínez - um dos mais talentosos economistas da América Latina - desenvolveu na tribuna do Congresso o tema «Cultura e Desenvolvimento». Disse coisas que, sendo óbvias, estão esquecidas (ou são escondidas) na Europa. Lembrou concretamente que o desenvolvimento como fenómeno económico, social e científico significa no mundo contemporâneo riqueza para uma ínfima minoria de privilegiados e uma improvável esperança para a grande maioria dos povos. A globalização egoísta, a pobreza e a iniquidade são hoje - sublinhou - os três ingredientes mais notórios da ordem mundial imposta à humanidade.

«A dimensão cultural do desenvolvimento», afirmou, «é

aquela que permite integrar o maior número de factores (económicos, sociais, éticos, jurídicos, estéticos) no desenvolvimento concebido como processo multidimensional e integral, e a cultura como a síntese depurada é, ao mesmo tempo, o melhor instrumento de avaliação da qualidade do próprio desenvolvimento.»

Para Oswaldo e para os economistas de que foi porta-voz no Congresso, «o dever indeclinável dos intelectuais cubanos consiste na promoção de uma maneira de entender a cultura no sentido funcional de proporcionar o desenvolvimento humano até à sua mais elevada espiritualidade. Para se conseguir isso impõe-se colocar a justiça social como núcleo essencial a partir do qual é imprescindível fomentar a vida espiritual, pois se assim não se fizer exacerbam-se os piores instintos do homem».

Alguns observadores europeus sentiram-se transplantados para o reino da utopia quando ouviram o ex-ministro da Economia recordar que a tradição cultural cubana, fiel ao ideário ético de Martí, acreditou sempre na utilidade da virtude, na possibilidade infinita do aperfeiçoamento do homem. O que noutro país seria um mero exercício de retórica, é em Cuba um acto de confiança que traduz a ânsia permanente de superação de revolucionários que insistem em perseguir o impossível aparente.

O discurso de maior ressonância no país e na América Latina foi, porém, o que o ministro da Cultura, Abel Prieto, pronunciou na sessão de encerramento do Congresso.

Prieto, que visitou Portugal em 1995, quando era presidente da União dos Escritores e Artistas de Cuba - UNEAC -, chamou a atenção para uma realidade que incomodou Washington.

te empobrecido e, na essência, anti-nacional.»

Abel Prieto foi exaustivo no inventário e na análise dos problemas (mal conhecidos na Europa) que hoje enfrentam os escritores e artistas de Cuba, um país com um mercado exíguo para a arte, mas que é, pela sua elevada cultura, uma fonte inesgotável de criadores. Nesse contexto é mínimo o número de deserções, apesar das ofertas milionárias que chegam do estrangeiro. Até transnacionais se esforçam hoje por comprar escritores e artistas plásticos.

Numa época em que os EUA, para combaterem o princípio da exclusão cultural nos acordos com a União Europeia, defendem a tese segundo a qual a Cultura é uma mercadoria como qualquer outra e como tal deve ser tratada - Cuba responde a esse brado primário com a austeridade dos seus criadores, solidários com a Revolução cercada.

Abel Prieto não ignorou também as ameaças internas próprias do período especial, inseparáveis de um sistema bimonetário em que o dólar circula livremente no país. Tal como Retamar, pôs o dedo na ferida e lembrou que em consequência do boom turístico há entidades que «estão comercializando arte muitas vezes com a ajuda de artistas medíocres».

O mercado tem uma presença crescente na cultura cubana e um impacte nas instituições que ainda não foi avaliado em toda a sua complexidade. Mas o Estado e o Partido estão aten-



■ Miguel Urbano Rodrigues



A comparência maciça dos escritores e artistas cubanos e a sua participação activa nos debates constituíram a mais expressiva demonstração da vitalidade da UNEAC e da força da solidariedade do mundo da cultura com a Revolução, 40 anos transcorridos sobre a sua vitória.

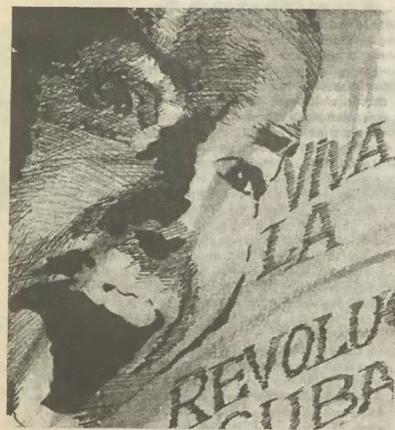
A *intelligentsia* cubana - registou - não se reuniu em congresso apenas para reflectir sobre o binómio cultura e sociedade. Ela fez simultaneamente do debate uma defesa serena e firme da identidade nacional contra todas as agressões da chamada Cultura McWorld - a anticultura exportada pelos EUA.

«A tradição anti-imperialista do nosso movimento intelectual - disse - revitalizou-se e actualizou-se em muitas destas discussões e houve uma recusa apaixonada e analítica de todos os signos neocapitalistas, da frivolidade pró-ianque ao pragmatismo (também de sinal ianque) que desdenha a cultura e promove uma visão mutilada das necessidades do homem. Houve uma defesa radical do nosso e foram utilizadas palavras como «americanizar», «miamizar», «macdonalizer», «cancunizar», para identificar processos muito perigosos que podem desenvolver-se sem que tenhamos suficiente consciência deles e prejudicar a imagem das nossas cidades, afectar o seu ambiente e contribuir para um clima espiritualmen-

tos na procura das estratégias, conceitos e opções mais adequados a situações sem precedentes que Cuba enfrenta. «É necessário evitar», salientou, «que a pobreza material gera uma pobreza espiritual e uma espécie de apatia que pode fazer-nos muito mal, ou pode mesmo desvirtuar a própria função cultural.»

Abel Prieto leu, então, por julgá-los oportunos, alguns parágrafos de um texto seu, publicado quando dirigia a UNEAC:

«Creio honestamente que a verdadeira cultura, a de raiz, a nossa cultura nacional e (com ela, sempre com ela) a que antecipa a pátria bolivariana e a autenticamente universal é um antídoto insubstituível perante Rambo, Forrest Gump, Disneylândia e todos os embustes ianques, e perante o modelo político, económico e social que esses símbolos representam. Na frivolidade do «colonizado cultural», na intempérie do lúmpen, em que apenas procura alienar-se e «isolar-se» e já renunciou ao prazer da inteligência, e na ignorância presunçosa, naqueles que têm preconceitos contra a arte - aí estão as «partes brandas», as mais expostas ideológica e culturalmente à influência dos nossos inimigos.»



No debate sobre a Cultura em Cuba não se comete o erro que tão dramáticas consequências teve na URSS. Não esconde a existência de mazelas e de perigos.

O ingresso de Cuba num mercado regido por normas impostas no fundamental por uma potência que não esconde o seu empenho em destruir o sistema político e social escolhido pelo povo cubano coloca desafios colossais na área da cultura.

Abel Prieto pretende compatibilizar uma ampla liberdade dos empresários com as exigências de defesa da Revolução. «Temos notado até que ponto», afirmou no Congresso, «influi na política das nossas instituições a necessidade de obter divisas a todo o custo, e até que ponto se misturam (perigosamente) na prática as decisões de política cultural e as decisões de carácter comercial. Foi necessário discutir muito entre nós para evitar que determinada anticultura abra caminho precisamente a algumas das nossas empresas.»

«Nada teríamos avançado», advertiu, «nós, revolucionários cubanos, se um dia, derrotado o bloqueio, saímos da crise e alcançamos certa "abundância económica" para descobriremos então que se nos esvaziou a alma, que temos homens e mulheres prósperos e embrutecidos por esse bulício zoológico que Martí identificou no modelo ianque, homens e mulheres sem cultura, sem coerência nem densidade espiritual, sem memória nem pátria.»

Não é um sentimento de medo que dita estas palavras, mas a consciência de que as grandes questões sociais colocadas pelo hibridismo da economia cubana no período especial e pelas relações entre a cultura e o mercado exigem mais do que nunca um debate amplo e aberto desses problemas pela *intelligentsia* cubana - o tipo de debate que não acontece nas sociedades capitalistas.

«Sabemos que o poder cultural de um povo», afirmou a concluir, «não tem que ver, por sorte, com as suas dimensões geográficas nem com o seu produto interno bruto, nem com o seu poderio militar e económico, e sabemos que Cuba culturalmente é uma grande potência.»

Se dúvidas houvesse sobre o significado político deste discurso como expressão de um pensamento de Estado, Fidel logo as dissipou ao fazer um elogio excepcional do trabalho desenvolvido por Abel Prieto como ministro da Cultura.

A intervenção de Fidel, no fecho do Congresso, foi, aliás, uma dura catinilária contra a política de destruição das culturas empreendida pelos EUA. Ao exortar os povos a defenderem as suas culturas nacionais contra a monocultura universal que lhes querem impor, o presidente cubano apresentou um quadro assustador do monopólio criado pelas gigantes empresas norte-americanas no terreno da informação, do audiovisual e da informática, numa época em que as fontes do poder, no âmbito da revolução tecnológica, são indissociáveis na sociedade informacional do controlo da comunicação instantânea.

Somente em Cuba, creio, se poderia assistir a um Congresso como aquele que reuniu em debates fraternais e muito originais os seus escritores e artistas. Permitiu compreender melhor o sentir de diferentes gerações, filhas de uma revolução socialista que se prepara para comemorar 40 anos.

Creio que nesta ilha bloqueada se materializa o desejo expresso por Fidel: tecer, em esforço colectivo, uma ampla frente de ideias que se oponha à globalização neoliberal.

(*) Contrariamente ao que acontece com os filmes de origem europeia, latino-americana e asiática, Cuba não paga direitos pela exibição de filmes norte-americanos. É uma resposta à guerra económica do bloqueio.

Comunidades Portuguesas da Europa

Nova política para a emigração

«Passados três anos desde a constituição do Governo do PS, não se verificou uma efectiva mudança qualitativa na política governamental na área da emigração e as boas palavras e as intensas operações de propaganda do Governo junto das Comunidades Portuguesas não têm correspondência nos actos e estão longe de responder às justas aspirações e à nudez crua dos muitos problemas acumulados na emigração.»
A opinião é das Organizações do PCP nas Comunidades Portuguesas da Europa, cujo encontro anual se realizou em Paris nos dias 28 e 29 de Novembro.

Cerca de meia centena de militantes comunistas radicados em diferentes países da Europa debateram durante 2 dias, na capital francesa, os problemas e aspirações actuais dos emigrantes portugueses, examinaram a política do Governo português e das instituições da União Europeia nesta área e apreciaram as propostas alternativas do PCP. O encontro, em que participaram Henrique de Sousa, membro do Secretariado do Comité Central, e João Armando, membro do Comité Central, iniciou ainda a preparação das eleições europeias e legislativas do próximo ano, e aprovou o plano de trabalho e de iniciativas do PCP para 1999 nas Comunidades Portuguesas da Europa. Neste âmbito, destaca-se a valorização de iniciativas relativas ao aniversário do PCP e à celebração dos 25 anos do 25 de Abril.

Segundo os participantes, a reunião foi um importante con-

Propaganda e demagogia

O Orçamento de Estado do Governo português é bem a prova, quanto à Emigração, de que a propaganda oficial e a demagogia não resistem à prova dos factos. O secretário de Estado José Lello ufana-se de que o orçamento da Direcção-Geral dos Assuntos Consulares é aumentado 20%. Mas esconde que tal aumento se relaciona sobretudo com os serviços consulares, que continuam mal dimensionados, mal distribuídos e com evidentes carências de pessoal em vários países.

Na verdade, há estagnação das verbas para o Instituto Camões, principal responsável pela difusão da cultura portuguesa no Mundo, se descontarmos o investimento na Sede em Lisboa(!). O aumento da verba para o ensino da língua portuguesa no estrangeiro (mais 400 000 contos) é metade do aumento orçamentado para este ano e claramente insuficiente face à falta de cursos e de professores em número bastante para alimentar uma diáspora de quatro milhões e meio de portugueses que mandaram de remessas para Portugal em cinco anos 3000 milhões de contos. É lamentavelmente baixa a verba prevista para apoiar a actividade das comunidades portuguesas em todo o Mundo. É ridículo o valor orçamentado - 36 500 contos - para suportar toda a actividade do Conselho das Comunidades Portuguesas, revelando assim o Governo mais uma vez o seu propósito de negar a este órgão e aos seus 100 conselheiros os meios para exercerem dignamente a sua função de representação da voz da emigração junto do Estado Português, e procurando antes convertê-lo numa câmara de eco e de legitimação da sua política.

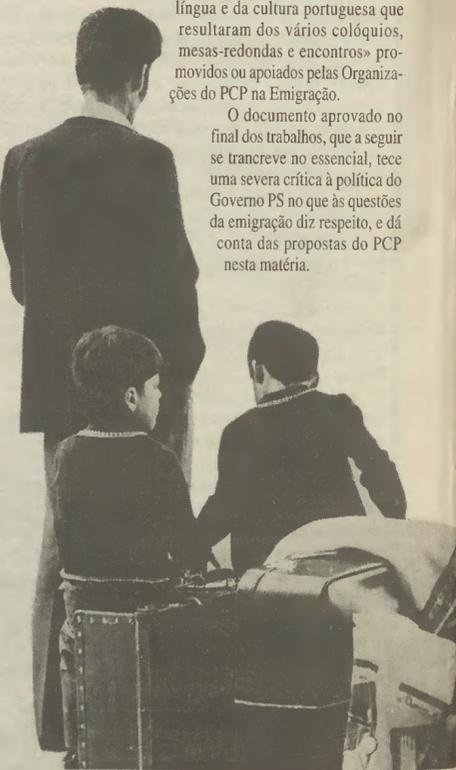
O Encontro manifestou apoio às propostas do Grupo Parlamentar do PCP no sentido do reforço das verbas no Orçamento do Estado português quanto à difusão da cultura e da língua portuguesas no estrangeiro e quanto ao Conselho das Comunidades Portuguesas.

O Encontro criticou a postura profundamente negativa, autoritária e fechada ao diálogo, adoptada pelo Governo português no processo de aplicação do novo Estatuto dos professores de língua portuguesa no estrangeiro, com evidentes consequências na perturbação do início do novo ano escolar. Manifestou a solidariedade do PCP à sua luta para que não sejam prejudicadas na aplicação do novo Estatuto e para que haja efectivo diálogo do Governo nesta matéria.

tributo para dar um novo impulso à actividade, iniciativa e propostas do PCP no seio das comunidades portuguesas e demonstrativa, no seu conteúdo e conclusões, «do conhecimento, influência e capacidade de intervenção em defesa dos direitos dos emigrantes que é característica reconhecida do PCP».

Os participantes valorizaram ainda as «numerosas acções concretizadas por deputados do PCP na Assembleia da República e no Parlamento Europeu em defesa da emigração portuguesa, assumindo-se como verdadeiros porta-vozes das suas aspirações e problemas nessas instituições», bem como «os importantes contributos para uma nova política em matéria de ensino e difusão da língua e da cultura portuguesa que resultaram dos vários colóquios, mesas-redondas e encontros» promovidos ou apoiados pelas Organizações do PCP na Emigração.

O documento aprovado no final dos trabalhos, que a seguir se transcreve no essencial, tece uma severa crítica à política do Governo PS no que às questões da emigração diz respeito, e dá conta das propostas do PCP nesta matéria.



Reforçar a actividade do PCP

O Encontro analisou a situação actual, os problemas e as mutações verificadas na emigração portuguesa na Europa, que sofre duplamente (quer pela sua relação com Portugal quer pela sua situação nos países de acolhimento) os negativos efeitos sociais das orientações neoliberais dominantes, e traduzidas designadamente no agravamento da precariedade, da insegurança e do desemprego também entre a emigração portuguesa e no ataque aos direitos sociais e laborais.

Sublinhando que a presença e a acção do PCP continuam a ser indispensáveis no seio das comunidades portuguesas, foram definidas algumas orientações fundamentais para o reforço da sua actividade e organização no próximo ano:

— Na continuidade dos progressos verificados este ano quanto à intervenção e à iniciativa do PCP nas comunidades portuguesas, promover uma mais forte e aberta intervenção, afirmação e iniciativa pública do PCP como partido que de há muito justamente se pode reclamar como a mais coerente força política na defesa dos direitos dos emigrantes portugueses, a par de uma mais intensa divulgação pública e junto da comunicação social das suas posições. Desenvolver uma Campanha de novas adesões ao PCP na emigração, indispensável para enfrentar os problemas actuais de renovação e de rejuvenescimento que dificultam o crescimento do PCP nesta área. Dar particular atenção à relação do Partido com as gerações mais jovens e os lusodescendentes, e tendo em conta o crescente peso dos que assumem a dupla identidade cultural e nacional como saída positiva para

por uma política diferente em defesa dos emigrantes

Reunião - Organizações do PCP na Europa - Nov. 98

PCP



Medidas necessárias

Segundo os participantes no Encontro, o PCP deve empenhar-se, juntamente com os emigrantes portugueses, numa nova política para a emigração que tenha em conta os seguintes aspectos:

— Assegure de facto um investimento do Estado português quantitativa e qualitativa maior na promoção do ensino da língua portuguesa no seio das nossas comunidades e uma maior valorização e difusão da cultura portuguesa no mundo, em especial nos países onde se concentram as comunidades portuguesas mais expressivas e nos países de língua portuguesa, e uma intervenção mais ofensiva junto dos governos dos países de acolhimento para a inserção da língua portuguesa nos sistemas de ensino oficial;

— Garanta não só a modernização mas a adequação da rede dos serviços consulares às realidades actuais da distribuição geográfica da emigração portuguesa e o seu reforço em quadros preparados para assegurar o apoio informativo, social e jurídico de que carecem os emigrantes;

— Que, por razões acrescidas face ao processo de introdução do Euro e aos seus reflexos prováveis no processo de gestão das poupanças e das remessas dos emigrantes para Portugal, se concretize por parte do Governo português uma política, que já tarda, de estímulo à aplicação das poupanças dos emigrantes em Portugal através do recurso a benefícios fiscais, taxas de juro mais favoráveis e de estí-

mulos materiais à aplicação dessas poupanças nas regiões menos desenvolvidas;

— Promova uma política de efectivo apoio aos emigrantes que decidem regressar a Portugal, seja pela via da desburocratização da resposta dos serviços quanto aos problemas da sua instalação seja quanto às necessárias medidas de apoio aos jovens lusodescendentes no processo da sua integração no sistema de ensino português;

— Desenvolva um plano de formação profissional que qualifique os trabalhadores portugueses emigrantes, designadamente os jovens lusodescendentes, aproveitando a experiência do acordo luso-alemão e promovendo a celebração de acordos com outros países, mas em que seja também salvaguardado o necessário apoio pós-formação para a integração no mercado de trabalho;

— Responda aos numerosos problemas existentes em matéria de Segurança Social, sobretudo quanto à atribuição de pensões de reforma, e que exigem quer uma intensa iniciativa do Governo português junto dos outros Estados para o diálogo e harmonização de sistemas quer medidas de reforço do sistema de segurança social português em quadros especializados na área da emigração para que sejam drasticamente reduzidos os inaceitáveis tempos de espera no tratamento dos processos;

— Desenvolva um programa, com os meios necessários e com critérios transparentes, para apoio ao vasto e diversificado movimento associativo das comunidades portuguesas, no sentido da qualificação e dignificação da sua actividade e da formação de animadores e dirigentes associativos;

— Garanta ao Conselho das Comunidades Portuguesas e aos seus eleitos os meios materiais indispensáveis ao exercício digno e autónomo das suas funções;

— Promova uma intervenção nas instituições da União Europeia, sobretudo num momento em que estão em debate importantes instrumentos legislativos relativos à política de emigração, coe-recente com a dupla condição de Portugal como país de emigração e de imigração e que rejeite concepções xenófobas, racistas e discriminatórias.



— Desenvolva um plano de formação profissional que qualifique os trabalhadores portugueses emigrantes, designadamente os jovens lusodescendentes, aproveitando a experiência do acordo luso-alemão e promovendo a celebração de acordos com outros países, mas em que seja também salvaguardado o necessário apoio pós-formação para a integração no mercado de trabalho;

— Responda aos numerosos problemas existentes em matéria de Segurança Social, sobretudo quanto à atribuição de pensões de reforma, e que exigem quer uma intensa iniciativa do Governo português junto dos outros Estados para o diálogo e harmonização de sistemas quer medidas de reforço do sistema de segurança social português em quadros especializados na área da emigração para que sejam drasticamente reduzidos os inaceitáveis tempos de espera no tratamento dos processos;

— Desenvolva um programa, com os meios necessários e com critérios transparentes, para apoio ao vasto e diversificado movimento associativo das comunidades portuguesas, no sentido da qualificação e dignificação da sua actividade e da formação de animadores e dirigentes associativos;

— Garanta ao Conselho das Comunidades Portuguesas e aos seus eleitos os meios materiais indispensáveis ao exercício digno e autónomo das suas funções;

— Promova uma intervenção nas instituições da União Europeia, sobretudo num momento em que estão em debate importantes instrumentos legislativos relativos à política de emigração, coe-recente com a dupla condição de Portugal como país de emigração e de imigração e que rejeite concepções xenófobas, racistas e discriminatórias.

Preparar as eleições

O Encontro decidiu iniciar desde já a preparação das eleições para o Parlamento Europeu e para a Assembleia da República no próximo ano, tendo também em conta que as condições específicas de participação da emigração exigem um tempo antecipado de intervenção.

Nesse sentido, e além de se ter iniciado a reflexão sobre critérios e características a serem tidos em conta na elaboração da lista de candidatos para as eleições legislativas pelo círculo da Europa, concluiu-se pela necessidade de avançar com a realização, nos primeiros meses de 1999, de encontros em cada país onde existem significativas comunidades portuguesas abertas à participação de todos quantos reconhecem no PCP e na CDU o espaço democrático e de esquerda que é preciso fortalecer, de modo a organizar e planear uma activa e alargada campanha de esclarecimento e constituir as comissões necessárias.

Quanto às eleições para o Parlamento Europeu e tendo em conta que estão em curso em países da União Europeia campanhas no sentido de motivar os emigrantes dos Estados-membros a recensearem-se até ao fim do ano para votarem nos países de residência, o Encontro concluiu o seguinte:

— Apelar aos emigrantes portugueses, que já estão recenseados para este efeito em Portugal e que compreendem que o seu voto na lista apoiada pelo PCP e pela CDU vale sempre para eleger deputados intransigentes defensores da emigração portuguesa e de Portugal no Parlamento Europeu, que votem no círculo nacional de Portugal nas próximas eleições para o Parlamento Europeu;

— Quanto aos emigrantes portugueses nos países da União Europeia que não estão recenseados em Portugal para participarem nas próximas eleições do Parlamento Europeu (e que já não poderão recensear-se em Portugal para esse efeito, mesmo que o desejassem), considerar como factor positivo de participação cívica e política o seu recenseamento para este fim nos países de acolhimento e apelar a que votem nas listas de candidatos dos partidos comunistas e outras forças progressistas integrados no actual grupo parlamentar da «Esquerda Unitária Europeia-Esquerda Verde Nórdica».

As leis para deficientes e as deficiências da lei

Mário de Almeida, presidente da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), aproveitou um seminário em Vila do Conde sobre a integração socioprofissional das pessoas com deficiência para denunciar o sistema legislativo em vigor sobre esta matéria, acusando-o de ser tão emaranhado e tortuoso que as autarquias se vêem obrigadas a «contornar a lei» se quiserem, com celeridade, contratar pessoas deficientes. Esta denúncia foi profusamente corroborada por diversos participantes do seminário, nomeadamente por técnicos de educação, de emprego, de acção social, de reabilitação de deficientes e representantes de instituições especializadas ou ligadas aos problemas dos deficientes, todos ilustrando com exemplos concretos o autêntico labirinto legal com que se defronta quem procura integrar socioprofissionalmente pessoas com deficiência. Perante isto, o representante do Secretariado Nacional de Reabilitação para a Integração da Pessoa com Deficiência, Dias Correia, prometeu aos

PONTOS CARDEAIS

participantes do seminário que as suas conclusões seriam encaminhadas para a Secretaria de Estado da Inserção Social, para uma eventual «sequência legislativa». Feita a promessa, mitigou de imediato a concordância implícita que ela revelava, acrescentando que a «maior dificuldade» que se coloca às pessoas com deficiência é a «indiferença» com que são tratadas pelo resto da população. A «maior dificuldade» é a «indiferença da população»? Mas não é a «população» que aceita ou recusa profissionais deficientes - são as empresas, os serviços públicos ou privados, as instituições ou os empregadores em geral... Tal como não é a «população» que regula a admissão de deficientes, é a lei - e esta, ficou demonstrado que não passa de um labirinto mais adequado para rejeitar deficientes que para os integrar... Neste «sacudir a água do capote» (agora para cima da «população», imagine-se!), a «maior dificuldade» é, também aqui, pôr o governo a cumprir não apenas aquilo que promete, mas agora

também aquilo que lhe compete...

A ministra e os lixos

A ministra do Ambiente, Elisa Ferreira, deslocou-se pessoalmente ao local do concelho de Setúbal onde a empresa Metalimex depositou, há anos, escórias de alumínio altamente perigosas importadas da Suíça para uma incineração que nunca realizou, ficando aquele lixo extremamente tóxico a ameaçar durante anos o ambiente, perante a inércia das autoridades portuguesas, que não apenas consentiram a inacreditável «importação» da Metalimex, como deixaram que os responsáveis por este autêntico crime contra a saúde pública se esfumassem no nevoeiro duma falência. Pois essa inércia das autoridades acabou, e foi isso mesmo que a ministra Elisa Ferreira quis demonstrar ao deslocar-se à lixeira, mostrando aos órgãos de Informação o carregamento das escórias para reenvio, desta vez para a Alemanha, onde serão finalmente

incineradas, no quadro de um acordo a que chegaram os governos português e suíço, que partilham as despesas desta retirada dos lixos do território português. Transpirando ambientalismo por todos os poros, a governante fez o que pôde para «retirar desta retirada» um perfil de heróica combatente da poluição, indiferente, até, ao «pormenor» de serem mais uma vez os contribuintes a arcar com os prejuízos deste incrível negócio da Metalimex, dado que os seus responsáveis, após terem empochado com a «importação» criminoso que fizeram, parece que deixaram de «existir» com a falência da empresa. Fica muito bem, à ministra do Ambiente, este *new look* antipoluição. Esperemos que não se fique pelo folclore desta deslocação a Setúbal e o exerça, agora, no caso da incineração dos lixos tóxicos pelas cimenteiras, não a impondo às populações para satisfazer a voracidade dos grandes interesses económicos envolvidos no negócio...

A «valsa» de Viena

Os 15 membros da Comunidade Europeia reuniram-se em Viena, na Áustria, num encontro ao mais alto nível, para discutir a aplicação da Agenda 2000. Os poderosos da Comunidade, com a Alemanha à cabeça, levavam na manga o que já se esperava: a intenção de reduzir já, e drasticamente, as respectivas participações para os antigamente tão celebrados «fundos de coesão», o que, na prática, se traduziria num corte substancial dos fundos até aqui concedidos aos países menos desenvolvidos da Comunidade, onde Portugal se inclui. Arrebanhados que estão todos para a «causa europeia» - que é como quem diz, para os interesses hegemónicos da Alemanha e arredores -, acabou-se o paleio da «solidariedade» e da «coesão» europeias e entrou-se no que realmente interessa: as vantagens, os lucros e o poder de quem manda no jogo. É verdade que a Espanha esperneou, acompanhada timidamente por Portugal, o que teve como único resultado o adiar dos cortes financeiros para daqui a um par de meses. Mas uma coisa ficou brutalmente clara: nesta «valsa» vienense, os ricos são donos da orquestra, do maestro, da batuta e do salão de baile. Aos outros está reservado o papel de dançar o que os donos da festa quiserem.

PONTOS NATURAIS

■ Mário Castrim

Eu, em viagem

I
Vou-me embora
vou-me embora
vou-me embora
a viajar
vou-me embora
vou-me embora
tá na hora
de abalar.

Seria assim se fosse de comboio e até depois de Manuel Bandeira já nem seria muito original. Mas irei de avião, e de avião só há as nuvens de algodão em rama e qualquer coisa de sonho que parece terra e é apenas atlas.

Irei de avião. O detector apanhou as rimas que ficaram retidas. O funcionário olhou-me brutalmente inquieto. Soube depois que estava em curso uma operação antidroga.

(João de Deus
se fosse sobre as nuvens
iria
mas de burro)

II

Primeiro, irei ao Père Lachaise pedir a bênção a Paul Éluard. Darei um salto a Londres para ver a casa onde Marx começou a transformar o mundo. Depois, muito a Leste para me encontrar com Máximo Gorki de cuja Mãe sou filho. (A casa ainda existe? A pena ainda

[se encontra

encostada ao tinteiro) Não terei tempo de visitar Lênine que me dizem continuar respirando.

Talvez as rimas dessem a isto um ar de mais ofício. Mas que fazer quando há apenas as impressões digitais?

III

Logo de regresso já de trova em trova procurei o berço foi à Costa Nova fui à Costa Nova ao vir da manhã ver o arrais Ançã ver o arrais Ançã tão de barco e mar tão de perto e céu ver o seu olhar tão outro e tão meu tão outro e tão meu nesta luz que vai sendo a minha lei o que eu, face à lei lhe disse, não sei se disse, não sei se disse «pai...» e que ajoelhei.

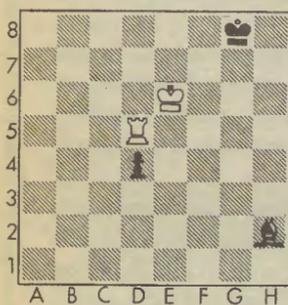
XADREZ

DCLXXXVII - 17 DE DEZEMBRO 1998

PROPOSIÇÃO N.º 1998X50

Por: Z. Birnov
«Shakmaty» - 1946

Pr.: [3]: Pd4-Bh2-Rg8
Br.: [2]: Td5-R66



Branças jogam e ganham

SOLUÇÃO DO N.º 1998X50 [J.S.]

1. Tg5+, Rf8; 2. Th5, Bc7; 3. Rd7, Bb6; 4. Tb5, Ba7; 5. Ta5, Bb6; 6. Ta8+, R-; 7. Rg6 e g.

A. de M. M.

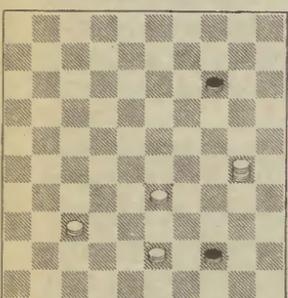
DAMAS

DCLXXXVII - 17 DE DEZEMBRO 1998
PROPOSIÇÃO N.º 1998D50

Por: P. Darrigan

In «Strategie der Honderd Velden» [NL]

Pr.: [2]: 14-44
Br.: [4]: (30)-33-37-43



Branças jogam e ganham

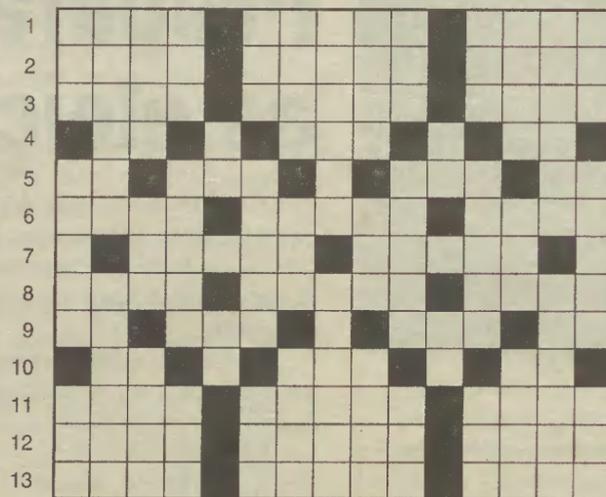
SOLUÇÃO DO N.º 1998D50 [P.D.]

1. 30-35; 2. (44-49=D); 3. 33-28; 4. (49x23)*; 3. 35-19; 23x46; 4. 19x5+; 1. 1... (44-50=D); 2. 35-19; 23x46; 4. 19x5+; 3. 19x5+

A. de M. M.

PALAVRAS CRUZADAS

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15



HORIZONTAIS: 1 - Peixe teleosteo, da fam. dos esparídeos, também conhecida por breca e dourada; torre provida de foco luminoso, em local apropriado da costa marítima, que serve de guia à navegação; cobertura da cabeça, sem abas, quase sempre com pala. 2 - Íntimas; agarrada com as gavinhas; lavrar. 3 - Compartimento principal de uma casa; qualidade de uma mercadoria (pl.); antiga medida de secos, correspondente ao alqueire. 4 - Nota musical; pano de arrás; Lantânio (s.q.). 5 - Basta; boca de um rio ou de outra qualquer corrente; colocar; comparecer. 6 - Substância que se põe no anzol para engodo dos peixes; tornei mole ou brando; nome de letra. 7 - Interj. designativa de satisfação ou admiração; encolerizado. 8 - Resultado de uma acção ou de um trabalho; o m.q. azeitona; nome de letra. 9 - Apelido; graças; catedrais; Ósmio (s.q.). 10 - Nome da décima sétima letra do alfabeto grego; parte inferior do chapéu; Astatino (s.q.). 11 - Destape; planta herbácea, da fam. das loniceráceas, robusta, de flores odoríferas, muito pequenas; que tem préstimo. 12 - Cama de lona, suspensa, em que dormem os marinheiros a bordo; mancha; tecido grosso e forte de algodão. 13 - Iças; enganos; remoinhos de água (prov.).

VERTICAIS: 1 - Interj. outra vez; explosão de carga de qualquer arma de fogo (pl.); mulher que cria uma criança de outrem. 2 - Fenómeno fonético do árabe que se traduz na passagem do som a para e ou i (pl.); rede para a pesca do barbo, no rio Douro. 3 - Abertura num fruto para ver se está maduro; o rubor das faces; pequena ânfora de barro. 4 - Membro do corpo de um animal, que serve para o voo; exprimir por palavras; dirigias-te (fig.). 5 - Principal rio de Itália; satélite de Júpiter. 6 - Mau humor (fig.); pessoa ou coisa sem valor (pl.) (fig.); nome de letra. 7 - Estímulo; suavidade (fig.); guarnecer com abas. 8 - Rofido; mergulhar num líquido. 9 - Composição poética, própria para o canto (pl.); cinquenta e quatro romanos; objecto no qual se procura acertar. 10 - Nota musical (pl.); fogueira funerária (pl.); o sono dos meninos (pl.). 11 - Drama lírico japonês, que combina a música, a dança e a poesia; a minha pessoa. 12 - Botequim; tecido de malha metálica para vedações (pl.); grito (bras.). 13 - Verbal; ribeira portuguesa; ilha, tipicamente anular, que delimita uma lagoa interior com comunicação para o mar, que se forma em mares tropicais. 14 - Relativos aos nariz; caminho já sabido ou habitualmente trilhado. 15 - Época; animais para abate; nota musical (pl.).

14 - Nasais; rolna. 15 - Brat; reses; las.
alvo. 10 - Lás; piras; oás. 11 - No; eu. 12 - Bar; redes; uio. 13 - Oral; Sor; atol.
tas. 5 - Pó; Io; 6 - Fel; zeros; ele. 7 - Alor; met; abar. 8 - Ralado; imbu; 9 - Odes; LIV.
VERTICAIS: 1 - Bis; tross; ama. 2 - Imalás; barbá. 3 - Calá; cor; orca. 4 - Asa; falat; ols.
ris; sés. Os. 10 - Ró; abá; Al. 11 - Abri; ebu; tih. 12 - Macat; lavio; lona. 13 - Alas; erros; rás. La. 5 - Tá; foz; pórt; ir. 6 - Isca; enoli; sse. 7 - Clare; indo. 8 - Obra; obra; erro. 9 - Sá; HORIZONTAIS: 1 - Bica; farol; bone. 2 - Imas; elada; arar. 3 - Sala; lora; rása. 4 - Lá; SOLUÇÃO:

AGENDA

Reuniões do Partido

Assembleia Concelhia de Guimarães

Sábado, às 15 horas, no salão da JF de S. Jorge de Selho (Pevidém)
Com a participação de **Álvaro Cunhal**

*

Plenário de militantes do sector metalúrgico do Porto - Sábado às 15 horas, no CT da Boavista, sobre a situação política e a criação da organização dos metalúrgicos comunistas

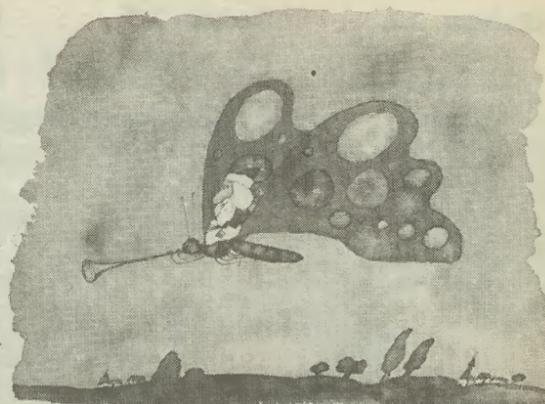
Plenário de militantes na freguesia do Alto do Pina (Lisboa) - Sábado, às 15 horas, no Centro de Reformados da Alameda

Direcção da Organização Regional de **Castelo Branco** - **Plenário** para discutir a intervenção dos comunistas na actividade sindical e a organização do Partido no seio dos trabalhadores, **sábado**, a partir das 15 horas, no CT da Covilhã.

Carlos Carvalhas hoje na Graça e na FIL

O secretário-geral do PCP, acompanhado de uma delegação da Direcção da Organização Regional de Lisboa do Partido, visita hoje, às 15 horas, o **Centro de Acolhimento dos Sem-Abrigo da Graça** (Rua Natália Correia, traseiras do N.º 31 da Rua da Graça).

Acompanhado de uma delegação da JCP, Carlos Carvalhas visita hoje, a partir das 16 horas, o **Forum Estudante/Juventude 98**, na Feira Internacional de Lisboa.



Boas prendas e feliz Natal

Lisboa - CT Vitória

Espaço Cultural - 24 Novembro a 30 Dezembro
Das 11 às 21h, Sáb. até às 19h

Venda de Natal: artesanato urbano, doces e vinhos da Madeira, barros alentejanos, porcelanas, pratos, azulejos, brinquedos, vergas, enfeites de Natal e muito mais...

Salas 201 e 202 (1.º Andar) - 24 Novembro a 28 Dezembro

Expo-venda de artes plásticas, com obras de Albino Moura, Boavida Amaro, César Roussado, Filipe Dinis, Humberto Lebroto, Irene Ribeiro, João Hogan (destaca-se uma gravura de 1978), Jorge Vieira (salienta-se uma gravura de 1982), José Mouga, Juan Soutullo, Luís Ralha, Ribeiro Farinha, Roberto Machado, Rogério Ribeiro, Sílvia, Virgílio Domingues.

Porto

Exposição de pintura, no CT da Boavista, com obras de Acácio Carvalho, Adão Cruz, Alfredo Barros, Américo Moura, Ângelo de Sousa, António Fernando, Armando Alves, Fernando Oliveira, Helena Gouveia, Henrique Silva, José Emídio, José Rodrigues, Júlia Pintão, Margarida Leão, Nuno Gandra, Roberto Machado, Romero, Sílvia Carreira, Susana Nogueira.

Barreiro

27 Novembro a 31 Dezembro - das 10 às 22h
Mercado de Natal, no CT do PCP, com barros de Setúbal, peles de Grândola, pinhoadas e mel de Alcácer, moscatel de Setúbal e Palmela, vidros da Marinha Grande, livros, chocolates, brindes diversos

Algés

27 Nov. a 22 Dezembro - de seg. a sexta das 13h30 às 17h30
Banca de Natal, no CT do PCP

Faro

Sexta-feira, 18 horas, no CT do PCP
Apresentação do livro de Carlos Brito «Tempo de subversão - páginas vividas da resistência», pela Dr.ª Carina Infante do Carmo

Beja

Até 2 de Janeiro - das 10 às 20h, Sáb. das 15 às 19h
Feira do Livro, no CT do PCP

Lisboa - Casa da Paz

Rua Rodrigo da Fonseca, 56, 2.º - 27 Novembro a 22 Dezembro
Das 10 às 20, Sáb. a partir das 15h. Venda de objectos provenientes de vários países, promovida pelo CPPC

PORTUGAL 2000

Debates para uma política de esquerda

Linhas para um programa integrado de ciência e tecnologia

Hoje, às 17h30, no Centro Jean Monet (Largo Jean Monet, 1 - 6.º, Lisboa)

Com a participação de Frederico de Carvalho, João Caraça, Maria Helena Mira Mateus, Mário Ruivo, Pedro Guedes de Oliveira e Rui Namorado Rosa

Alqueva e o desenvolvimento agrícola do Alentejo

Sábado, às 15 horas, no Cine-Teatro Caridade, em Moura

Com Agostinho Lopes, Castro Caldas, Faria Ferreira e Fernando Oliveira Baptista

Outros debates

CM da Moita

A célula dos trabalhadores comunistas da CM da Moita promove **sábado**, às 12 horas, no refeitório da Câmara (ex-Socorquex) um debate sobre o **pacote laboral do Governo do PS**, com a participação de Américo Costa, do Comité Central do PCP. Segue-se um almoço-convívio.

Torres Novas

Hoje, a partir das 21h30, no auditório do Museu Municipal de Torres Novas, tem lugar um debate sobre **ambiente e serviço público**, com a participação de **Rui Godinho**, vereador da CM de Lisboa e membro do grupo de estudos do PCP para as questões do ambiente.



Plenário distrital em Castelo Branco

Segunda-feira, dia 21, às 15 horas, no CT do PCP

Com a participação de **Ângelo Alves**, do Secretariado da Direcção Nacional da JCP

Debate na Graça

Sábado, às 15 horas, no CT do PCP

Debate sobre o **ensino secundário**, nomeadamente as questões da avaliação e do contrato de autonomia e gestão escolar, promovido pelo colectivo de jovens comunistas (PCP e JCP) da Zona Oriental de Lisboa. No final do debate, realiza-se um convívio com música e comes-e-bebes.

Festas e convívios

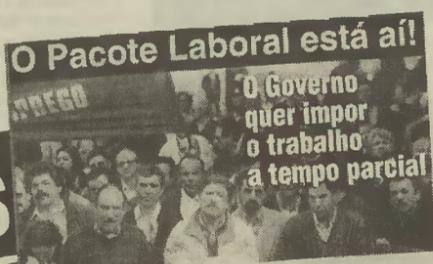
Trofa

Sábado, 20 horas, no CT de Guidões
Jantar-convívio de comemoração da passagem de Trofa a concelho, com a participação de **Emídio Ribeiro**, da Comissão Política do PCP. Inscrições até amanhã, pelos telefones 02-9827122 (Manuel Lopes) e 052-414169 ou 417574 (Victor Augusto)

Lisboa

Zona Ocidental - sábado, 13 horas, CT de Alcântara. Ementa: arroz à valenciana, sopa, bebida, pão, doce, café e surpresas, por 1800 escudos (inscrições ainda são aceites hoje, telefones 3638512 e 3972467)
Sector de Serviços - sexta-feira, 20 horas, CT da Av. Duque de Loulé (inscrições terminam hoje)
IICT - sexta-feira, 12h30, almoço-convívio da célula do PCP no Instituto de Investigação Científica e Tropical (informações no CT Vitória, telefone 3562715)

Passagem de ano - reveillon na Voz do Operário. Informações e inscrições no CT Vitória (Rui Menezes ou Martinho Baptista) e na Voz do Operário (Paula Carvalho ou Fernando Bárbara)



O Pacote Laboral está aí!
O Governo PS, através da Assembleia da República, iniciou a discussão sobre os seus projectos de lei do trabalho a tempo parcial, visando a compatibilizar com o grande capital português a sua actividade até finais de ano.

Imposição do trabalho a tempo parcial?
Ninguém fica de fora, não se trata de penalizar a oportunidade de ser trabalhador a tempo parcial. O Governo PS apresenta leis ao trabalhador, não qual tem o direito de não aceitar ou de aceitar, com a garantia de emprego, de salário, de direitos. Que se tornem a excepção em regra e não a regra em si mesma.

Não obrigado!
Saiba que quem tem de mais, não precisa de mais. É preciso ter em conta os interesses da maioria dos trabalhadores. Não se trata de mais, mas de menos. Perguntar a quem tem de mais, não precisa de mais. É preciso ter em conta os interesses da maioria dos trabalhadores. Não se trata de mais, mas de menos.

AS TARIFAS DA ELECTRICIDADE TÊM DE BAIXAR



DIGA SIM À REDUÇÃO DE 10%
Apoie a Proposta do PCP

★ ★

Reveillon

do Partido Comunista Português

★ **na Voz do Operário** ★

Música ao Vivo com 2 Bandas

★ ★

Entradas:
c/ Jantar (refeição, espumante e Bolo Rei) --- 6000 PCP'S
c/ Mesa (espumante e Bolo Rei) --- 2500 PCP'S
após 00:30h --- 1000 PCP'S

★ ★

Informações e Reservas

- Voz do Operário tel: 886 21 55 (Paula Carvalho ou Fernando Bárbara)
- C.T. Vitória tel: 356 27 15 (Rui Menezes ou Martinho Baptista)

TELEVISÃO

Quinta, 17

RTP 1

08.00 Infantil
10.10 Malha de Intrigas
11.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Natal dos Hospitais
20.00 Telejornal
20.45 Contra Informação
21.00 As Lições do Tonecas
21.35 Grande Entrevista
23.35 Anúncios de Graça
00.10 24 Horas

Sexta, 18

RTP 1

08.00 Infantil
10.10 Malha de Intrigas
11.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Consultório
14.45 Esmeralda
15.40 Chiquititas
16.30 O Amigo Público
18.15 País, País
19.00 País Regiões
19.15 Os Lobos

50 anos do Hot Clube de Portugal comemorados com uma evocação de Luís Vilas-Boas



01.05 Lutar pela Vida
(de Ferdinand Fairfax, EUA/1986, com Beau Bridges, Karen Valentine, Patrick Dempsey, Frances Lee McCain. Drama)

RTP 2

15.00 Informação Gestual
15.40 Quarenta Cavaleiros
(de Samuel Fuller, EUA/1957, com Barbara Stanwyck, Barry Sullivan, Dean Jagger, John Ericson. Ver Destaque)
17.30 Euronews
18.00 Informação Religiosa
18.30 Hugo
19.00 Um, Dó, Li, Tá
20.25 Hóquei em Patins
22.00 Jornal 2
22.35 Acontece
22.50 El
(de Luis Buñuel, Méx./1952, com Arturo de Córdova, Delia Garcés, Luís Beristain, Aurora Walker, Manuel Donde, Fernando Casanova. Ver Destaque)
00.50 Os 50 Anos do Estado de Israel (VI)

SIC

08.00 Buérré
12.00 Malucos do Riso
12.30 Primeiro Jornal
13.30 O Juiz Decide
14.30 Fátima Lopes
16.30 Buérré
17.40 Corpo Dourado
19.00 Pecado Capital
20.00 Jornal da Noite
21.00 Cantigas de Mal Dizer
22.15 Torre de Babel
23.15 Hilda Furacão
00.25 Último Jornal
01.05 Sentinela
02.35 Vibrações

TVI

08.45 TVI Jornal
09.10 S.O.S. Urgências
10.00 Animação
12.30 Fascinação
13.30 TVI Jornal
14.00 Serras Azuis
15.05 Mulher Perigosa
16.00 Animação
18.00 Flipper
19.00 Asas nos Pés
20.00 Robocop
21.00 Directo XXI
22.00 Ficheiros Secretos
23.00 Jornada Especial
(de Albert Magnoli, EUA/1997, com Jaime Pressly, Mario Lopez, Richard Gere. Ficção Científica)
01.20 Ai Que Vida!
02.10 Desporto
02.50 Profiler

RTP 2

15.00 Informação Gestual
15.40 A Terra
16.35 Encontros Imediatos
17.30 Euronews
18.00 Informação Religiosa
18.30 Hugo
19.00 Um, Dó, Li, Tá
19.35 O Corpo Humano
20.25 Hóquei em Patins
21.30 Remate
22.00 Jornal 2
22.35 Acontece
22.50 Noites Brancas
(Cinema Paraíso, filme de Giuseppe Tornatore, It./Fr./1988, com Philippe Noiret, Jacques Perrin, Salvatore Cascio, Mario Leonardi. Ver Destaque)

SIC

08.00 Buérré
12.30 Primeiro Jornal
13.30 O Juiz Decide
14.30 Fátima Lopes
16.30 Buérré
17.40 Corpo Dourado
19.00 Pecado Capital
20.00 Jornal da Noite
21.10 Malucos do Riso
21.40 Ponto de Encontro
22.45 Torre de Babel
24.00 Donos da Bola
02.00 Último Jornal
03.05 Vibrações

TVI

08.45 TVI Jornal
09.10 S.O.S. Urgências
10.00 Animação
12.30 Fascinação
13.30 TVI Jornal
14.20 Serras Azuis
15.05 Mulher Perigosa
16.00 Animação
18.00 Flipper
19.00 Asas nos Pés
20.00 Robocop
21.00 Directo XXI
22.00 Primeira Vaga
23.00 Polícias e Ladrões
24.00 Testemunha Duvidosa
(de Michael Toshiyuki Uno, EUA/1992, com Richard Dean Anderson, Justine Bateman, Geza Jovacs. Drama)
02.00 Ai Que Vida!
02.30 Ponto Final
02.55 Profiler

Sábado, 19

RTP 1

08.00 Infantil/Juvenil
12.00 Made in Africa
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Top+
14.55 Espelho Meu
15.35 Saber & Fazer
16.25 O Rapaz e o Mundo
16.50 Primeira Vez
18.05 Estrada Viva
18.45 Santa Casa
20.00 Telejornal
21.25 Futebol; Porto-Sporting
23.30 Miguel Ângelo ao Vivo
00.50 24 Horas
01.30 A Sra. Parker e o Círculo do Vício
(de Alan Rudolph, EUA/1994, com Jennifer Jason Leigh, Matthew Broderick. Ver Destaque)

RTP 2

09.00 Universidade Aberta
12.00 Shaka Zulu
13.00 Cidade Louca
13.30 Dinheiro Vivo
14.00 Parlamento
15.00 Desporto 2
18.45 Caminho das Estrelas
19.35 2001
20.00 Hóquei em Patins - Final do Campeonato da Europa
22.00 Jornal 2
22.35 O Lugar da História
23.35 Allô, Allô!
00.05 O Vigário de Dibley
00.35 O Riso ao Poder
01.05 O Dia do Desespero
(de Manoel de Oliveira, Port./Fr./1992, com Mário Barroso, Teresa Madruga, Luís Miguel Cintra, Diogo Dória. Ver Destaque)

SIC

08.00 Buérré
11.55 O Nosso Mundo
13.00 Primeiro Jornal
14.00 Operação Phoenix
(de Troy Cook, EUA/1993, com David Bradley, David Dugan. Acção)
16.00 Walker



17.00 Amigos e Detectives
(de Roger Spottiswoode, EUA/1988, com Tom Hanks, Mare Winningham. Policial)
20.00 Jornal da Noite
21.00 Mundo VIP
22.00 Big Show Sic
01.30 Afrodisia
02.00 Sentinela
03.00 Último Jornal
03.35 A Última Chance
(de John «Bud» Cardoso, EUA/1989, com Gary Busey, Melinda Bauer, Ray Sharkey. Acção)

TVI

08.45 TVI Jornal
09.10 S.O.S. Urgências
10.00 Animação
13.35 Contra-Ataque
14.30 Adultos à Força
15.30 Sétimo Céu
16.40 Por Todos os Invernos que Passaram
(de Lamont Jackson, EUA/1994, com Richard Chamberlain, Karen Allen, Hal Holbrook. Drama)
19.00 Acção em Acapulco
20.00 Roar
21.00 Directo XXI
22.00 Mãe aos 15
(de Sam Pillsbury, EUA/1997, com Park Overall, Kirsten Dunst, David Andrews, Margot Demeter. Drama)
24.00 Terra Agreste
(de Jean-Claude Lord, EUA/1992, com Anthony Edwards, Tom Burlinson, Melody Anderson. Drama)
02.00 Profiler

Domingo, 20

RTP 1

08.00 Infantil / Juvenil
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Made in Portugal
15.00 Que Vida Esta!
16.10 Sub 26
17.35 Em Nome da Justiça
18.40 GLX
19.30 Domingo Desportivo
20.00 Telejornal
20.50 Casa Cheia
21.25 Débora
22.00 Docas
23.20 Domingo Desportivo
00.35 Millennium
01.35 24 Horas
02.10 O Punho da Justiça

RTP 2

09.30 Novos Horizontes
10.30 Missa
11.30 A Grandes Viagens de Comboio
13.40 Viúvas
14.30 Sarilhos com Elas
15.00 Desporto 2
18.00 Jornal de África
18.35 A História de Nikita
19.30 Bom Bordo
20.00 Os Simpsons
20.15 Onda Curta
(Todos os Dias, Excepto no Natal, de Philippe Locquet, Fr./1997; A Criança de La Ciotat, de Arnaud Debré, Fr./1995. Curtas-metragens)
21.25 Artes e Letras - «Os 50 Anos do Hot Clube de Portugal»
22.00 Jornal 2
22.30 Horizontes da Memória
23.00 Olhos nos Olhos

SIC

08.00 Buérré
12.30 BBC - Vida Selvagem
13.00 Primeiro Jornal

Segunda, 21

RTP 1

08.00 Infantil
10.10 Malha de Intrigas
11.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Consultório
14.45 Esmeralda
15.40 Chiquititas
16.30 O Amigo Público
18.15 País, País
19.00 País Regiões
19.15 Os Lobos
20.00 Telejornal
20.45 Contra Informação
21.00 Nós, os Ricos
21.35 Canções da Nossa Vida
23.00 Sala de Conversas
00.15 24 Horas
01.10 Poltergeist
02.00 First Strike: Pilotos de Elite
(de Barry James Hickey, EUA/1995, com Sharon Bruneau, Jeff Rector, Stephen Pace. Acção / Aventuras)

RTP 2

15.00 Informação Gestual
15.40 Rumo ao Sul
16.35 O Nosso Charly
17.25 Madeira
18.00 Informação Religiosa
18.30 Hugo
19.00 Um, Dó, Li, Tá
21.00 Portugalmente
22.00 Jornal 2
22.35 Acontece
22.50 Jornal Falado
23.45 Dançando no Tempo
00.35 À Noite com Jools Holland

SIC

08.00 Buérré
12.00 Jasmin ou o Sonho do Cinema
12.30 Primeiro Jornal
13.00 O Juiz Decide

A SIC recorda Sinatra, desaparecido há um ano, no fim da emissão de quarta-feira

Terça, 22

RTP 1

08.00 Infantil
10.00 Malha de Intrigas
11.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Consultório
14.45 Esmeralda
15.40 Chiquititas
16.30 O Amigo Público
18.15 País, País
19.00 País Regiões
19.15 Os Lobos
20.00 Telejornal
21.00 Espelho Meu
21.35 Herman 98
23.35 Reportagem
00.35 24 Horas
01.20 Rotações
01.55 Santos da Casa
(de Nancy Savoca, EUA/1992, com Tracey Ullman, Vincent D'Onofrio, Lili Taylor, Judith Malina. Ver Destaque)

RTP 2

15.00 Informação Gestual
15.40 O Trigo e o Joio
(de Manuel Guimarães, Port./1965, com Eunice Muñoz, Igrejas Caieiro, Mário Pereira, Manuel da Fonseca, Maria Manuela. Drama)
17.30 Euronews



18.00 Informação Religiosa
18.30 Hugo
19.00 Um, Dó, Li, Tá
21.00 Portugalmente
21.30 Remate
22.00 Jornal 2
22.35 Acontece
22.55 The Crown and the Country
23.20 Ler para Crer
00.20 Nash Bridges

SIC

08.00 Buérré
12.00 Jasmin
12.30 Primeiro Jornal
13.30 O Juiz Decide
14.30 Fátima Lopes
16.30 Buérré
17.40 Corpo Dourado
19.00 Pecado Capital
20.00 Jornal da Noite
21.00 Médico de Família
22.00 Torre de Babel
23.20 Rob Roy
(de Michael Caton-Jones, Escócia/EUA/1995, com Liam Neeson, Jessica Lange, Tim Roth, John Hurt. Ver Destaque)
01.15 Último Jornal
01.50 Prisão de Mulheres
03.20 Vibrações

TVI

09.00 S.O.S. Urgências
09.45 TVI Jornal
10.00 Animação
12.30 Fascinação
13.30 TVI Jornal
14.00 Serras Azuis
15.05 Mulher Perigosa
16.00 Animação
18.00 Flipper
19.00 Asas nos Pés
20.00 Robocop
21.00 Directo XXI
22.00 Ficheiros Secretos
23.00 Vulcão: Fogo na Montanha
(de Graeme Campbell, EUA/1997, com Dan Cortese, Cynthia Gibb, Brian Kerwin. Filme Catástrofe)
24.00 Golo
00.30 Os Segredos de Verónica
02.10 Feedback
03.00 Profiler

Quarta, 23

RTP 1

08.00 Infantil
10.00 Malha de Intrigas
11.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 História dos Direitos do Homem
13.45 Consultório
14.45 Esmeralda
15.40 Chiquititas
16.30 O Amigo Público
18.15 País, País
19.00 País Regiões
20.00 Telejornal
21.00 Diário de Maria
22.15 Que Paródia de Natal
(de Jeremiah S. Chechik, EUA/1989, com Chevy Chase, Beverly D' Angelo, Randy Quaid. Comédia)
00.05 24 Horas
01.00 Barcelona: Concerto da Solidariedade

RTP 2

15.00 Informação Gestual
15.40 Derrick
16.35 Páginas Negras de Patricia Highsmith
17.30 Euronews
18.00 Informação Religiosa
18.30 Hugo

SIC

08.00 Buérré
12.30 Primeiro Jornal
13.30 O Juiz Decide
14.30 Fátima Lopes
16.30 Buérré
17.40 Corpo Dourado
19.00 Pecado Capital
20.00 Jornal da Noite
21.15 Bravo Bravíssimo
22.30 Torre de Babel
23.50 Nobel da Paz - O Concerto
01.00 Último Jornal
01.35 Homenagem a Robert Wise
03.40 Sinatra, a Voz do Século

TVI

09.00 S.O.S. Urgências
09.45 TVI Jornal
10.00 Animação
12.30 Fascinação
13.30 TVI Jornal
14.00 Serras Azuis
15.05 Mulher Perigosa
16.00 Animação
18.00 Flipper
19.00 Asas nos Pés
20.00 Robocop
21.00 Directo XXI
22.00 Primeira Vaga
23.00 Céu em Chamas
(de Dan Lerner, EUA/1998, com John Corbett, Josie Bissett, Ben Browder. Drama)
01.00 Ally McBeal
02.00 Segredos de Verónica
02.55 Lanterna Mágica
03.30 Profiler

Nota: A Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.

TELEVISÃO

Por isto e por aquilo...

Quarenta Cavaleiros

(Quinta, 15.45, RTP2)

Jessica Drummond impera em Tombstone, até ao dia em que chega um *sheriff* enérgico, de seu nome Bonnel, cujo irmão é morto pelo irmão de Jessica. Este tenta proteger-se, durante o final ajuste de contas, atrás do corpo da sua irmã. Mas Bonnel dispara primeiro sobre ela e depois sobre ele, matando-o também, acabando por deixar a cidade. Com uma história vulgar como a de tantos *westerns*, apesar de tudo Samuel Fuller, especialista no género, não acerta com o tom do filme, o que não deixa de ser surpreendente num realizador geralmente muito mais inspirado.

EI (Quinta, 22.55, RTP2)

Um rico proprietário, Francisco, apaixona-se por Gloria que conhece durante um serviço religioso. Conseguindo que Gloria se separe do seu namorado, um engenheiro chamado Raoul, Francisco acaba por casar com ela. Alguns anos mais tarde, Gloria reencontra Raoul e conta-lhe o seu inferno conjugal, logo desde o fiasco da noite de núpcias em pleno wagon-lit. E Francisco, ciumento, descobre que Gloria retomou a sua ligação com Raoul e prepara-se para matá-la. Mas esta consegue fugir. Anos passados, vemos Gloria e Raoul, juntos, acompanhados do filho de ambos, ao chegar a um mosteiro, para o qual se retirara Francisco... Eis um grande filme de Luis Buñuel, que vai até onde nenhum filme anteriormente fora no tratamento do ciúme e no quadro das perversões, dos fetichismos (com referências a Sade) e de um intenso erotismo, capaz de transformar a igreja num cenário lúbrico. A não perder.

Cinema Paraíso (Sexta, 22.55, RTP2)

À quarta ou quinta visão deste magnífico filme, parece acertado pensar-se que Giuseppe Tornatore, o talentoso realizador que o levou a cabo, foi extremamente sensível e inteligente ao juntar os condi-



Jennifer Jason-Leigh e Matthew Broderick, em «A Sra. Parker e o Círculo do Vício», de Alan Rudolph



Vincent D'Onofrio e Tracey Ullman, em «Santos da Casa» de Nancy Savoca

Manoel de Oliveira do período que antecederam imediatamente o suicídio do grande escritor. Um filme que alterna nos seus dispositivos dramáticos e de encenação entre o cinema e o teatro, com os intérpretes a evoluírem no espaço real que foi o palco destes últimos e trágicos dias de Camilo.

A Amante do Tenente Francês

(Domingo, 23.30, SIC)

Coincidência? Outro filme de época, este realizado por Karel Reisz, a partir de um argumento do famoso Harold Pinter, por sua vez uma adaptação do romance homónimo de John Fowles. Agora estamos no século XIX, em outra magnífica reconstituição de um tempo que surge autêntico nos cenários e no guarda-roupa, até talvez no comportamento das personagens, mas perante o qual (talvez por ser tão grande a perfeição) de algum modo nos sentimos frios. A história, essa, leva-nos à Inglaterra victoriana e a uma história escandalosa de paixão entre uma dama inglesa e um tenente francês, em contraponto com o romance escaldante entre a atriz e o actor que representam estas personagens num filme que está a ser realizado. Uma curiosidade, com Meryl Streep e Jeremy Irons nos principais papéis.

Rob Roy (Terça, 22.00, TVI)

Ainda não chega? Mais outro filme passado em tempos que

já lá vão, concretamente na Escócia do século XVIII, quando Rob Roy MacGregor, um herói escocês, entra em rebelião contra a coroa britânica e o rei George de Inglaterra. Os cenários são esplendorosos e a figuração a preceito, sem falar já das cenas de acção e dos duelos de espadachins, há muito ausentes do pequeno (e grande) ecrã. Os protagonistas principais são Liam Neeson, Jessica Lange, John Hurt e Tim Roth, e por aqui se vê de que forma tão entretida nos vamos aproximando do Natal...

Santos da Casa (Terça, 01.55, RTP1)

Retrato delicioso de três gerações de mulheres de origem italiana na Nova Iorque dos nossos dias, Santos da Casa é um filme caracterizado de forma extremamente sensível pelas idiossincrasias desta comunidade tão presente na sociedade norte-americana: Malina, uma antiga emigrante, cujo quotidiano é marcado pelos costumes e pelas regras de vida das «velhas viúvas»; a sua nora, ganha ao jogo, em casamento, pelo seu filho; e a filha desta, uma beata incorrigível. Pormenores hilariantes e picarescos no segundo filme sobre temas e situações semelhantes realizado pela cineasta Nancy Savoca, com produção executiva de Jonathan Demme.

CABO & SATÉLITE

Um filme de Peter Brook

Integrado no ciclo Jean-Paul Belmondo, que a TV 5 continua a transmitir com regularidade, o destaque vai hoje para o filme «Moderato Cantabile» realizado em 1960 pelo encenador e cineasta britânico Peter Brook. Interpretado por Jeanne Moreau, Belmondo e Didier Haudepin nos principais papéis, o filme é uma adaptação do romance homónimo de Marguerite Duras e é um retrato implacável da vida vazia e monótona da grande burguesia.



(TV 5, Quinta, das 19.00 às 21.00)

Noite temática

Na noite temática desta semana, o canal Arte vai-se debruçar sobre a origem do Homem, transmitindo dois documentários sobre o assunto. Em primeiro lugar, «Du Riffi chez les chimpanzés», de P. Picq e N. Borges (1998), interroga-se: «e se o Homem não fosse mais do que um primata evoluído?», dando-nos a ver as investigações realizadas por uma equipa de etnólogos no jardim zoológico de Arnhem. O segundo filme, «Le Singe, Cet Homme», dos mesmos autores, investiga os documentos de arquivo e desmistifica os preconceitos instalados nos próprios investigadores.

(Arte, Quinta, das 19.40 às 22.05)

Um clássico do bailado

Na noite do próximo Sábado, o canal Muzzik vai transmitir duas versões de um bailado clássico entre

os clássicos: «Quebra-Nozes», com música de Tchaikowski. A primeira versão estará a cargo do Ballet da Ópera de Paris, numa coreografia de Rudolf Noureev. A segunda é uma coreografia de Mark Morris e foi gravada no Théâtre de la Monnaie, em Bruxelas.

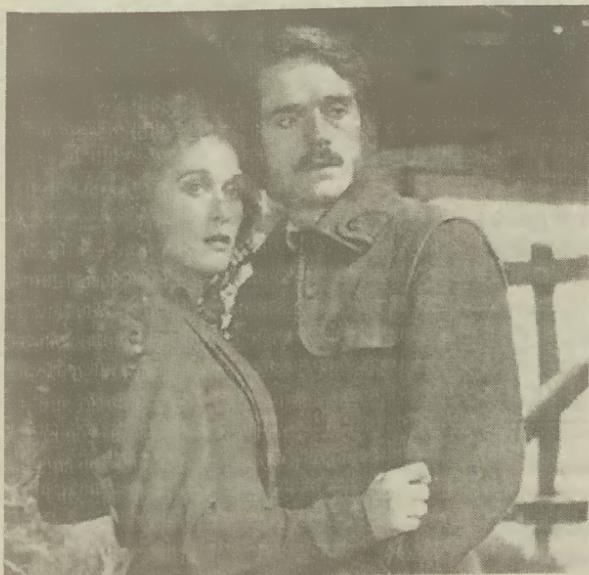
(Muzzik, Sábado, entre as 20.00 e as 23.30)



Uma banda rock famosa

Também no próximo Sábado, o canal Sol vai transmitir, durante três horas, um programa especial dedicado ao famoso grupo irlandês U2, intitulado «U2, The Best of 1980-1990», a propósito de um álbum com o mesmo título lançado recentemente.

(Sol, Sábado, das 19.00 às 22.00)



Meryl Streep e Jeremy Irons, em «A Amante do Tenente Francês», de Karel Reisz

mentos de uma história que (apelando à nossa memória cinéfila e ao que de mítico havia no acto de ir ao cinema) dificilmente poderia deixar de resultar em cheio. Mesmo assim - mesmo sabendo que o cinema é também saber lidar com isto - deixemo-nos mais uma vez emocionar com as descobertas da 7.ª arte feitas pelo miúdo Salvatore levado pela mão de Alfredo, o velho projeccionista. E rever o achado que continua a ser o visionamento da bobina com os cortes da censura ordenados pelo padre da aldeia.

A Sra. Parker e o Círculo do Vício

(Sábado, 00.35, RTP1)

Eis um filme de feição biográfica, produzido por Robert Altman e realizado por Alan Rudolph sobre a vida da escritora Dorothy Parker, com acção situada entre a década de vinte e o ano da morte desta, em 67. Evocação extremamente bem encenada da chamada «Geração Perdida» e com uma admirável reconstituição de época, designadamente nos tempos da Grande Depressão, o filme é protagonizado por Jennifer Jason Leigh (no papel de Dorothy) e por Matthew Broderick.

O Dia do Desespero (Sábado, 01.00, RTP2)

Filmado nos próprios locais ligados à vida de Camilo Castelo Branco, O Dia do Desespero é uma reconstituição realizada por



Liam Neeson e Jessica Lange, em «Rob Roy», de Michael Caton Jones



Os artigos esquecidos

Depois de uma emissão que narrou alguma coisa das circunstâncias em que foi aprovada há 50 anos a Declaração Universal dos Direitos do Homem, a RTP tem vindo a transmitir, em breves emissões de poucos minutos, abordagens de cada um desses direitos. Excepto nos fins-de-semana, o que bem se compreende: até os Direitos do Homem têm direito ao descanso semanal, e só é pena que milhões de trabalhadores por esse mundo fora não lhe tenham ainda acesso.

Curiosamente, estas minúsculas emissões diárias (e note-se que também neste caso ser pequeno não é defeito) estão no Segundo Canal da estação, a TV2, que melhor ou pior desempenha as funções de canal cultural e que até ganhou fama de ser um canal «elitista». Perante o que fica a gente a perguntar se isso dos Direitos Humanos e da sua Declaração, que até é Universal, há-de ser matéria só para alguns, para os poucos que se interessam por cultura e seus arredores, ou se, pelo contrário, a seriezinha devia ser transmitida pela «1», que é canal generalista como de vocação generalista são, sem dúvida, os Direitos Humanos e a declaração agora quinquagenária.

Entretanto, na emissão introdutória foram referidas as muitas dificuldades para que se obtivesse

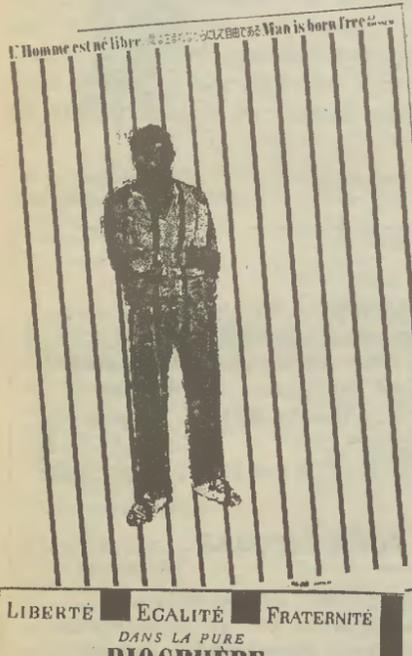
Universal que terão tido a maior dificuldade em serem aceites pelos figurões de Wall Street ou, o que é o mesmo, pelos seus mandatários nos aparelhos político, militar, comunicacional e outros. Dificuldade tamanha que ainda hoje, -passados cinquenta anos, ainda nem de longe estão a ser acatados pelos que a partir da América ou das suas filiais, espalhadas um pouco por toda a parte, mandam no mundo.

Se não, vejamos. Artigo 22.º: «**Toda a pessoa, como membro da sociedade, tem direito à segurança social**» (...). Se considerarmos que «segurança social» só pode ser isso mesmo, segurança, onde está ela, para todos? Não em Portugal, bem se sabe, mas não também nos Estados Unidos, como sabe quem quiser sabê-lo. Artigo 23.º: «**Toda a pessoa tem direito ao trabalho** (...) e à **protecção contra o desemprego**.» E mais adiante: «**Quem trabalha tem direito a uma remuneração equitativa e satisfatória que lhe permita e à sua família uma existência conforme a dignidade humana, e**

completada, se possível, por todos os outros meios de protecção social.» Saltam as perguntas: quantos milhões de pobres nos States?, e na União Europeia?, e em Portugal? Quantos desempregados? Qual a taxa de crescimento do

TVISTO

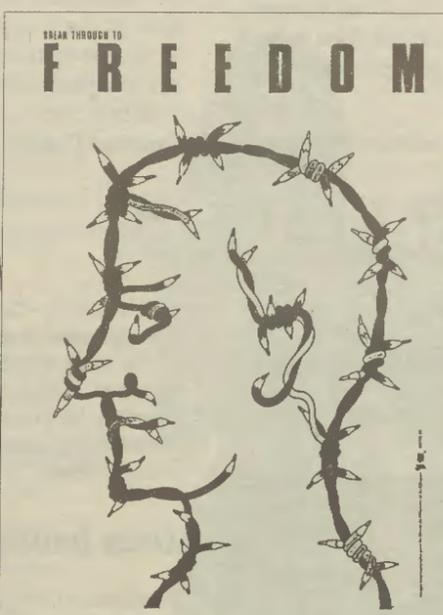
■ Correia da Fonseca



LIBERTÉ EGALITÉ FRATERNITÉ
DANS LA PURE
BIOSPHERE



consenso em torno dos trinta artigos que integram a Declaração e, se bem entendi, houve por ali pelo menos a insinuação de que as maiores resistências terão vindo da União Soviética. Por um lado, não me custa acreditar: basta pensarmos em que o projecto inicial do texto surgiu em Washington, embora ainda no quadro da luta armada contra o nazifascismo e com o impulso de Franklin Roosevelt, presidente norte-americano que, sem deixar de o ser inteiramente e de professar um americanismo enraizado em valores US, foi suficientemente diferente dos Bush, dos Reagan e dos Clinton para se ter tornado há muito alvo de bombardeamento regular da direita local e não só. Por outro lado, porém, parece-me que são vários os artigos da Declaração



desemprego na última década? Qual a dinâmica do modelo económico dominante, a tendente a diminuir o desemprego ou a multiplicá-lo? Respondem os alemães Hans-Peter Martin e Harald Schumann, autores de um livro fundamental recentemente editado entre nós: só 20% dos trabalhadores terão trabalho no século XXI. Que está aí à porta, bem se sabe.

Mas há mais. Artigo 24.º: «**Toda a pessoa tem direito ao repouso e aos lazeres e, especialmente, a uma limitação razoável da duração do trabalho** (...)». Aqui, a Declaração fala, pois, de horários de trabalho e do seu cumprimento, lembram-se todos do que é? Artigo 25.º: «**Toda a pessoa tem direito a um nível de vida suficiente para lhe assegurar e à sua família a saúde e o bem-estar, principalmente quanto ao vestuário, ao alojamento, à assistência médica e ainda quanto aos serviços sociais necessários, e tem direito à segurança no desemprego, na doença, na invalidez, na velhice, na velhice ou noutros casos de perda de meios de subsistência** (...)». Chegados aqui, é legítimo suspeitar de que quem redigiu estes e outros artigos da Declaração Universal terá vindo do frio, como o espião de John Le Carré. E não será de mais perguntar: por que é que, dos 30 artigos que a integram, estes nunca são lembrados, mas quase apenas os iniciais? Não, porém, aquele trecho do artigo 2º que rejeita discriminação «por opinião política».

Mesmo aqui, no Portugal pós-Abril, bem sabemos o motivo de mais este esquecimento. Bem conhecemos os seus efeitos. Na pele, como se costuma dizer. Para muitos, também na mesa, como muito menos se diz.



Endechas de Natal Tempo de olhar

A memória traz-nos uma luz de ouro, seca, precária, antes das chuvas desabadas de Janeiro e Fevereiro. O frio gela mas conforta. A lembrança vive não de efemérides solenes mas de sensações, aromas, cores, imagens de sorrisos e emoções que desde a infância persistem e nos acompanham sempre. Um fio comum que a todos nos liga.

É Natal. Estamos mais abertos aos outros porque, num momento, estamos abertos ao melhor que há em nós mesmos. Por isso, é um tempo de partilha. Não vemos apenas, olhamos os outros.

E nesta época apressada, em que as pessoas na grande cidade deslizam umas pelas outras, indiferentes, e nas vilas ou aldeias pouco saúdam, mais estranhas, o nosso olhar detém-se em outro olhar, no compasso diário.

Como não reparar nos olhos fatigados daquela mulher ao fim da tarde, impaciente à espera do autocarro?

E nos olhos perdidos daquela criança, sozinha no bulício, junto da montra onde tudo luz?

E como evitar os olhos daquele velho que, ao dobrar de uma esquina, nos dirige a súplica de uma palavra e onde fulge a raiva de uma acusação?

Mas entre tantos rostos, nas ruas movimentadas deste Natal, cheias de lâmpadas brilhantes e coloridas e da cantilena coral do "Jingle Bells", retive o dum homem sentado na mesa de um café.

Teria a minha idade e nada mais que o distinguisse de qualquer cidadão na sua mediania. A não ser uns olhos humedecidos, onde se lia um vago desespero e não sei que sugestão de gargalhada nervosa ou contido pranto.

Uma impressão fugaz, apenas. De resto, ninguém prestava atenção. E a vida seguiu o seu curso. Entre tanta gente, tantos rostos e olhares, com desprendidos gestos e sorrisos pontuando um ambiente de tensões latentes.

O Pai Natal morreu

Na rua por onde todos os dias passo, havia um homem com um carrinho de mão a compor, com um monte de areia, as pedras que o trânsito ia soltando.

Com o tempo, o homem foi curvando mais e mais o corpo, pondo os cubos no sítio certo, os gestos ainda mais lentos, o cigarro esquecido nos lábios, até que, na volta de um ano, ou na dobra de um dia, desapareceu e a rua, onde já mal cabiam as filas de cada manhã, foi cruzada por uma via rápida.

Curta. Curtíssima, apenas a distância necessária para facilitar o acesso a um novo hiper-

mercado, num Centro Comercial, o maior da Península Ibérica, reclamava a publicidade. Onde se encontram alhos do México, uvas do Chile, tomates da Holanda e couves espanholas, fresquíssimas, diga-se.

Na época natalícia, o trânsito adensa-se até ao insuportável. Horas em filas, seguem as famílias com as crianças excitadas à espera de chegar ao imensíssimo Centro Comercial, onde *Pais Natal*, em cada átrio, tiram alegres fotos com a pequenada.

O Centro Comercial, como todos, evita as janelas abertas para o exterior. Assim, a realidade envolvente, onde sobram casas degradadas, montureiras esquecidas, um tufo de árvores à espera de abate, e azi-

MOTES E VOLTAS

■ Jorge Sarabando

nhagas em fase de loteamento, onde se não-de erguer cogumelos de cimento, é reproduzida em pai-

néis de luz e cor, para deslumbramento geral, onde jazem os objectos do desejo consumista e o sonho tem a forma de um cartão de crédito.

A única literatura que circula nas mãos, com larga tiragem, distribuição gratuita e promoções para todas as posses, tem ofertas de magnífica apresentação. Aqui "comprar é ganhar": "Basta querer para ter", até 48 prestações, diz no cartaz a dentadura a sorrir.

E os afectos, tão abandonados, e os laços, tão desprendidos, durante o ano, por mil razões e justificações, encontram no embrulho colorido com fita a condizer o assomo possível no curto *flash* natalício.

O Pai Natal, parente anglo-saxão do Menino Jesus, é que já não existe.

A espera, a sedução, o encantamento, o mistério, a surpresa, é que já não existem.

Agora, pisca o olho de cima do camião Tir da *Coca-Cola* e é hoje, clonado aos centos, adorno de vitrina ou agente de vendas, por quem os miúdos já passam indiferentes.

Mas o passado não volta - o homem do carrinho de mão já lá não está e as ruas onde cumpria o seu ofício irão desaparecer.

De concreto, existe esta ditadura consumista, com hipermercados fluorescentes e comércio tradicional em asfixia, onde os comportamentos se vão padronizando como as maçãs normalizadas, e o pensamento único se inscreve com os mandamentos do deus-dinheiro.

Tempo áspero este, sob a superfície amável das coisas, tempo espesso este, em que o futuro se vai cobrindo de um véu de incerteza. Sem rumo, sem prumo. Ao sabor das cotações da Bolsa.

Talvez por isso seja preciso reinventar o Natal, como um tempo feliz de encontro, dádiva e partilha.

ESCAPARATE

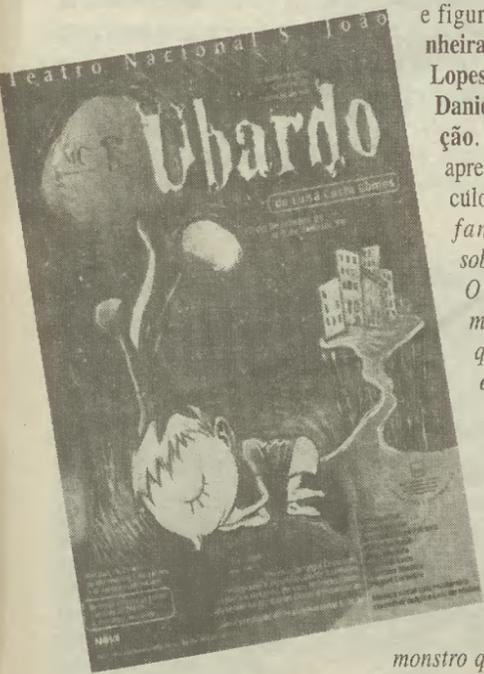
TEATRO

Uma fantasia de Luísa Costa Gomes no Porto

Estreou na passada semana no Teatro Nacional S. João (Porto), e continuará em cena até 9 de Janeiro, «Ubardo», de Luísa Costa Gomes, pelo Balletteatro Centro de Formação, com encenação de

Filipe Crawford, cenografia e figurinos de Jaime Azinheira, música de Albrecht Lopes e desenho de luz de Daniel Worm d'Assumpção. Segundo o texto de apresentação do espectáculo, «*Ubardo*» é uma fantasia sobre o ar, sobre as suas correntes. O ar que circula, que move, que permeia, que se inspira, que se expele. É sobre o subir e o descer e o querer. O suspiro da bomba de ar, a nuvem que passa, a brisa da noite. Élan e vontade de voar. Em cima da árvore há um

monstro que tem medo de ser engolido pela terra, de ser esmagado pela tempestade - entre o chão e o céu, indeciso, impaciente. «*Ubardo*» espera a oportunidade da metamorfose». Do elenco fazem parte Brian Livreza, Benedita Alves Pereira, Dinis Machado, Júlio Oliveira, Luís Machado, Mariana Oliveira e Miguel Carneiro. Terça, quarta, quinta, sexta e domingo às 16 horas, sábado às 21.30.



Espectáculos da Grande Música

Mais uma vez, o destaque desta semana vai para os vários espectáculos musicais que, nesta quadra do ano, se multiplicam um pouco por todo o país.

Já hoje à noite, no Grande Auditório do Centro Cultural de Belém, é aguardado o recital pela grande cantora Kiri Te Kanawa, com um programa que é ainda uma incógnita.

Seguramente esgotados os bilhetes no CCB, a alternativa que se impõe nesta área é aquela que se refere aos dois concertos que a Orquestra Gulbenkian vai realizar sob a direcção do maestro Michel Corboz e que contará ainda com a presença da soprano Ursula Föri-Bernhard. Serão interpretadas obras dos compositores franceses Francis Poulenc («*Trois Petites Liturgies de la Présence Divine*») e Hector Berlioz («*Missa Solemnis*»). Os concertos serão hoje à noite, pelas 21.30, no Grande Auditório da FCG e amanhã, às 19 horas, no mesmo local.

Para os melómanos do Porto, a chamada de atenção vai, por exemplo, para o recital que o duo José Pereira de Sousa (violoncelo) e Álvaro Teixeira Lopes (piano) realizará no Domingo, pelas 11 horas, no Pequeno Auditório do Rivoli. Serão executadas peças de A. Vasques Dias, T. Macedo, A. Pereira de Sousa e F. Pires, bem como (na segunda parte) a Sonata op. 11 de Luís Costa. O recital insere-se no ciclo «*Música Portuguesa do séc. XX*».

Finalmente, novamente no CCB, mas no Pequeno Auditório, na próxima segunda-feira 21, pelas 21.30, o Coro Ricercare, sob a direcção de Paulo Lourenço e com os solistas Alexandre Chambel (barítono) e João Guerreiro (guitarra), vai participar num concerto comemorativo do centenário de Garcia Lorca. Serão interpretadas obras de Francis Poulenc (Chanson Française), Joly Braga Santos (Quatro Canciones) e Castelnuovo Tedesco (Romancero Gitano).



Federico Garcia Lorca

LIVROS



Histórias de Macau

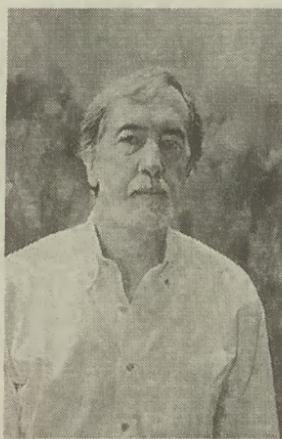
Se isto dos livros fosse questão de oportunidade, então este ficaria assinalado pelo momento em que se fazem contas ao tempo que vai ainda durar a presença oficial portuguesa em Macau. Mas a literatura é mais duradoura que as mudanças com data marcada. E assim surge, para a memória que se urde e para a leitura de hoje, este livro de Altino do Tojal, *Histórias de Macau*, editado agora pela Campo das Letras. Contos, organizam-se no tempo, narrando cronologicamente quarenta histórias em visita ao território, cada uma individualizada, cada uma ligando-se às outras até ao regresso ponto de partida, concluindo uma viagem a um mistério que, ao desvendar-se, permanece.



Amêndoas, Doces, Venenos

Ainda na Campo das Letras, desta vez um romance. Partindo, diríamos camilianamente, de um facto - a morte de uma criança e a suspeita de crime lançada sobre um tio seu (por sinal irmão de um amigo de Camilo Castelo Branco), António Rebordão Navarro vai ao século passado e à cidade do Porto encontrar o tema para enredar o leitor numa trama sombria de onde não sairá «esclarecido», mas certamente enriquecido por uma narrativa em que mais uma vez se revelam as capacidades ficcionais do autor de *Amêndoas, Doces, Venenos*, cuja obra abarca a poesia e o romance, o teatro e o ensaio.

CANÇÕES



A música de José Luís Tinoco na Culturgest

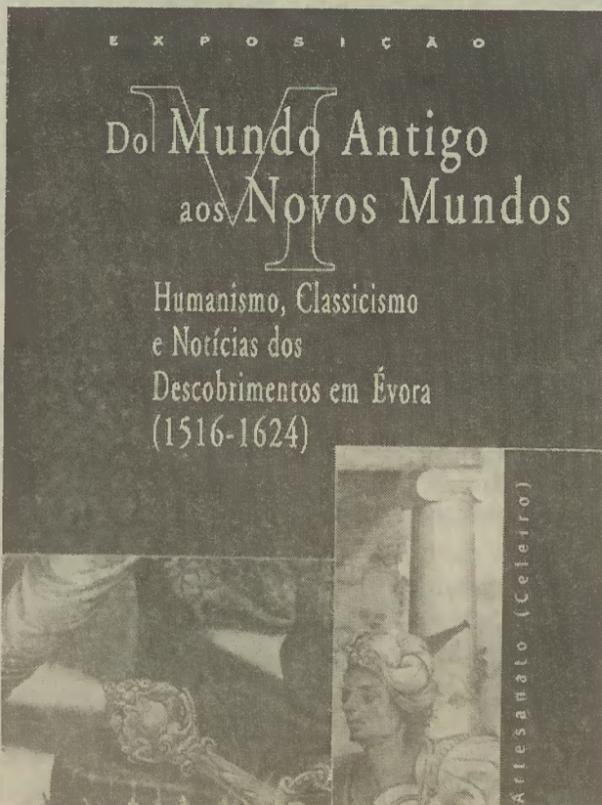
Talentoso músico amador, pioneiro dos primeiros tempos do jazz no nosso país no Hot Clube de Portugal, revelou-se, também, um dos nossos mais inventivos autores de canções para as principais vozes da melhor música popular portuguesa. O espectáculo que subirá amanhã à noite, às 21.30, no Grande Auditório da Culturgest juntará a voz de Paula Oliveira (uma das nossas melhores cantoras de jazz) ao quinteto de Bernardo Sasseti que, na circunstância, será constituído pelos habituais Perico Sambeat, Jabier Colina, Marc Miralta, Moisés Porro e Luís Dulzaides. Para além de várias canções, também em versão instrumental, conta-se «*Arquipélago*» (que, aliás, dá o título ao espectáculo) e que é a mais extensa das peças de Tinoco que integram este espectáculo.

EXPOSIÇÕES

Do Mundo Antigo aos Novos Mundos

Na sequência do Programa «*Évora - Os Descobrimentos Numa Cidade Sem Mar*», que se iniciou no ano passado com a exposição «*Francisco Henriques, um Pintor em Évora no Tempo de D. Manuel*» e implicou a recuperação do antigo Museu do Artesanato, instalado num magnífico celeiro setecentista, a Comissão Nacional dos Descobrimentos Portugueses e a Câmara Municipal de Évora, em colaboração com diversas outras entidades locais como a Universidade, a Arquidiocese e a Delegação Regional do Ministério da Cultura esta a levar a efeito desde Junho passado uma exposição intitulada «*Do Mundo Antigo aos Novos Mundos*» - Humanismo, Classicismo e

Notícias dos Descobrimentos em Évora (1516-1624). Segundo o texto de apresentação desta exposição, que está patente no Museu do Artesanato (antigo celeiro), «*dada a importância da capital do Alentejo como segunda cidade de Portugal da dinastia de Avis e morada predilecta da Corte durante o século XVI, não foi difícil fixar a determinação do local e da cronologia de referência - Évora, entre 1516, a data da publicação do Cancioneiro Geral de Garcia de Resende ou da profissão do monge pintor Frei Carlos no Convento do Espinheiro, e 1624, data da publicação dos "Discursos Morais e Políticos" do chantage da Sé, Manuel Severim de Faria*».



Espectáculos para a Infância em Almada

Integrado no ciclo de espectáculos para a infância, no Auditório do Fórum Municipal Romeu Correia (em Almada), realizam-se a partir de hoje e até 30 de Dezembro, uma série de representações de «*A História da Princesa*» de José Jorge Duarte. Com Joana Almada, José Jorge Duarte, Tobias Monteiro e Vítor Emanuel, «*A História da Princesa*» «*basaia-se na adaptação de uma lenda tibetana contada de geração em geração, que nos fala de uma donzela que vive num castelo, sempre muito triste, desolada e em permanente choro. O Amar confere-lhe poderes especiais e, por isso, acontece transformar-se por vezes numa bela ave colorida, numa ovelha, ou noutros seres da Natureza. (...) A dita princesa, que sempre recusou todos os pretendentes, acabará por encontrar o seu jovem e belo cavaleiro*».

BAILADO

Uma companhia italiana no CCB

Com estreia hoje às 15 horas e espectáculos a realizarem-se amanhã, à mesma hora, e no sábado e domingo às 15.30, será apresentado no Pequeno Auditório do Centro Cultural de Belém o espectáculo de dança «*Spartacus*» pela companhia italiana de dança Abbondanza-Bertoni. Segundo nos conta o programa respectivo, «*este é um espectáculo sobre o retrato do artista-acrobata: três dançarinos de carrossel são atirados para uma situação de comicidade e sensibilidade, uma diversão melancólica. As suas graças surgem numa praça elegante de uma vila de cartolina, com um céu feito de papel azul, num dia inexistente. (...) Têm um sonho a realizar na sua viagem sem horizontes: movimentam-se para que dos seus gestos brote a bondade de quem é capaz de lançar os dados da vida num tapete vermelho*». A interpretação do espectáculo estará a cargo de Michele Abbondanza, Antonella Bertoli e Mariatulli Pedrotti. A música estará a cargo do Rapsodija Trio, com Maurizio Deno (violino), Cosimo Gallota (guitarra) e Gianpietro Marazza (acordeão).



ÚLTIMAS

ATALHE DE FOICE

Maiorias

O referendo interno do CDS/PP teve no mínimo uma vantagem. Ou até mesmo duas. Antes do mais, sossegou Paulo Portas. O homem está contente. Diria mesmo mais, o homem está vingado. O que se compreende. Depois da famigerada encenação levada a cabo na Assembleia da República aquando da eleição dos corpos gerentes da bancada centrista, que recuperou para a actualidade a tragédia romana, PP nunca mais deve ter dormido descansado. É fácil imaginá-lo a olhar de soslaio por cima do ombro à aproximação de um potencial colega de bancada ou de partido, revivendo o fatídico dia em que ergueu os olhinhos de pisco da urna, trespassado por brutal facada nas costas, e com a sua voz de tribuno humilhado e ofendido clamou: «Até tu, Mizé!», esmagado pela maior minoria de sempre - ou seria pela menor maioria? - que alguma vez elegeu um líder parlamentar.

A mediática travessia no deserto a que depois se obrigou, abrasando sob os holofotes da comunicação social, levou-o à chefia do partido, é verdade, mas não lhe adoçou o discurso nem aplacou a sede de vingança. A cuja, como se sabe, se serve fria. Era pois necessário, indispensável, impreterível um referendo, essa espécie de mezinha para todas as ocasiões um dia inventada pelo professor Marcelo. Lançando mão do expediente «ou eu ou o caos» de tantas provas dadas, PP chefe exigiu ao PP partido um pronunciamento claro sobre a AD. Os barões centristas vieram a público esgrimir ameaças de duelo, mas o caso ficou-se pelo agitar de luvas brancas.

No dia «D» de PP a AD deu sinal de si. Rezam as crónicas que sufragada por 7868 (79,8 por cento) dos cerca de 10 mil pês que se pronunciaram na consulta interna. «Vitória! Vitória!», clamou PP, saboreando até ao tutano o «resultado histórico» que lhe foi servido de bandeja e que não se coibiu de esfregar nas ventas, salvo seja, dos seus opositores.

Saciado, PP remeteu-se ao Largo do Caldas, não sem antes se deixar fotografar para a posteridade, sorridente e um tudo nada menos emproado no seu fatinho às riscas de manequim do Chiado.

A outra vantagem deste referendo foi a de dar ao país uma noção, vaga que seja, da dimensão do PP. Dizem uns que os ficheiros do partido não são actualizados desde 1976, garantem outros que foi feita uma «limpeza» em 1994. Há quem afiance que os militantes rondam os 33 mil, afirmam outros que o número anda pelos 15 ou 16 mil.

A questão é importante: se os pês ascendem às três dezenas de milhar, o partido ganha em dimensão mas os resultados do referendo perdem expressão, já que os votantes não chegariam sequer aos 50 por cento; se os pês se ficam por metade, o partido fica reduzido à dimensão de um grupúsculo mas a participação no referendo ganha um peso significativo. Sempre atenta, mas sem se comprometer, Mizé, a sombra negra de PP, comentou de imediato que «sem se saber o universo dos militantes não se pode avaliar» o resultado do referendo. Elementar, meu caro Watson.

O sorriso de PP ficou mais amarelo.

Democraticamente, como é timbre da novíssima direita, a Comissão Política do PP decidiu que a actualização dos ficheiros começará a 2 de Janeiro. Com a «vitória histórica» no papo, que nisto dos referendos as maiorias têm muito que se lhe diga. Tal como na história dos «sócios que não são sócios e estão sentados, e dos sócios que são sócios e estão de pé», há as maiorias que não são maiorias e ganham, e há as maiorias que são maiorias e perdem, umas vezes porque não votam e outras vezes por votam. É à vontade do freguês.

■ Anabela Fino

Nova lei dos estrangeiros é negativa

Em conferência de imprensa, realizada na passada terça-feira, PCP considerou que a nova lei que regulamenta a entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros de território nacional é «globalmente negativa» e anunciou que vai pedir apreciação parlamentar do Decreto-Lei (244/98, de 8 Agosto).

No encontro com os jornalistas, realizado no Centro Social do Bairro 6 de Maio, na Amadora, foi ainda anunciado que o PCP vai apresentar no debate parlamentar um conjunto de propostas que visa, não só retirar do Decreto-Lei 244/98 os aspectos mais negativos, mas aperfeiçoar o regime de direitos dos imigrantes e demais estrangeiros que entrem ou residam em Portugal, de que destacamos:

- a admissão nos processos de reagrupamento familiar do cônjuge em uniões de facto;

- a regra de que o título de residência permanente deve ser renovado segundo o regime aplicável à renovação do bilhete de identidade de cidadão nacional, pois que legalmente lhe é atribuído esse valor, a garantia de que a sua renovação não pode ser recusada e a atribuição de autorizações de residência permanente a partir de 6 anos de residência consecutiva em Portugal (e não de 10 como define a lei);

- a exigência de acompanhamento e parecer por parte do Conselho Consultivo para os Assuntos da Imigração quanto ao tratamento dos pedidos de autorização de residência formulados ao abrigo do regime excepcional previsto no Art. 88.º;

- a eliminação da obrigação de entrega dos boletins de alojamento de cidadãos estrangeiros ao SEF por parte das entidades que cedam tal alojamento a título oneroso;

- a eliminação da pena acessória de expulsão para estrangeiros com

estrangeiros de um regime que possibilite a legalização da permanência em Portugal por parte de cidadãos estrangeiros que, estando em situação irregular, comprovadamente aqui residam com o respectivo agregado familiar e aqui trabalhem e que declarem a vontade de regularizar a sua situação.

de imigrantes, onde se destacam como medidas inovadoras, a criação de um Fundo de Apoio às Associações de Imigrantes com verbas próprias a inscrever no Orçamento de Estado e a criação de um Conselho para os Assuntos da Imigração, em substituição do actual Conselho Consultivo, dotado de maiores e reais poderes e



Na conferência de imprensa participaram Henrique de Sousa, membro do Secretariado do CC, Manuel Correia, do CC, o deputado do PCP António Filipe e Manuel Gouveia, do Grupo de Trabalho para Questões de Imigração

autorização de residência permanente e garantias de processos de reavaliação da possibilidade da sua aplicação nos restantes casos, tendo em conta também as implicações sociais e humanas;

- o reforço da eficácia dos recursos judiciais das decisões de proibição de entrada ou de expulsão por parte do SEF.

Legalizar

Finalmente, os comunistas propõem a inclusão na lei de

Quatro projectos

Culminando um prolongado processo de reflexão próprio e de diálogo com as comunidades imigrantes, as suas associações e o movimento anti-racista, o PCP elaborou 4 projectos de lei.

O primeiro visa prevenir, combater e sancionar as discriminações de carácter racista e xenófobo sob todas as suas formas; o segundo é sobre o apoio às associações

participação; o terceiro pretende a alteração ao regime jurídico das Federações desportivas, para reforço do direito de acesso dos cidadãos estrangeiros residentes em Portugal à prática desportiva; o quarto projecto de lei visa alterar a Lei 50/96, de 4 Setembro, para desburocratizar e simplificar o processo de certificação do tempo mínimo de residência dos cidadãos estrangeiros para efeitos eleitorais.

Uma oportunidade perdida

Considerando que com este decreto-lei o Governo perde uma oportunidade para dar um sinal de um novo rumo na política de imigração e de estrangeiros, o PCP destaca os principais aspectos negativos do novo diploma:

- mantém a atribuição de poderes de decisão discricionários e excessivos às autoridades administrativas, especialmente ao Serviço de Estrangeiros e Fronteiras;

- recusa o efeito suspensivo a todo e qualquer recurso que seja apresentado relativamente a decisões de expulsão;

- torna quase impossível, se aplicada à letra, a entrada de imigrantes para trabalhar legalmente em Portugal, assim estimulando as redes de imigração ilegal e de trabalho clandestino;

- introduz a possibilidade de anulação administrativa de autorizações de residência permanentes, através do sistema estabelecido de renovação dos respectivos títulos;

- regula a aplicação da pena acessória de expulsão a estrangeiros, após o cumprimento de penas de prisão, em moldes semelhantes aos praticados pelos EUA ou Canadá relativamente a emigrantes de origem portuguesa e que temos justamente criticado pela

sua desumanidade e por esses Estados não assumirem o ónus da resolução de problemas gerados pelas respectivas sociedades;

- prevê a proibição da entrada em Portugal de cidadãos que tenham o seu nome inscrito na lista nacional de pessoas não admissíveis ou na lista do Sistema Schengen mas não regula a possibilidade de recurso dessa inclusão, nem as condições e os prazos da sua retirada das listas;

- possibilita a interdição da entrada em Portugal e a expulsão de estrangeiros de território nacional com base em razões excessivamente vagas e genéricas;

- não enquadra uma política de resolução legal e humanitária dos imigrantes que vivem e trabalham em Portugal, mas se encontram em situação irregular, oferecendo apenas como falsa saída para estes casos a fundamentação de medidas repressivas.

Encontros do PCP



COM OS VERDES: No âmbito do relacionamento normal entre os dois partidos, uma delegação do PCP, integrando o Secretário-geral, Carlos Carvalhas, e Luís Sá, membro da Comissão Política, encontrou-se, na terça-feira passada, com uma delegação do Partido Ecologista «Os Verdes», constituída por José Luís e Fernando Pezinho.



COM A FRENTE POLISÁRIO: Também na terça-feira passada, uma delegação do PCP, constituída por Carlos Carvalhas e Manuela Bernardino, da Secção Internacional, encontrou-se com o Presidente do Parlamento sarauí no exílio e o representante da Frente Polisário, em Lisboa.

